

Acerca da existência de complexos industriais pré-acheulenses no território português

Luís Raposo * e Júlio Roque Carreira **

Resumo

Os autores apresentam e discutem em detalhe os achados e os métodos utilizados no estudo dos conjuntos líticos portugueses considerados pelos seus descobridores como de idade pré-gunziana, seja do Siciliano I (Danúbio/Günz convencional), seja do "Calabriano" (em sítios que aqueles descobridores correlacionam com o Moulouyano marroquino e o Danúbio alpino convencional).

Considera-se que não parece existirem até agora provas suficientes para afirmar a existência em Portugal de complexos industriais cronológica e culturalmente pré-acheulenses — hipótese que no entanto se afigura ser absolutamente provável.

Summary

The authors present and discuss in detail the finds and the methods used in the study of the Portuguese lithic assemblages, considered by their discoverers to be of pre-Gunzian age, be it from the Sicilian I (conventional Danube/Günz), or from the "Calabrian" (in places those discoverers correlate with the Moroccan Moulouyan and the conventional Alpine Danube).

It is believed that, up to the present time, there does not seem to exist enough evidence to support the statement that there are chronologically and culturally pre-Acheulian industrial complexes in Portugal — an hypothesis which appears, nevertheless, to be most likely.

* Do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP) e do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (MNAE), Praça do Império, P-1400 Lisboa, Portugal.

** Rua Inácio de Sousa, 4, 2.º, esq. P-1500 Lisboa, Portugal.

1. Introdução

Têm sido os últimos anos férteis na publicação de um número considerável de pequenas notícias relativas à descoberta no nosso país de indústrias líticas supostamente pré-acheulenses. Tais achados constituem um evidente relançamento da linha de pesquisa iniciada entre nós nos anos 40 por G. Zbyszewski e H. Breuil¹. Apesar de, no essencial, se limitarem a repetir considerações daqueles autores, esquematizando-as mesmo por vezes, e ignorarem a discussão havida sobre o tema em causa e outros afins na primeira metade da década de 70, apesar disto, tais notícias apresentam-se com um sabor de novidade, resultante quer da antiguidade, quer dos paralelos culturais admitidos para os materiais líticos que apresentam.

Assim, enquanto por um lado se acrescentam agora novos pontos às manchas do Siciliano I (Danúbio/Günz convencional) já há décadas detectadas, por outro lado descrevem-se “indústrias” líticas, ditas “pebble-cultures”, em plataformas e depósitos que se afirma serem calabrianos e se fazem corresponder globalmente ao período glaciár danubiano. Inevitavelmente, tais datações levam quem as propõe à admissão da existência, também no nosso país, de indústrias líticas pré-acheulenses, nelas se integrando agora os conceitos de “estilo lusitânico” e “microlusitânico”.

A partir destas bases propõe-se finalmente o estabelecimento de paralelos estreitos entre as “indústrias” pré-acheulenses portuguesas e as que se consideram suas congêneres no Norte de África, afirmando-se terem ambas origens comuns e evoluções idênticas.

Não obstante este relançamento da pesquisa, os problemas que continuam em discussão são, na sua quase totalidade, os que já a bibliografia dos anos 40 sugeria. Eles podem talvez ser sumariados da seguinte forma:

¹ V. designadamente: BREUIL, H.; ZBYSZEWSKI, G. — *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*. “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”, Lisboa, 23 (1942), p. 1-369; 26 (1945), p. 1-662.

- questões de **datação dos materiais líticos**, no triplo sentido do estabelecimento de:
 - *antiguidade e caracterização dos depósitos* de onde eles se julgam provenientes;
 - *associação entre eles e os ditos depósitos*;
 - *datação das alterações físicas superficiais* que possam eventualmente neles ser registadas (pátinas, rolamentos, eolizações, etc.).
- questões de **análise tipológica**, em termos de:
 - *definição de tipos*;
 - *estabelecimento de estádios evolutivos*;
 - *procura de paralelos culturais*.

Se quisermos ser mais rigorosos, devemos reconhecer que tal conjunto de problemas é comum a grande parte dos achados paleolíticos portugueses, principalmente os das formações litorais. De facto, apenas em depósitos atribuíveis ao Tirreniano I (Mindel/Riss convencional), posteriores ao que corresponderia a uma fase pré-acheulense (“das origens” ao Günz/Mindel convencional), se encontram no nosso país e naquele tipo de locais artefactos *in situ* em níveis claramente datáveis, ou de superfície mas tipologicamente caracterizáveis com segurança ².

As considerações expressas neste trabalho assumem, portanto, uma amplitude que transcende largamente o âmbito material restrito sobre que nos pretendemos debruçar. Aliás, no sentido de facilitar e tornar viável uma análise pormenorizada da questão que nos serve de tema, optámos por reduzir expressamente o nosso campo de estudo apenas às “indústrias” consideradas como do Siciliano I (Danúbio/Günz convencional) e às recentemente atribuídas ao Calabriano (Danúbio convencional, segundo os seus descobridores). É óbvio que não preenchemos assim a totalidade do período dito pré-acheulense. Para tanto haveria que tomar em consideração o “andar” Siciliano II (ex-Millaziano) (Günz/Mindel convencional). No entanto, estamos certos que a introdução dos elementos referentes a esse período apenas viria sobrecarregar em termos informativos o texto, sem trazer para a argumentação que pretendemos expender nada de substancialmente novo.

Assim, fica pois limitado o âmbito da nossa análise às formações e aos supostos ou verdadeiros artefactos calabrianos e sicilianos I até hoje detectados no nosso país, bem como à problemática de ambos decorrente ³.

² Ainda no que se refere aos níveis de praia do Siciliano II (Günz/Mindel convencional) afirmam H. Breuil e G. Zbyszewski que “nenhuma indústria foi encontrada até aqui em Portugal, *en place* dentro destas formações, mas somente à superfície em estado derivado e rolado”. *Op. cit.* (v. nota 1), p. 593.

³ A temática desenvolvida neste trabalho foi anteriormente já abordada sumariamente por um de nós nos seguintes dois textos: RAPOSO, L. — *Antiguidade e origem do homem na Península Ibérica*. “História”. Lisboa, 61, Nov., 1983, p. 49-61. RAPOSO, L. — *Le Paléolithique inférieur archaïque au Portugal. Bilan des connaissances*. “Bulletin de la Société Préhistorique Française”, Paris, 82(6), p. 173-180.

2. A ideia da existência de complexos industriais pré-acheulenses africanos e europeus

A aceitação generalizada da existência de indústrias pré-acheulenses é relativamente recente. A tradicional sequência que H. Breuil estabeleceu para a Europa e foi depois exportada para outros continentes, considerava o “Abevilense”, definido na base pelo interglaciar Günz/Mindel, como a primeira “civilização”, à qual se fazia remontar o povoamento da Europa.

Veremos adiante que já os achados portugueses dos anos 40, onde H. Breuil admitia a existência de uma indústria lítica em época pré-gunziana, se não adequavam bem a este quadro. Mas foram as sucessivas e cada vez mais seguras descobertas africanas que o vieram definitivamente a ultrapassar.

De facto, desde 1931⁴ que L. Leakey procurava chamar a atenção para a existência em Olduvai (Tanzânia) de um horizonte de ocupação humana muito antigo, a que em 1936 se decide a chamar Olduvaiense⁵. A primeira síntese importante desta indústria só surge, porém, em 1951⁶, depois de se terem já descoberto artefactos similares noutros pontos de África subsahariana.

Estas descobertas pouco impacto tiveram na sistematização clássica já estabelecida. Assim foi que indústrias sobre seixo do Norte de África, aparentemente semelhantes às olduvaienses, continuaram até muito tarde a ser classificadas como “abevilenses” ou “clacto-abevilenses”⁷. Em 1949, porém, C. Arambourg dá a conhecer, sob reserva, um horizonte arqueológico do “Villafrankiano superior”, *in situ*, em Aïn Hanech (Argélia)⁸. Ficava assim aberta a via para “uma investigação aprofundada das formações villafrankianas, abundantes no Norte de Marrocos”, as quais “permitiriam sem dúvida encontrar indústrias *in situ*”⁹.

Nesta linha de orientação P. Biberson realiza desde 1950 prospecções sistemáticas na região atlântica de Marrocos. Em 1954 descobre pela primeira vez artefactos líticos *in situ* em Maarif, em níveis equivalentes aos do Siciliano I

⁴ Na revista “Nature”, em 26 de Dezembro de 1931, L. Leakey refere-se pela primeira vez a “artefactos de tipo pré-acheulense” na camada 1 (Bed 1) de Olduvai. V. LEAKEY, L. — *New Yields from the Olduvay Bone Beds, Tanganyika Territory*, “Nature”, Londres, 3243 (128), Dez., 1931, p. 1075.

Muito antes de L. Leakey, já C. J. Wayland tinha posto a hipótese da existência de indústrias arcaicas, mais antigas que as abevilenses, a propósito do que definia como Kafuense. No entanto, as condições de jazida e a própria definição dos artefactos enquanto tais (questões que hoje se repõem a propósito dos achados no nosso litoral) originaram grande polémica e levaram ao descrédito e esquecimento daqueles conjuntos. Mais tarde viria a verificar-se que, de facto, os mesmos eram muito heterogêneos, contendo verdadeiras peças de épocas diferentes, ao lado de falsos instrumentos cujo “talhe” era fruto de agentes naturais.

⁵ LEAKEY, L. — *Stone Age Africa*. Oxford, 1936.

⁶ LEAKEY, L. — *Olduvay Gorge*, Cambridge Univ. Press, 1951.

⁷ NEUVILLE, R.; RUHLMANN, A. — *La place du Paléolithique ancien dans le Quaternaire marocain*. “Coll. Hespéris”, 8, Publ. do Institut des Hautes Études Marocains, 1941. CHOUBERT, G.; ROCHE, J. — *Note sur les industries anciennes du plateau de Salé*. “Bulletin d'Archéologie Marocaine”, 1, p. 9-37.

⁸ ARAMBOURG, C. — *Sur la présence, dans le Villafranchien d'Algérie, de vestiges éventuels d'industrie humaine*. “C. R. Acad. Sciences”, Paris, 229 (série D), 1949, p. 66-67.

⁹ BIBERSON, P. — *Les plus anciennes industries du Maroc*. “Les plus anciennes industries en Afrique”, Colóquio n.º 5 do IX Congresso da UISPP, Nice, 1976, p. 118-139 (p. 121).

transgressivo (Danúbio/Günz) e regressivo (Günz). Desde aí, os achados sucedem-se e vão dando origem a uma sequência vasta de trabalhos ¹⁰. Nesta fase, dois pontos altos são atingidos primeiro com a síntese de 1961 sobre “O Paleolítico inferior do Marrocos atlântico” ¹¹ e depois com o importante catálogo de formas de seixos lascados publicado em 1967 ¹². Este catálogo, contudo, representava o produto mais elaborado de uma certa metodologia, que a partir daí entraria num impasse, por ter já esgotado o objectivo principal que se propusera alcançar, a saber: a procura de indústrias líticas *in situ*, associadas a populações faunísticas e formações sedimentares suficientemente caracterizadas. Tratava-se de uma orientação de pesquisa que tivera o inegável mérito de provar a existência de uma ocupação muito antiga naquela região, mas que se revelava particularmente insensível à dimensão “paletnológica” da Pré-História e desadequada à “leitura dos objectos”, à classificação de “uma produção humana tão pouco estável”, que os seixos lascados primitivos aparentemente são. De facto, haverá que recordar ter sido a perspectiva de P. Biberson, G. Choubert, G. Lecoire e outros muito mais a do geólogo, preocupado pela datação dos “fósseis líticos”, do que a do pré-historiador, interessado também no seu significado cultural. Deste facto, aliás, teve consciência o próprio P. Biberson que, em 1973, escreve que a partir daquela altura “só a exploração de locais de *habitat* ... poderia resolver os problemas” de caracterização cultural pendentes ¹³.

¹⁰ Entre outros podem citar-se os seguintes:

BIBERSON, P. — *Premiers éléments sur la présence de la “Pebble-Culture” au Maroc atlantique*. “Actas do IV Congresso da INQUA”, Roma-Pisa, 1953/55, p. 705-711.

BIBERSON, P. — *Nouvelles observations sur le quaternaire côtier de la région de Casablanca*. “Quaternaria”, Roma, 2, 1955, p. 109-149. BIBERSON, P. — *Nouvelles précisions sur les gisements à “Pebble-Culture” des plages marines soulevées du Quaternaire ancien de Casablanca (Maroc)*, “C. R. Acad. Sciences”, Paris, 243, 1956, p. 1227-1229. BIBERSON, P. — *Nouveaux éléments sur la “Pebble-Culture” du Maroc atlantique*. “Actas do V Congresso da INQUA”, Madrid-Barcelona, 1957. BIBERSON, P. — *Essai de classification du Quaternaire marin du Maroc atlantique*. “C. R. de la Soc. Géologique Française”, Paris, 4, 1958, p. 67-69. BIBERSON, P.; et al. — *Contribution à l'étude de la “Pebble-Culture” du Maroc atlantique*. “Bull. d'Archéologie Marocaine”, 3, 1960, p. 7-53. BIBERSON, P. — *Le cadre paléogéographique de la préhistoire du Maroc atlantique*. Publicação do Serviço das Antiguidades de Marrocos, Rabat, fasc. 16, 1961 (a). BIBERSON, P. — *Le Paléolithique inférieur du Maroc atlantique*. Publicação dos Serviços das Antiguidades de Marrocos, Rabat, fasc. 17, 1961 (b). BIBERSON, P. — *La evolución del Paleolítico de Marruecos en el marco del Pleistoceno atlántico*. “Ampúrias”, Barcelona, 22-23, 1961 (c), p. 1-30. BIBERSON, P. — *L'évolution du Paléolithique marocain dans le cadre du Pléistocène atlantique*. “Quaternaria”, Roma, 6, 1962, p. 177-205. BIBERSON, P. — *La place des hommes du Paléolithique marocain dans la chronologie du Pléistocène atlantique*. “L'Anthropologie”, Paris, 68 (5-6), 1964, p. 475-526. BIBERSON, P. — *L'Abbé Breuil et le Clacto-Abbevillien de Casablanca (Maroc)*. “In Memoriam do Abade Henri Breuil”, Fac. Letras Lisboa, 1, 1965, p. 95-103. BIBERSON, P. — *Some aspects of the lower Paleolithic of North West Africa*. “Background to Evolution in Africa”, Univ. of Chicago Press (eds. Bishop e Clark), 1967 (a), p. 447-476. BIBERSON, P. — *Galets aménagés du Magreb et du Sahara*. “Publ. do Museum National d'Histoire Naturelle — Coll. ‘Fiches Typologiques’”, Paris, 2, 1967 (b).

¹¹ *Op. cit.* (v. nota 10), 1961 (b).

¹² *Op. cit.* (v. nota 10), 1967 (b).

¹³ *Op. cit.* (v. nota 14), 1973.

P. Biberson produziu algumas sínteses mais ¹⁴, chamou a atenção para pormenores pouco salientados ¹⁵, reviu algumas das suas próprias concepções iniciais ¹⁶, procurou novas correlações inter-regionais, mas ... no essencial manteve o quadro anteriormente traçado. Apenas actualmente se retomam e aprofundam os trabalhos de P. Biberson. Pré-historiadores como H. Roche ou J. Collina-Girard, depois de detalhadamente terem abordado a problemática do estudo tipológico das indústrias sobre seixos, debruçam-se hoje de novo sobre as colecções estudadas por P. Biberson e outras que entretanto as têm enriquecido mais. A existência naquela região de uma fase industrial pré-acheulense estava, porém, adquirida definitivamente desde a segunda metade da década de 50.

Foi algo difícil fazer provar também na Europa a existência de uma fase pré-acheulense. Ainda em finais da década de 50 surgiram na Checoslováquia (Stranska Skala, Pribice) e na Jugoslávia (Sandalja) ¹⁷ os primeiros achados como tal apresentados.

Quase na mesma época alguns pré-historiadores (Vaufrey, Bourdier, etc.) referenciaram ocasionalmente a identificação de um ou outro artefacto em depósitos "vilafranquianos", e em 1963 publica-se a descoberta da gruta de Vallonet, nos Alpes Marítimos franceses ¹⁸, onde no interior de uma sequência de solos de alteração que H. Lumley ¹⁹ e J. Miskowski ²⁰ consideram datáveis do Vilafranquiano superior (Günz), se encontrava uma indústria lítica ("pebble-culture") comparável, segundo o primeiro daqueles autores, "ao estádio III da civilização do seixo afeiçoado do Marrocos atlântico". Muito embora esta

¹⁴ Entre outras podem citar-se:

BIBERSON, P. — *The problem of correlation between South Europe and North Africa during the Pleistocene* "Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology", Amsterdão, 8, 1970, p. 113-127. BIBERSON, P. — *Index-cards on the marine and continental cycles of the Moroccan Quaternary*. "Quaternaria", Roma, 13, 1971 (a), p. 1-76. BIBERSON, P. — *Essai de redéfinition des cycles climatiques du Quaternaire continental du Maroc*. "Bull. de l'AFEQ", Paris, 1, 1971 (b), p. 3-13. BIBERSON, P. — *Nouvelles informations sur le Pré-acheuléen du Villafranchien marocain*. "Estudios dedicados al Profesor L. Pericot", Barcelona, Univ. de Barcelona, Instituto de Arqueologia prehistorica, 1973, p. 15-28. Cf. também *op. cit.* (v. nota 9), 1976.

¹⁵ Por exemplo, a existência de uma indústria de pequeno formato em estações como as de Salé. BIBERSON, P. — *Nouvelles données sur le Pré-Acheuléen (ex-Pebble-Culture) du Villafranchien du Maroc*. "C. R. Acad. Sciences", Paris, t. 271 (D), 1970, p. 1972-1974.

¹⁶ Designadamente, como veremos adiante, as relacionadas com a evolução interna (os estádios) de sua "civilização do seixo afeiçoado".

¹⁷ V. MALEZ, M. — *Excavation of the Villafranchien site Sandalja I near Pula (Yugoslavia)*. Colóquio n.º 8, IX Congresso da UISPP, Nice, 1976, p. 104-123.

¹⁸ LUMLEY, H.; et al. — *La grotte du Vallonet, Roquebrune — Cap Martin (A.-M.)*. "Bull. du Musée d'Anthropologie préhistorique de Monaco", 10, 1963, p. 5-10.

¹⁹ V., por exemplo, LUMLEY, H. — *Les premières industries humaines en Provence*. "La Préhistoire Française", Paris, CNRS, 1 (2), 1976, p. 756-770.

²⁰ MISKOWSKY, J. C. — *Le Quaternaire du Midi Méditerranéen*. "Études Quaternaires", Univ. de Provence, Marselha, 3, 1974. MISKOWSKI, J. C. — *Le Pléistocène du Midi méditerranéen (Provence et Languedoc) d'après les remplissages des grottes et des abris sous roche*. "La Préhistoire Française", Paris, CNRS, 1 (1), 1976, p. 202-224.

apreciação “demasiado precisa” seja discutível ²¹, a verdade é que desde então ficou adquirida a ocorrência na Europa de indústrias arcaicas sobre seixo, cronológica e culturalmente pré-acheulenses.

A década de 70 foi fecunda no que respeita ao estudo das chamadas “pebble-cultures” em geral e especificamente dos complexos industriais pré-acheulenses. Em África (Olduvai, Lago Turkana, Omo, Melka Kunturé e Hadar), os estudos transdisciplinares produzidos vieram demonstrar a complexidade tipológica das indústrias incluídas naquela fase. Começam hoje a ser conhecidos locais da *habitat* pré-acheulenses, com instrumentos líticos especializados, correspondendo a modelos de ocupação do espaço, organização económica e vida social aparentemente individualizáveis.

Na Europa multiplicaram-se também os achados. Assim, desde 1969 começam-se a revelar indústrias do “grupo da *pebble-culture*” na Sicília, particularmente em Realmonte ²². Tratava-se, porém, de achados pouco significativos, por serem recolhas de superfície, em formações muito desmanteladas, de datação discutível ²³. Na mesma ocasião, Cl. Viquier descobre e publica em conjunto com F. Bordes alguns artefactos “de tipo antigo”, possivelmente correspondentes à “*pebble-culture* evoluída (estádio III)” de Marrocos, em Carmona (Sevilha) ²⁴. Dois anos depois, em 1971 ²⁵, os mesmos autores dão a conhecer outro local mais importante: El Aculadero, no Puerto de Santa Maria (Cádiz). Aí se identificou o primeiro horizonte de ocupação *in situ* pré-acheulense, inicialmente considerado, sob reserva, como “de idade Vilafranquiana superior (a pós-Vilafranquiano imediato), ou mesmo mais antigo” ²⁶. Após sucessivas campanhas na estação de El Aculadero, tem-se hoje uma visão muito completa da sua indústria lítica. Assim, “nos seus cerca de 98 m² escavados recolheram-se e inventariaram-se 22 561 peças, o que representa

²¹ Afirma E. Bonifay a este propósito: “Alguns calhaus talhados foram descobertos por R. Pascal depois por H. de Lumley, aparentemente associados às faunas epi-vilafranquianas de Vallonet. O seu pequeno número (uma dezena incluindo as lascas de talhe) não permite tirar conclusões sobre a natureza exacta desta indústria: H. de Lumley liga-a ... ’ ao estágio III da civilização do seixo afeiçãoado do Marrocos Atlântico; parece-me difícil infirmar ou confirmar uma atribuição tão precisa!” BONIFAY, E. — *Stratigraphie du quaternaire et âge des gisements préhistoriques de la zone littorale des Alpes-Maritimes*. “Bull. de la Société Préhistorique Française”, Paris, 72 (7), 1975, p. 206.

²² BIANCHINI, G. — *Manufatti della ‘Pebble-Culture’ in Sicilia*. “Rivista di Scienze Preistoriche”, 24 (1), 1969, p. 171-180. RADMILLI, A. M. — *The first industries of Italy*. Colóquio n.º 8, IX.º Congresso da UISPP, Nice, 1976, p. 35-74.

²³ As que se supõem ser as mais antigas “estações” com “*pebble-culture*” desta zona situam-se à superfície da plataforma dita de Maggagiarra (Calabriano). Na península italiana outros locais com indústrias de tipo idêntico foram descritas mais recentemente em Correntino (Gasquo), Mount Peglia (Umbria), Arce e Pozzo Lamillo (Lácio) e Bibona (Toscânia). Em quase todos os casos se trata de conjuntos diminutos, cujas exactas condições de jazida e antiguidade são discutíveis.

²⁴ BORDES, F.; VIQUIER, C. — *Présence de galets taillés de type ancien dans la région de Carmona (Seville, Espagne)*. “C. R. Académie Sciences”, Paris, 269 (D), 1969, p. 1946-1947.

²⁵ BORDES, F.; VIQUIER, C. — *Sur la présence de galets taillés de type ancien dans un sol fossile à Puerto de Santa Maria, au Nord-Est de la baie de Cadix (Espagne)*. “C. R. Académie Sciences”, Paris, 272 (D), 1971, p. 1747-1749.

²⁶ ID — *ibid.*, p. 1748.

uma média de 230 peças por m²; 19 761 classificaram-se como fracturas de interpretação problemática; 1507 como utensílios e 1293 como lascas, núcleos e restos de talhe”²⁷. Trata-se do mais importante conjunto pré-acheulense na Península Ibérica²⁸; até agora o único suficientemente representativo para ser validamente utilizado como termo de comparação, uma vez que todos os restantes locais espanhóis onde se tem afirmado a existência de indústrias arcaicas sobre seixo suscitam reservas, sejam de datação, sejam de caracterização tipológica, dadas as deficientes condições de jazida, a escassez dos artefactos detectados e mesmo o carácter duvidoso de alguns. Neste grupo incluem-se sítios como Cúllar-Baza (Granada), Molino del Emperador e Puente Morena (Ciudad Real), El Espinar (Toledo), Talavera de la Reina, La Meseta (Galisteo), Pisuerga, Monfarracinos, Pinar del Canto (Toro), Valladolid²⁹ e ainda os locais assinalados na Catalunha espanhola e Rossilhão francês³⁰.

Estes últimos, situados em relação à rede fluvial da zona (rios Agly, Têt, Tech, Fluvia e Ter), revelaram conjuntos de seixos lascados, em certos casos abundantes, estudados na parte francesa segundo métodos de análise inovadores, mas provenientes na sua maioria de recolhas superficiais, sendo a antiguidade dada em grande parte pela sua posição no terreno, adentro do escalonamento dos terraços daqueles rios³¹. Esta circunstância “faz com que nem todos os investigadores estejam de acordo em admitir uma datação do Plisto-

²⁷ QUEROL, M. A.; SANTONJA, M. — *El yacimiento de El Aculadero (Puerto de Santa Maria, Cádiz)*. “Revista de Arqueología”, Madrid, 29, 1983, p. 8-15 (p. 11).

²⁸ QUEROL, M. A.; SANTONJA, M. — *El yacimiento de cantos trabajados de El Aculadero (Puerto de Santa Maria, Cádiz)*. “Excavaciones Arqueológicas en España”, Madrid, 130, 1983

²⁹ V., entre outros, os seguintes trabalhos mais recentes:

GOMEZ, M. Santonja — *Características generales del Paleolítico inferior de la Meseta española*. “Numantia”, 1, 1981, p. 9-63. SANTONJA, M.; QUEROL, M. A. — *Industrias del Paleolítico inferior arcaico en la meseta española*. “Libro de Homenaje a Conchita Fernandez Chicarro”, Madrid, Ed. Ministerio de Cultura, 1982, p. 17-29. GOMEZ, M. Santonja — *Indicios arcaicos de la presencia humana en el interior de la Península Ibérica*. “Revista de Arqueología”, Madrid, 29, 1983, p. 24-28.

³⁰ Em relação aos trabalhos em território espanhol podem citar-se:

CARBONNEL, E. — *Las industrias arcaicas del N. E. Catalan*. “Actas del XIV Congreso Nacional de Arqueología de Lugo”, Zaragoza, 1979. CARBONNEL, E.; CANAL, J. — *Depositos Cuaternarios com industrias humanas en el N. E. de Catalunya*. “Actas IV Reunión del Grupo de Trabajo del Cuaternario”, Banyolas, 1979, p. 33-50.

Em relação aos trabalhos no território francês podem citar-se:

COLLINA-GIRARD, J. — *Les industries archaïques sur galets des terrasses de la plaine du Roussillon (P.O., France)*. “Travaux du Laboratoire de Paléontologie Humaine”, Paris, 1, 1976 (a). COLLINA-GIRARD, J. — *Les industries archaïques sur galets des terrasses quaternaires de la Têt et du Tech (Catalogne française)*. “Géologie méditerranéenne”, Marselha, Univ. de Provence 3 (3), 1976 (b), p. 183-190. COLLINA-GIRARD, J. — *Évolution des industries à galets aménagés de la vallée de la Têt (Pyrénées-Orientales)*. “Bull. de la Société Préhistorique Française”, Paris, 75 (6), 1978, p. 172-180.

³¹ “Mais recentemente foi demonstrado que pelo menos alguns destes ‘terraços’ eram o produto de falhas quaternárias subdividindo um mesmo horizonte aluvial, e as datações são portanto bastante duvidosas”. BORDES, F. — *Leçons sur le Paléolithique*, 2 (*Le Paléolithique en Europe*). “Cahiers du Quaternaire”, 7, Ed. CNRS, Instituto do Quaternário, Univ. de Bordéus, 1984 (p. 5).

ceno inferior para estas indústrias”³² ou mais categoricamente, que se considere não haver “até agora provas evidentes da sua contemporaneidade com os ditos terraços”³³. Ainda no Sudoeste francês, aponta-se a ocorrência de achados idênticos aos do Rossilhão, nos vales dos rios Fresquel³⁴, Garona³⁵, etc.

No maciço central francês, regista-se a ocorrência de diversos locais (La Rochelambert, Blassac, Chillac, Sinzelles e Solleilhac)³⁶, onde foi considerado, quase sempre sob interrogação, existirem manifestações de uma presença humana muito antiga. O mais importante deste conjunto de sítios, embora também o mais recente (0,9 milhões de anos) é o de Solleilhac, onde foi possível pôr em evidência uma ocupação clara: 150 artefactos líticos, distribuídos por uma superfície escavada de 160 m², contendo como estrutura de *habitat* um alinhamento (constituído por blocos e ossos de elefantes), que originalmente poderia ter atingido acerca de 10 m de comprimento³⁷.

No Noroeste francês indícios de provável existência de uma ocupação humana “pré-acheulense” têm sido por vezes assinalados (o poliedro de Sébart; a lasca de Boismont; a indústria de Wimereaux), mas, eventualmente por se terem “negligenciado de mais as pesquisas sistemáticas para os pôr em evidência”, eles não podem ser tidos como elementos probatórios válidos³⁸.

³² GOMEZ, M. Santonja; QUEROL, M. A. — *La cultura material durante el Paleolítico inferior*. “Manual de Historia Universal”, Madrid, Ed. Najera, 1, 1983, p. 25-105, (p. 38).

³³ ID — *ibid.*, p. 41.

³⁴ TAVOSO, A. — *Découverte d'outils villafranchiens dans les terrasses du Fresquel (Aude)*. “C. R. Académie Sciences”, Paris, 268 (D), 1969, p. 41-43. TAVOSO, A. — *Le Paléolithique ancien des terrasses du Fresquel (Aude)*. “Bull. du Musée d'Anthropologie préhistorique de Monaco”, 15, 1970, p. 107-135. LUMLEY, H.; et al. — *Les premières industries humaines en Languedoc méditerranéen et en Roussillon*. “La Préhistoire Française” Paris, CNRS, 1 (2), 1976, p. 777-794. TAVOSO, A. — *Le Paléolithique inférieur et moyen du Haut Languedoc. Gisements des terrasses alluviales du Tarn, du Dadou, de l'Agout, du Sar et du Fresquel*. “Études Quaternaires”, Paris, Inst. Paléontologie Humaine, 5, 1977.

³⁵ LUMLEY, H. — *Les premières industries humaines dans les Pyrénées et le Bassin de la Garonne*. “La Préhistoire Française”, Paris, CNRS, 1 (2), 1976, p. 795-796.

³⁶ GUTH, C. — *Découvertes dans le Villafranchien d'Auvergne de galets aménagés*. “C. R. Académie Sciences”, Paris, 279 (D), 1974, p. 1071-1072. BONIFAY, E.; et al. — *Solleilhac (Blanzac, Haute-Loire), nouveau site préhistorique du début du Pleistocène moyen*. “Bull. de la Société Préhistorique Française”, Paris, 73, 1977, p. 293-304. CARRÉ, F. — *Éléments d'industrie lithique dans les formations sédimentaires villafranchiennes de Blassac (Haute-Loire)*. “Bull. de la Société Préhistorique Française”, Paris, 75 (5), 1978, p. 131-132.

O caso de Chillac merece uma referência especial. Apenas três artefactos foram aí encontrados, mas a sua relação com a sequência sedimentar local não se encontra bem estabelecida. J. Chavaillon tem ultimamente retomado as escavações no local e numa recente comunicação à Société Préhistorique Française (v. o tomo 81, fasc. 7, 1984, p. 195, do respectivo boletim) informa que existe efectivamente naquele sítio uma indústria arcaica.

³⁷ BONIFAY, E. e M.-F. — *Le Paléolithique ancien en Velay et en Auvergne: civilisations préhistoriques et milieu naturel*. “Les inédits de la Préhistoire Auvergnate”, Clermont-Ferrand, Ed. du Musée de Bargoin, 1983, p. 91-104 (p. 99).

³⁸ BOURDIER, F. — *Les premières industries humaines dans le Nord-Ouest*. “La Préhistoire Française”, Paris, CNRS, 1 (2), 1976, p. 804-809, (p. 808).

Também na região da Aquitânia se referenciou ultimamente (1983) a descoberta de um “utensílio humano a incluir entre os mais antigos da Europa”. Contudo, trata-se de um só seixo lascado, “com dois levantamentos adjacentes”, que não pode em nossa opinião ser considerado definitivamente como de origem antrópica. V. KERVAZO, B. e TEXIER, J.-P. — *Découverte en Aquitaine (France) d'un outil humain à ranger parmi les plus anciens d'Europe*. “Compte Rendu de l'Académie des Sciences de Paris”, Paris, Série II, t. 296, 1983, p. 201-203.

Em conclusão, pode dizer-se que hoje a situação internacional relativa ao estudo dos complexos industriais pré-acheulenses é bem diferente da existente no início da década de 70, como então o era da do início da década de 50. De facto, depois de termos assistido entre 1930 e 1950 ao lançamento e progressiva afirmação de horizontes culturais arcaicos, “pré-abevilenses”, na África oriental, foram os anos 50 marcados pelo seu alargamento até ao Norte de África. Posteriormente, coube a vez de na Europa igual movimento se estabelecer, primeiro em termos prudentes, até aos fins da década de 60, depois, até aos nossos dias, em termos cada vez mais indiscutíveis.

Qualitativamente, porém, ainda nesta primeira metade de 80, é diverso o grau de conhecimentos adquiridos sobre a questão em apreciação nas diferentes zonas euro-africanas consideradas. Assim, enquanto nos variados locais identificados ao longo do Grande Rift africano se avançou já numa leitura social da fase pré-acheulense e dos seus instrumentos, na Europa, os próprios elementos disponíveis mais não têm permitido do que aprofundar a análise tipológica daqueles conjuntos líticos, que hoje, por diferentes vias, se sabe poder ser mais completa e rica de ensinamentos do que os clássicos trabalhos europeus e norte africanos davam a entender. Não há por isso razões para estreitar as nossas apreciações, continuando a radicá-las numa bibliografia que teve o seu mérito, mas se encontra ultrapassada, pelo menos no que concerne ao método tipológico empregue e às características culturais estabelecidas.

3. Evolução da questão em Portugal

A identificação em Portugal de supostas indústrias primitivas sobre seixo, cronologicamente pré-acheulenses, deve-se a G. Zbyszewski e H. Breuil³⁹. Porém, apesar da apresentação que aqueles autores fazem de locais com indústrias líticas datadas do “Millaziano” (Günz/Mindel convencional) e do Siciliano I (Danúbio/Günz convencional), ambos anteriores à suposta (por H. Breuil, designadamente) “penetração do Abevilense na Europa”, que dataria do início do glacial mindelano ou do fim do período interglacial anterior, apesar disto, nunca aqueles autores, senão no fim da vida de Breuil, admitiram poderem tais achados ser culturalmente autómanos⁴⁰. A sua especificidade, a falta dos elementos tipologicamente próprios do “Abevilense”, levou-os a considerarem “estilos” particulares: “lusitânico” e “microlusitânico”.

A crítica ao conceito de “estilo lusitânico”, “microlusitânico” e outras questões correlacionadas foi feita por V. O. Jorge e demais membros do

³⁹ *Op. cit.* (v. nota 1).

⁴⁰ A solução para este aparente contra-senso foi tentada por G. Zbyszewski através da consideração vaga de que “é provável que o Abevilense e o Clactonense já tivessem existido no país em tempos mais antigos” (do que o Mindel). ZBYSZEWSKI, G. — *Conhecimentos actuais sobre o Paleolítico português*. “Comemoração do I Centenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-1963)”, Lisboa, 2, 1966, p. 107-133 (p. 130).

então G.E.P.P.⁴¹ Como em relação a outras questões⁴², estes trabalhos não tiveram, contudo, o impacto que mereciam. A crítica ao uso daquele conceito de “estilo” e, inclusivamente, a afirmação então feita de que o mesmo mais não seria do que a manifestação de um *filum* industrial autómano (“as indústrias arcaizantes, que prolongam o complexo de chopper/chopping-tools vilafranquiano”⁴³) não lograram provocar sequer discussão. Mais de dez anos volvidos este é um dos aspectos apresentados como perspectiva inovadora nos trabalhos ultimamente publicados. Aí se afirma terem sido o “lusitânico” e o “microlusitânico”, “as designações utilizadas por H. Breuil e G. Zbyszewski na caracterização da ‘Pebble-culture’ portuguesa”⁴⁴. E, noutra obra, chega-se mesmo a formalizar esta perspectiva, considerando que desde o Günz/Mindel “as nossas indústrias de pequenos seixos ... prosseguem o seu desenvolvimento *a par* das indústrias abeulenses e acheulenses de lascas e bifaces” (sublinhado nosso)⁴⁵. Quem anos antes era tão avesso à ideia da existência de dois *filae* no Paleolítico português, sendo um deles o das ditas “pebble-cultures” que, segundo a tese expressa nos trabalhos do início da década de 70 poderia ter “raízes bem antigas”, pré-acheulenses⁴⁶ ou “vilafranquianas”⁴⁷, e prolongar-se depois autonomamente até fases holocénicas, quem em devido

⁴¹ Estamos a pensar numa série relativamente grande de trabalhos individuais ou colectivos subscritos por membros do então GEPP, entre os quais se destacava V. O. Jorge. Veja-se nomeadamente: JORGE, V. O. — *Tipologia e tipologistas do Paleolítico*. “Arqueologia e História”, Lisboa, 9.ª série (3), 1971, p. 77-97. JORGE, V. O. — *Conjuntos industriais de seixos afeioados do sul de Portugal*. Lisboa, Tese de licenciatura, Faculdade de Letras de Lisboa (texto policopiado), 1972. SERRÃO, E. C.; JORGE, V. O. — *Contribuição para um programa de pesquisa do Paleolítico antigo e médio português*. “Revista de Guimarães”, Guimarães, 80 (1-2) (3-4), 81 (1-2), 1970, p. 123-140, 361-376, 5-24. JORGE, V. O.; et al. — *Los conceptos de estilo lusitano y microlusitano en el Paleolítico portugués: contribución para su revisión*: “Actas del XII Congreso Nacional de Arqueología”, Jaen-Zaragoza, 1973, p. 41-52. JORGE, V. O. — *Complexos industriais de seixos afeioados no mundo: uma panorâmica*. “Arqueologia e História”, Lisboa, A.A.P., 5, 1974. QUEROL, M. A. — *Bases para una tipologia analítica de los Complejos industriales de cantos trabajados*. Tese de licenciatura, Fac. de Filosofia y Letras, Univ. Complutense, Madrid, 1973 (texto policopiado). LEMOS, F. S. — *Nota sobre o Paleolítico do Algarve*. “Anais do Município de Faro”, Faro, 1974, p. 1-9. LEMOS, F. S.; MONTEIRO, J. P. — *A propósito das ‘indústrias’ de seixos afeioados do Concelho de Sesimbra: esboço de uma ficha analítica descritiva*. “Setúbal Arqueológica”, Setúbal, 1, 1975, p. 1-19. RAPOSO, L.; GOMES, M. V. — *Analyse descriptif des galets aménagés. Un essai*. “Comunicaciones presentadas en el II y III Colóquio Internacional de Pré-história”, Morella, Ed. Anna Mir, 1975, p. 28-54.

⁴² Caso do Languedocense, a que um de nós (L. R.) se referiu recentemente. V. RAPOSO, L.; SILVA, A. C. — *O Languedocense — ensaio de caracterização morfotécnica e tipológica*. “O Arqueólogo Português”, Lisboa, série 4 (2), 1984, p. 87-166.

⁴³ *Op. cit.* (v. nota 41), JORGE, V. O.; et al., 1973, p. 47.

⁴⁴ CARDOSO, J. L.; PENALVA, C. — *Vestígios de praia calabriana com indústrias da ‘Pebble Culture’ no Alto de Leião — Paço de Arcos*. “Boletim da Sociedade Geológica de Portugal”, Lisboa, 21 (2-3), 1979, p. 185-195 (p. 190).

⁴⁵ FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M. — *Portugal Pré-Histórico — seu enquadramento no mediterrâneo*. Lisboa, Ed. Publicações Europa-América, 1981, p. 50.

⁴⁶ *Op. cit.* (v. nota 41), JORGE, V. O., 1974.

⁴⁷ O uso do termo “Vilafranquiano”, aqui como noutros pontos do presente texto, impõe uma explicação algo detalhada. Em primeiro lugar, devemos dizer que apenas o utilizamos quando resulta ou da citação de autores que o empreguem, ou da necessidade de adequar a nossa argumentação à deles. Pela nossa parte, consideramos preferível a não utilização daquele termo, dados os equívocos que origina. Se é verdade que a ele pode ser atribuído *apenas* o sentido que lhe deu o Congresso Internacional de Londres (1948) e o de Alger (1952), ou seja, o de ser o

tempo mais resistiu a tal ideia, vem agora fazer seu o que afinal outros já tinham dito. E que, por ironia, era e é, em nossa opinião, tão prematuro e talvez mesmo mais problemático do que a explicação clássica anterior.

Esta procurava dar resposta à interrogação de H. Breuil *et al.*⁴⁸ — porque não existe no litoral a mesma associação entre seixos talhados e bifaces que ocorre no interior? — através do recurso à consideração de se tratarem de dois fácies industriais, traduzindo o primeiro uma adaptação à vida do litoral⁴⁹, ou como prefere G. Zbyszewski, especialmente para as fases mais antigas, de indústrias “influenciadas sobretudo pela matéria-prima”⁵⁰. Ora se é verdade que pelo menos a primeira destas explicações nos parece especulativa

“equivalente continental do Calabriano”, outros congressos posteriores reconheceram as dificuldades que resultam da inexistência de estratotipos bem delimitados àquela faixa estreita (deve lembrar-se que nos depósitos lacustres e continentais imediatamente pós-placensianos, em Piemonti, que L. Pareto, em 1865, propôs se designassem vilafranquianos, ocorriam faunas que se estendem até ao Mindel). Daí a recomendação B.3.3. do Congresso de Burg Wartenstein (1965), no sentido de que “este termo seja usado com circunspecção e acompanhado de notas precisas definindo a acepção admitida pelo autor” (v. *Background to Evolution in Africa*, ed. W. W. Bishop e J. D. Clark, Univ. of Chicago Press, 1967, p. 882). E. Bonifay vai mesmo mais longe, afirmando que “o Vilafranquiano não é e não pode ser tomado como um *andar geológico*: é apenas uma associação paleontológica que se deve recolocar na cronologia marinha mediterrânea”, recolocar porque “se tornou um ‘tapa-buracos’ onde cabem todas as faunas continentais antigas de *Equus stenonis* e *Elephas meridionalis*”, ou seja, todas as faunas que vão do Pliocénico final ao Günz/Mindel. V. BONIFAY, E. — *Pliocène et Pleistocène méditerranéens: vue d'ensemble et essai de corrélations avec la chronologie glaciaire*. “Annales de Paléontologie”, Paris, 50 (2), 1964, p. 197-226.

Nestes termos, apenas terá algum sentido a manutenção daquela designação se a considerarmos uma adjectivação para as associações faunísticas de transição entre o Pliocénico e o Plistocénico, cujas datações variam e se estendem mais ou menos, conforme as regiões. O facto de no “Vilafranquiano”, entendido como “andar” geológico, cada um ver o que muito bem entende, tem conduzido a situações altamente equívocas, como sejam as de na literatura clássica e até muito tarde se ter sempre afirmado que em Portugal “nenhuma indústria lítica foi encontrada até aqui no Vilafranquiano” (afirmação de G. Zbyszewski em vários dos seus trabalhos, designadamente no citado na nota 278, p. 102), quando, de facto, os níveis do Siciliano I transgressivo (Danúbio/Günz) são, para a maioria dos autores que usam o termo, plenamente “vilafranquianos”, sendo “epivilafranquianos” os do Siciliano I regressivo (Günz). No entanto, mercê da visão que fez escola entre nós, segundo a qual o “Vilafranquiano” se estenderia apenas até ao período danubiano, também os estudos dos anos 70 de V. O. Jorge e colaboradores a ela se reportam, sendo evidente que ao proporem como “linha de pesquisa” o “estudo dos níveis vilafranquianos do território português susceptíveis de conterem indústria humana” (v. *op. cit.* na nota 41, SERRÃO, E. C.; JORGE, V. O., 1970, p. 16) estavam manifestamente a pensar em fases pré-sicilianas.

⁴⁸ BREUIL, H.; *et al.* — *Les plages anciennes portugaises entre les caps d'Espichel et Carvoeiro et leurs industries paléolithiques*. “Anais da Faculdade de Ciências do Porto”, Porto, 27, 1942, p. 161-167 (p. 167).

⁴⁹ “A vida de recolectores de moluscos não exigia nada de semelhante; ela parece ter paralisado o engenho industrial dos que nisso se contentavam” (ID — *ibid.*, p. 167).

As populações portadoras do “estilo lusitânico”, “pelo seu género de vida, alimentando-se de moluscos, não necessitavam de armas poderosas, como as que viviam da caça. A vida de ‘colectores de conchas’ devia ter paralisado o engenho industrial dessas populações e feito substituir o mesmo tipo de utensílio em épocas diferentes”. V. RAU, V. — *Da originalidade do Paleolítico inferior no litoral português*. “Las Ciencias”, Madrid, ano 10 (3), 1945, p. 3-12 (p. 4).

⁵⁰ “Parece que naquela época o estilo lusitânico não estava limitado unicamente ao litoral. Ele devia ser influenciado sobretudo pela matéria prima”. ZBYSEWSKI, G. — *La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire de Portugal en 1942*. “Boletim da Sociedade Geológica de Portugal”, Lisboa, 2 (2-3), 1943, p. 3-111 (p. 110).

quanto às bases materiais em que assenta e incorrecta quanto à interpretação histórica que formula, ela afigura-se-nos, apesar disso, mais plausível que a proposta nos anos 70, agora retomada. De facto, na hipótese de H. Breuil e colaboradores excluía-se explicitamente a possibilidade de estarmos em presença de “populações diferentes e civilizações distintas”⁵¹ (as do litoral e as do interior, concomitantemente), optando-se por uma simples adaptação à vida do litoral. No outro caso (dois *filae* culturalmente autónomos), estamos perante situação diversa, que pode ser conduzida a limites insustentáveis. Se não vejamos.

Em primeiro lugar, que sentido conferir à propositura vaga da existência de “dois *filae* no Paleolítico português ...”? Várias leituras são possíveis e há que reconhecer nos trabalhos de V. O. Jorge e colaboradores o mérito de as terem deixado todas aparentemente em aberto. Numa aceção restrita, poderíamos considerar que tal enunciado significaria a ocorrência de ressurgências cíclicas, mais ou menos continuadas, mas sem supor necessariamente laços de filiação recíprocos, de fácies industriais de “civilizações” maiores, fácies explicáveis seja pela natureza da matéria-prima disponível, seja pela sazonalidade e/ou especificidade funcional da ocupação em áreas determinadas — o litoral, neste caso. Estaríamos assim muito próximos das formulações iniciais, principalmente a de G. Zbyszewski, delas apenas diferindo no ênfase posto na explicação ecológica (“colecta de conchas”) e na absurda referência a uma pretensa paralisia da “engenhosidade industrial dos que nisso se contentavam” — o que seria até contraditório com a consideração de tais “diminuídos” litorais não serem “populações diferentes e civilizações distintas” das do interior, onde a tal “engenhosidade industrial” não teria “paralisado”.

Esta, portanto, uma leitura que, insistimos, os trabalhos dos anos 70 não excluem totalmente. Outra, seria a de se entender existirem laços de filiação entre esses diferentes fácies, ditos “pebble-cultures”, constituindo-os, então sim, num verdadeiro *filum*, mas apenas de natureza técnico-industrial, sem conteúdo cultural pleno. Trata-se de uma hipótese mais problemática do que a anterior, porque supõe que a tecnologia do trabalho da pedra seja suficientemente autónoma dos restantes factores definidores de uma “civilização”⁵², para poder evoluir separadamente de uns estádios para outros, sem que isso signifique assimilação cultural. Ou seja, paralelamente aos cortes horizontais que a sucessão das culturas humanas estabelece, teríamos cortes verticais, marginais ao normal desenvolvimento de umas culturas para outras, geograficamente limitados, que as percorreriam, e neste caso se situariam no plano das tecnologias líticas disponíveis.

⁵¹ *Op. cit.* (v. nota 48), p. 167.

⁵² Não pretendemos entrar aqui na discussão acerca do sentido e mesmo viabilidade dos termos “civilização” ou “cultura” em Pré-história antiga (Páleo-Mesolítico). Trata-se de todo um outro tema de reflexão, acerca do qual existe uma vasta bibliografia. No plano restrito em que nos situamos, seria talvez útil a indicação do seguinte trabalho de J. Chavaillon, onde são discutidos os vários factores definidores de uma “civilização”, particularmente na fase pré-acheulense: CHAVAILLON, J.; et al. — *Le début et la fin de l'acheuléen à Melka-Kunturé: méthodologie pour l'étude des changements de civilisation*. “Bull. de la Société Préhistorique Française”, Paris, 75 (4), 1978, p. 105-115.

Qualquer das duas leituras anteriores difere, porém, substancialmente de uma terceira, que é a que mais linearmente poderia resultar de uma apresentação anticotómica das duas doutrinas em presença. Teríamos então, por oposição liminar ao conceito de “estilo”, de variante adentro culturas envolventes, a defesa da existência efectiva de “populações diferentes e civilizações distintas”, ou seja”, de dois *filae* culturais de sentido pleno.

Esta é a via abertamente seguida mais recentemente, ao contrário dos trabalhos dos anos 70, que nisto se mostravam muito mais ambíguos. Sem discutir aqui a provável existência autónoma no nosso território de uma fase cultural pré-acheulense, onde parte dos complexos industriais de seixos afeiçoados se poderão diluir, deve, desde logo, chamar-se a atenção para o absurdo que consistiria na extensão dessa autonomia à totalidade das ditas “pebbles-cultures”. Seríamos assim levados à defesa de uma “civilização do seixo”, paralela a todas as outras, “desde o ‘princípio’ até ao Epipaleolítico”⁵³. Tratar-se-ia então de uma “civilização” singular: única quanto à sua longevidade; em contacto directo com outras aparentemente melhor equipadas (o argumento do isolamento geográfico não poderia ser aceite, uma vez que, embora raros, os bifaces também existem no litoral — Açafora, Praia da Aguda, etc.; e em vários pontos da costa — Leiria, Óbidos — ocorre o que seriam as outras “civilizações” do interior); e, além do mais, sempre que ao nível dos artefactos líticos se não encontrassem caracteres suficientemente importantes para o estabelecimento de cortes horizontais (o que, tendo em vista a base material em presença, aconteceria com frequência) seríamos forçosamente conduzidos à admissão de longevidades injustificáveis. Exemplo típico do que acabámos de expor é o “Langedocense”, a que um de nós se referiu noutra ocasião⁵⁴, o qual se estenderia “do Riss/Würm, ao Neolítico, inclusive”.

Mas vejamos também no plano concreto das bases materiais de que se parte e das interpretações que se estabelecem como seria insustentável a hipótese da existência de dois *filae* culturalmente autónomos.

C. Penalva, por exemplo, procurando dar conteúdo pleno à sua “pebble-culture de tradição africana”⁵⁵, ou seja, negando que a mesma represente uma adaptação à “vida do litoral” ou ao condicionamento da matéria-prima⁵⁶, estabelece uma curiosa interpretação. Assim, a “reduzida expressão numérica dos ‘Pebble-points’”, que seriam utensílios “mais apropriados para a extracção de moluscos do que um seixo com um único talhe”⁵⁷, seria na sua

⁵³ PENALVA, C. — *Ensaio de correlação do ‘fácies’ Lusitaniano com as indústrias do Marrocos Atlântico*. “Comun. dos Serviços Geológicos de Portugal”, Lisboa, 63, 1978, p. 521-546 (p. 523).

⁵⁴ *Op. cit.* (v. nota 42).

⁵⁵ Adiante teremos ocasião de discutir o sentido e validade desta designação.

⁵⁶ “O Homem paleolítico escolheu deliberadamente aqueles pequenos seixos”, pelo que “não cremos que se trate de um problema de condicionamento imposto, mas de uma escolha com um propósito bem definido”. PENALVA, C. — *A ‘Pebble Culture’ de Tradição Africana em Portugal. O Estilo Lusitaniano*. “Comun. dos Serviços Geológicos de Portugal”, Lisboa, 65, 1979, p. 215-223 (p. 218).

⁵⁷ ID — *ibid.*, p. 217.

opinião demonstrativo de que “a extracção de moluscos não seria a base principal de sustento das populações de então”⁵⁸. De facto, sendo, nessa óptica, “os raspadores” as “peças predominantes”, “aptas não só para esta função (raspar) mas também para afiar chuços de madeira utilizados na caça”⁵⁹, tudo levaria a concluir terem sido caçadores os autores de tais indústrias. À estranheza de H. Breuil *et al.* da quase inexistência de bifaces no litoral, responde C. Penalva que “no tempo dos habitantes das nossas praias elevadas, a evolução tipológica não tinha ainda atingido um grau de perfeição suficiente, que se expressasse pelo fabrico de bifaces”⁶⁰. Para além do questionamento das bases funcionalísticas em que este raciocínio assenta, que adiante abordaremos, é caso para perguntar agora a que praias elevadas se refere aquele autor: se apenas às calabrianas e sicilianas I, se às do Siciliano II (onde, segundo H. Breuil e G. Zbyszewski, já ocorrem alguns bifaces) ou mesmo se às tirrenianas. Porque as características básicas das ditas “Pebble-cultures” litorais sempre se mantiveram durante todo esse período e não se vê muito bem como se poderia manter, pelo menos a partir do Günz/Mindel, que as particularidades notadas se devem a não ter ainda sido atingido o tal “grau de perfeição” susceptível de produzir bifaces, raspadores e outros instrumentos sobre lasca. E não sendo assim, regressamos à interrogação inicial da ausência de certos tipos no litoral, para a qual apenas restaria qualquer das duas seguintes alternativas: ou os caçadores pré-acheulenses, portadores da dita “pebble-culture”, se tornaram “marisqueiros” a partir do Acheulense e em concomitância com ele, ou, continuando caçadores, o eram em situação de manifesta inferioridade. A menos que o raciocínio de C. Penalva se aplique somente à fase pré-acheulense, interessando neste caso esclarecer porque não seriam os mesmos critérios válidos posteriormente, designadamente o do condicionalismo da matéria-prima disponível, que seria inexistente em fases mais antigas (precisamente quando a dependência do homem relativamente às massas iniciais a talhar seria maior) e aceitável em épocas mais recentes⁶¹.

Enfim, trata-se na sua globalidade de hipóteses especulativas, sendo nossa opinião que as mais recentes (que das dos anos 70 representam apenas uma leitura possível) apresentam menor grau de verosimilhança que as iniciais, de H. Breuil e colaboradores, se destas retirássemos todas as explicações históricas ligadas ao que poderíamos designar por “síndrome dos moluscos”⁶².

⁵⁸ ID — *ibid.*, p. 217.

⁵⁹ *Op. cit.* (v. nota 44), p. 190.

⁶⁰ *Op. cit.* (v. nota 56), p. 217.

⁶¹ Poderá ser esta a posição de C. Penalva, uma vez que em certo ponto parece aceitar a validade da explicação clássica (“pesca e extracção de mariscos” e “inexistência de seixos de maiores dimensões”) para “épocas posteriores (Acheulense e Mustierense)” (*op. cit.* — v. nota 53, p. 538-539).

⁶² Algo de semelhante ao que J.-G. Rozoy designou por “teoria dos diminuídos” (“a teoria dos diminuídos é de facto uma teoria muito diminuída”), que em certa época procurou explicar algumas das especificidades das “civilizações” do Epipaleolítico/Mesolítico. V. ROZOY, J.-G. — *Les derniers chasseurs*. “Bull. de la Société Archéologique Champenoise”, Charleville, número especial, Junho 1978, 3 volumes (vol. 1, p. 23-34).

Porém, a problemática que os achados portugueses levantam não se limita à sua interpretação histórico-cultural. São as próprias bases de recolha, datação, descrição tipológica e validação científica que começam por ser postas em causa. No que diz respeito à base material em que assentam nada há que distinga os estudos mais recentes dos que a década de 40 começou por produzir. Daí que seja necessário proceder à análise detalhada e crítica dos elementos que ao longo do tempo se foram reunindo e constituem a única base a que todos nos devemos ater.

4. As “estações”⁶³ pré-acheulenses do território português

Três grandes grupos de locais poderiam ser aqui citados: os do Siciliano II (ex-Millaziano), correspondentes ao Günz/Mindel convencional; os do Siciliano I (Danúbio/Günz); e os do Calabriano II e III, recentemente descobertos e paralelizados com o período glacial danubiano. Pelas razões indicadas na introdução ao presente texto e porque se trata de fases finais, em que começam a surgir em toda a Europa os complexos industriais de bifaces, deixaremos os primeiros (“millazianos”) de parte, procurando em relação aos restantes apresentar *uma* leitura dos dados disponíveis.

4.1. “Estações” do Siciliano I (Danúbio/Günz convencional)

Açafora⁶⁴. Trata-se de uma plataforma marinha que se estende a cotas que vão dos 70 m (junto às falésias) até mais de 100 m (no interior, próximo do planalto dito pliocénico). Esta amplitude de alturas, levou os seus descobridores a admitirem inicialmente “que se tratava aí de dois níveis de praia, um siciliano mais antigo e mais elevado, o outro mais recente e millaziano”⁶⁵. Prudentemente embora, acabam por concluir pela não existência de dois andares, atribuindo toda a plataforma ao Siciliano I.

O conjunto lítico, colectado à superfície ou por vezes “englobado numa argila arenosa amarelada ou avermelhada” (formação não datada, mas seguramente posterior à formação da praia), foi agrupado segundo três zonas de proveniência: junto às falésias (onde a hipótese de uma praia “millaziana” se levantou); à superfície do planalto pliocénico e à superfície da praia siciliana. Só no conjunto recolhido nesta última zona existem “peças *supostamente* rolas pelo mar siciliano” (sublinhado nosso). Trata-se de um único seixo, definidor da série Ia e talvez também de um biface triédrico, submetido a “um desgaste de transporte aquoso” que uma posterior acção eólica não chegou a

⁶³ Aqui como noutras passagens utilizamos o termo “estação” entre aspas, quer pelo que resulta da caracterização que adiante fazemos dos achados arqueológicos, quer porque “em zonas onde há uma verdadeira *mancha* contínua de materiais, contendo um ou outro núcleo onde os achados se concentram”, é este termo ou expressão (mancha de ocupação) e não o de “estação” que deve ser utilizado. V., por exemplo, *op. cit.* na nota 41, SERRÃO, E. C.; JORGE, V. O., 1970.

⁶⁴ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 183-208.

⁶⁵ ID — *ibid.*, p. 186.

obliterar⁶⁶. Todos os restantes achados, incluídos numa série Ib, apresentam-se eolizados, mas não rolados, pelo que “cobrem certamente um espaço de tempo notável”⁶⁷, sendo por isso irrelevantes na discussão acerca da antiguidade das indústrias líticas deste local.

Assim, os achados de Açafora atribuíveis ao Siciliano I resumem-se a uma peça, ou, quanto muito, duas, se aqui quiséssemos incluir o biface acima citado. É de reter este facto para que no momento das generalizações se não perca de vista a base material de que se parte.

Magoito⁶⁸. Esta praia, situada a cerca de 90-95 m acima do mar actual, é constituída por “cascalheiras envolvidas por um depósito areno-argiloso”, as quais seriam “derivadas de um nível mais antigo, verosimilmente vilafranquiano”⁶⁹. Os artefactos recolhidos encontram-se na sua maioria “à superfície deste depósito”⁷⁰, mas “algumas peças roladas foram encontradas profundamente enterradas na formação”⁷¹. Porém, aqui como noutros locais, o desmantelamento dos possíveis horizontes de cascalheira de praia originais é total, não restando mais do que uma cobertura erodida e de datação duvidosa. Com precauções e chamando em apoio da antiguidade siciliana I dos seixos rolados aí recolhidos a existência de “peças muito semelhantes em níveis idênticos e a altitudes mais ou menos iguais”⁷², H. Breuil e G. Zbyszewski individualizam, numa série dita “abbeyillense de estilo lusitânico” (série Ia), 9 peças roladas (6 com 1 só levantamento, 1 com 2 levantamentos, 1 de “talhe lateral” e 1 de “talhe plano bastante cuidado”⁷³), as quais constituem, portanto, o conjunto que poderia ser considerado como o horizonte lítico pré-gunziano desta praia⁷⁴. Em 1957, H. Breuil, numa nova visita ao local, recolhe mais “uma dezena de exemplares”, nenhum deles apresentado como rolado, e reafirma ser aquele local “uma das mais antigas estações conhecidas na Europa”, comparável à de Darwdeam (Ipswich), onde reconhece “nunca

⁶⁶ ID — *ibid.*, p. 189.

Sobre a problemática levantada por esta peça, veja-se o que escrevemos mais adiante, no ponto 5.2.1.b. deste trabalho.

⁶⁷ ID — *ibid.*, p. 188.

⁶⁸ ID — *ibid.*, p. 209-226. BREUIL, H. — *Contribution à l'étude des terrasses quaternaires au Portugal*. “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”, Porto, 17 (1-4), 1959, p. 9-12.

O mesmo trabalho foi depois republicado, na parte concernente à “estação” de Magoito, no “Arquivo de Beja”, vol. 20-21, 1963-64, p. 35-36, sendo então também subscrito por M. Vaultier.

⁶⁹ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 209.

⁷⁰ ID — *ibid.*, p. 209.

⁷¹ ID — *ibid.*, p. 209.

⁷² ID — *ibid.*, p. 209-211.

⁷³ ID — *ibid.*, p. 212.

Curiosamente, uma destas peças (um “seixo oblongo médio truncado na extremidade por um só golpe”), aqui incluído nesta série Ia, surge na fotografia que dele se reproduz (estampa 3, de Magoito, n.º 28) com uma notação (“Ma-Ib”) indicadora de ter sido (por engano?) incluído por quem o marcou na “série Ib”.

⁷⁴ Uma vez mais aqui, tal como em Açafora e restantes locais, não nos parece sequer valer a pena considerar, para efeitos da discussão da sua antiguidade, os conjuntos que não apresentam qualquer rolamento, embora possam estar eolizados (série Ib e seguintes).

ter podido explicar a presença de seixos talhados, dada a sua altura bastante elevada”⁷⁵.

Praia da Aguda⁷⁶. Comparativa com as anteriores, esta praia, de 90-100 m, apresenta-se ainda mais erodida, “não subsistindo mais do que cascalheiras e seixos dispersos aqui e lá à superfície do Cenomaniano”⁷⁷. “A uma altitude mais baixa observa-se os vestígios de um depósito arenoso de dejectação, muito mais recente”⁷⁸. Os artefactos recolhidos em ambas estas zonas são, porém, estudados conjuntamente. De todos eles é apenas a “série I — Abbevillense, de carácter puramente lusitaniano”⁷⁹ aquela que agora nos interessa, por ser a que se considera “rolada pelo mar siciliano”. Compõem-na 8 seixos lascados (4 em extremidade, sendo 3 com um só levantamento e 1 com 2; 4 em ponta, sendo 1 com 2 levantamentos de cada lado oposto e 3 com talhe de um só lado). Uma vez mais estamos perante uma datação dada pela conjugação de altimetria e rolamento.

Laredo das Corchas a Ponta Ruiva⁸⁰. A descoberta recente deste local vem na sequência de uma linha de orientação centrada na procura de “artefactos” em níveis de praia cada vez mais elevados⁸¹. Aqui atinge-se uma cota de 95 m, correspondente a “uma plataforma de abrasão marinha” emiliana (Siciliano I). Sobre ela “uma abundante cascalheira” surge incluída num nível “de

⁷⁵ *Op. cit.* (v. nota 68), BREUIL, H., 1959, p. 10.

Estes “artefactos” de Ipswich, ligados à clássica questão dos eólitos, constituem aquilo a que Reid Moir chamou “Darmsdeniense”, constituído sobretudo por “nódulos de sílex talhados grosseiramente formando uma ponta espessa ou uma espécie de afocinamento tosco numa das suas extremidades ...”. “O seu aspecto parece levar a admiti-los como prováveis utensílios humanos, ainda que actualmente muitos autores consideram o seu talhe como resultado de acções fortuitas naturais”. V. MERINO, J. M. — *Tipologia Lítica*. “Munibe”, San Sebastian, ano 23 (1-2-3), 1969, p. 50.

⁷⁶ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 227-235.

⁷⁷ *Op. cit.* (v. nota 50), p. 51.

⁷⁸ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 227.

⁷⁹ ID — *ibid.*, p. 228.

Como um de nós escreveu noutra local (RAPOSO, L. — *As comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico*. “História de Portugal”, Lisboa, Ed. Publ. Alfa, vol. 1, 1984, p. 37), não se percebe muito bem como, neste caso pelo menos, se mantém a classificação “abevilense” para “artefactos” que se supõem ser pré-gunzianos e daquele complexo industrial nada têm, pois são “puramente lusitanianos”. O argumento invocado por alguns (v. *op. cit.* na nota 53, p. 542) segundo o qual “essa era até à data a indústria mais antiga da Europa” não serve, porque anos antes também o era em África e isso não impediu L. Leakey de, em 1936, ter formalizado a proposta do Olduvaiense, como cultura “pré-abevilense”. Isto já para não falar na incongruência atrás assinalada e também referida na nota 40.

⁸⁰ ZBYSZEWSKI, G.; et al. — A ‘Pebble Culture’ do litoral, entre Laredo das Corchas e a Ponta Ruiva (Algarve). Nota preliminar. “Setúbal Arqueológica”, Setúbal, 5, 1979, p. 17-26.

⁸¹ Com efeito, começa-se por descobrir em Julho de 1978 o nível tirreniano do Cabo Sardão, passa-se em Setembro do mesmo ano para o andar “millaziano” da Enseada de Santo-leira, onde já se torna explícito que a procura de cascalheiras mais a sul “terá como aliciente, o facto de que as cotas são mais elevadas”, prossegue-se depois com a identificação desta zona entre Laredo das Corchas e a Ponta Ruiva, para, como veremos, vir mais tarde ainda (Maio de 1979) a atingir-se a cota de 125 m, em Mirouço. A “estratégia” é linear e estender-se-á facilmente até ao Algarve, onde “deverá proceder-se então, a um reconhecimento sistemático de curvas de nível, em cotas superiores” (sublinhado nosso).

areias e argilas amareladas, provenientes da alteração das rochas subjacentes” (xistos e grauvaques)⁸². Não existe conservada, portanto, qualquer camada claramente contemporânea da formação da praia. As peças líticas recolhidas provêm de uma área que se estende ao longo da costa por mais de 17 km e são, na parte que nos interessa⁸³, divididas por 2 séries: a primeira (série I) compõe-se por um conjunto de 37 peças “fortemente roladas” (36 seixos unifaciais e 1 bifacial)⁸⁴, datados da “fase transgressiva” do Siciliano I; a segunda (série II) abrange 7 peças com “rolamento fraco” (7 seixos unifaciais), datados da “fase regressiva” do mesmo andar, “dado que o índice de rolamento não foi suficiente para obliterar as arestas, na zona de talhe”⁸⁵. Para além das questões relacionadas com a própria definição dos “artefactos” enquanto tais, deve aqui chamar-se a atenção para o procedimento de considerar representadas duas fases de um mesmo andar marinho (Siciliano I) apenas com base nos diferentes graus de rolamento dos poucos “artefactos” líticos. Trata-se de um procedimento inédito, que H. Breuil e G. Zbyszewski correctamente não utilizaram nos casos de Açafora, Magoito e Praia da Aguda. A aceitação de tal distinção, sem quaisquer outros factores adicionais, far-nos-ia entrar na discussão da validade cronológica relativa dos diferentes graus de desgaste⁸⁶, discussão que teremos ocasião de abordar adiante.

Outros locais. Quatro outros locais são referidos por H. Breuil e G. Zbyszewski em 1945, como tendo fornecido peças do Siciliano I. Para nenhum deles, contudo, tal afirmação é decisiva. Apesar de servirem em certas passagens para suportar hipóteses mais amplas, deles nunca se descrevem autonomamente nenhuns artefactos. O primeiro deles, Lomba dos Pia-

Veja-se, a este propósito, a seguinte bibliografia:

PENALVA, C. — *O Paleolítico do Cabo Sardão. Contribuição para o estudo da 'Pebble Culture' de Tradição Africana.* “Comun. dos Serviços Geológicos de Portugal”, Lisboa, 65, 1979 (a), p. 225-229.

PENALVA, C. — *O 'Pré-Acheulense' da Enseada da Santoleira (Baixo Alentejo).* “Setúbal Arqueológica”, Setúbal, 5, 1979 (b), p. 7-14.

ZBYSZEWSKI, G.; *et al.* — *Nota prévia sobre a 'Pebble Culture' da praia calabriana do Miroúço (Algarve).* “Madrider Mitteilungen”, Madrid, 22, 1981, p. 11-18.

⁸² *Op. cit.* (v. nota 80), p. 17.

⁸³ V. nota 74.

⁸⁴ Através da leitura dos trabalhos onde estes materiais são publicados não é possível obter elementos essenciais de análise, como sejam, por exemplo, o número de levantamentos de cada peça, a sua justaposição e sequência, etc. Este facto, que se pode estender à maior parte dos trabalhos que recentemente dão a conhecer conjuntos deste tipo, revela um certo empobrecimento, mesmo em relação às publicações dos anos 40, onde, bem ou mal, se fazia a descrição quase individualizada de todo o material recolhido. Parece-nos que a opção recente, para além de resultar da necessidade em reduzir ao máximo, por questões económicas, os textos (problema que se poderia obviar se se optasse por elaborar quadros de atributos previamente definidos e seleccionados), manifesta sobretudo uma certa limitação de perspectiva acerca do que pode e deve ser a análise tipológica de indústrias de seixos talhados.

⁸⁵ *Op. cit.* (v. nota 80), p. 21.

⁸⁶ Para a datação antiga (= contemporânea ou anterior ao nível de praia onde se encontrem) dos instrumentos líticos bastaria, segundo o princípio tradicional do “rolamento como prova de antiguidade”, a ocorrência de seixos rolados, seja em que grau fosse. Numa segunda fase, mas dentro dos limites *post quem* estabelecidos pela simples existência de rolamento, se poderia operar subdivisões, com implicações cronológicas relativas, ou não.

nos, situa-se a sul da ribeira da Samarra, a uma cota de cerca de 100 m⁸⁷. O segundo local referido é o de Encarnação (S. Pedro da Cadeira), dele se dizendo apenas que “talvez” contenha “peças semelhantes” às sicilianas do Magoito. O terceiro sítio a que se faz alusão é o do Lado Norte do Cabo Espichel, incluído, em momento de síntese⁸⁸, como um dos locais onde se encontraram peças do Siciliano I. No entanto, aquando da descrição dos diversos níveis de praias daquela zona, não se afirma nunca a existência segura de tais níveis e correspondentes artefactos. Diz-se apenas que *poderiam* existir, mas dificuldades de acesso e falta de tempo impediram a sua observação⁸⁹. A semelhança que se estabelece (nos arredores do Casal do Mocinho) entre alguns seixos desta zona e os de Magoito, Açafora, etc. é baseada na sua morfologia, cor e desgaste, já que proviriam de um andar “millaziano” (60-70 m) mais moderno. O quarto local referido obedece ao mesmo tipo de problemas do anterior. Trata-se de Ribamar, que em dado passo é incluído entre os casos de “níveis Sicilianos” de “praias marinhas escalonadas até às proximidades do Cabo da Roca”⁹⁰, mas onde no momento da sua descrição apenas se reconhece ter registado, à superfície de um nível de 40 m, “aqui e lá seixos esparsos em pequeno número”, análogos pelo seu estado físico aos observados mais a sul, sobre as praias de Açafora e do Magoito, *supondo* H. Breuil e G. Zbyszewski que “se devam tratar de restos de praias mais antigas, hoje destruídas pela erosão e que seriam seja millazianas seja sicilianas”⁹¹. Como complemento a esta lista, devem acrescentar-se as referências a dois outros locais, situados em depósitos fluviais do interior: Quinta da Bica (Torres Novas), onde se diz ter descoberto estações paleolíticas num “terraço siciliano”⁹², e Fanada (Vale de Cavalos), onde “foram encontrados seixos talhados apresentando o aspecto dos objectos que caracterizam a “Pebble-Culture”⁹³, num “planalto pliocénico que se desenvolve 130-140 m acima do rio Tejo”⁹⁴. A juntar a algumas descobertas antigas⁹⁵ e outras recentes, mas de datação de todo desconhecida⁹⁶, estes são os raros locais onde, no interior, foram apontadas indústrias ditas “pebble-cultures” pré-acheulenses.

⁸⁷ Esta localização baseia-se exclusivamente na toponímia da área compreendida entre Açafora e Magoito. Nenhuma indicação de localização é dada na obra onde, de passagem, o local é citado, V. *op. cit.* (v. nota 1), p. 185.

⁸⁸ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 592.

⁸⁹ ID — *ibid.*, p. 284-285.

⁹⁰ *Op. cit.* (v. nota 50), p. 46.

⁹¹ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 120.

⁹² ZBYSZEWSKI, G.; *et al.* — *Notícia Explicativa da Folha 27-C (Torres Novas) da Carta Geológica de Portugal*. Ed. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1971, p. 42.

⁹³ ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. — *Notícia Explicativa da Folha 31-B (Chouto) da Carta Geológica de Portugal*. Ed. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1979, p. 26.

⁹⁴ *Op. cit.* (v. nota 44), p. 186 (nota infrapaginal).

⁹⁵ Designadamente Alfragide, Buraca, Liceia, V., por exemplo, a *op. cit.* na nota 56, p. 216.

⁹⁶ Caso do sítio de Cerdal (Valença). V. CARVALHO, G. S.; *et al.* — *O Quaternário do Minho. Estado actual dos nossos conhecimentos*. “Portugalia”, Porto, nova série, vol. 4-5, 1984, p. 13-20. CARVALHO, G. S. e LEMOS, F. S. — *Estudo dos depósitos e indústrias quaternárias nos vales fluviais do Minho. Notícia sumária sobre as investigações em curso*. “Revista de Guimarães”, Guimarães, vol. 94, 1984, p. 339-344.

4.2. “Estações” do Calabriano

Formação de Belverde⁹⁷. Trata-se de um conjunto de 4 locais onde, “à superfície do terreno ... e no seu interior”, se recolheu um total de 62 peças⁹⁸, assim distribuídas: 26 na Quinta dos Arcos, 1 em Santa Marta, 11 em Basteza da Mó e 24 na Quinta do Peru. Estas peças consideram-se pertencentes ao chamado “Conglomerado de Belverde”. Aqui, tal como nas praias sicilianas descritas, tal associação baseia-se principalmente no aspecto geral dos seixos e na consideração de que o rolamento apresentado pelos supostos “artefactos” é contemporâneo da exposição marinha da formação conglomerática que se admite terem incorporado. O dado novo que estes achados introduzem não se situa tanto no plano das condições de jazida das peças, quanto da definição no local de um verdadeiro ciclo climático-sedimentar e não de simples “andares”, correspondentes a plataformas e formações de datação mais duvidosa. Pesem embora as limitações que a própria interpretação e datação dos depósitos, designadamente do referido conglomerado, sofrerá em resultado do que julgamos ser uma evidência arqueológica viciada, a verdade é que todo o levantamento geológico realizado naquela zona é exemplar a vários títulos. Estamos a pensar designadamente na aplicação conseguida dos métodos modernos da sedimentologia dos balastros, seja no seu estudo granulométrico e morfológico, seja no da definição de páleo-correntes, pela análise das imbricações. Através destes métodos e de uma cartografia detalhada, pôde definir-se a seguinte sequência: na base, uma série arenosa pliocénica (correspondente a “um clima provavelmente quente e húmido”); sobre esta, depositou-se por via fluvial (“último acarreo” do Pré-Tejo), um horizonte de calhaus rolados (clima menos quente e mais seco), que é depois remobilizado pelo mar, durante um período que não foi suficiente para “imprimir aos calhaus características marinhas nítidas, excepto no que respeita à forma”; após a retirada do mar, estes calhaus (hoje o Conglomerado acima citado) foram “fortemente lavados pelas águas de escorrência”, que lhes provocaram uma alteração superficial considerável. Com este fenómeno encerra-se um primeiro momento, marcado por uma “degradação” progressiva do clima pliocénico. Numa segunda fase,

⁹⁷ AZEVEDO, T. M.; et al. — *Contribuição para o conhecimento das indústrias líticas mais antigas do território português: as jazidas com ‘Pebble Culture’ da formação de Belverde — Península de Setúbal (Vilafranquiano médio)*. “Setúbal Arqueológica”, Setúbal, 5, 1979, p. 31-44. AZEVEDO, M. T. — *O Sinclinal de Albufeira — evolução pós-miocénica e reconstituição paleogeográfica*. Tese de doutoramento, Fac. de Ciências, Univ. de Lisboa, 1983.

⁹⁸ Acerca da informação que é possível recolher, através das publicações, acerca destas peças, veja-se o comentário que fizemos na nota 84 deste trabalho. Neste caso, deve ainda acrescentar-se que também não se indica em nenhum lado *quantas* e *quais* foram as peças recolhidas “no interior” da formação — o que seria fundamental, se admitirmos que entre o total de “artefactos” possa haver nessas condições alguns cuja intencionalidade do talhe seja indiscutível.

assiste-se à deposição das chamadas “Areias do Marco Furado”⁹⁹, que terá ocorrido no “clima subárido a que os espanhóis chamaram rañas”¹⁰⁰, sobre as quais se produz uma “alteração fersialítica”, traduzida na formação de um solo vermelho de mais de 30 m de potência, correspondente a um “clima de estação seca cada vez mais longa e marcada, de tipo mediterrânico”. A datação de toda esta sequência é dada, no topo, por critérios comparativos, de natureza geológica: “Vilafranquiano médio”, “uma vez que após este todos os solos vermelhos formados possuem espessuras muito inferiores à referida”¹⁰¹. Na base, após as areias pliocénicas, a datação é estabelecida somente a partir da suposta “evidência” arqueológica. Por se considerar que (por comparação com o Marrocos atlântico) não é de admitir a existência de utensílios humanos pré-calabrianos (entenda-se: pré-danubianos ou pré-moulouyanos), atribui-se a este período o transporte fluvial e posterior retoma marinha dos seixos do “Conglomerado de Belverde”. Esta remobilização marinha corresponderia a uma fase transgressiva calabriana (base do “Vilafranquiano médio”), não se cuidando de saber exactamente qual¹⁰². Assim, toda a sequência que vai do transporte fluvial dos calhaus do Conglomerado, até à alteração fersialítica das Areias do Marco Furado, “comprime-se” por baixo, para dentro do “Vilafranquiano médio”, do qual estariam representadas uma eventual fase regressiva (correspondente à deposição fluvial inicial), uma fase transgressiva (remobilização marinha) e novamente uma fase regressiva (correspondente à alteração fersialítica citada).

A não ser a condicionante arqueológica, perguntamo-nos, porém, se não seriam admissíveis datações mais longas para toda a sequência aqui observada, apontando, mesmo que ainda no interior do Quaternário¹⁰³, para fases mais

⁹⁹ “Entre a deposição do Conglomerado de Belverde e a formação do Marco Furado prosseguiu a sedimentação na região de Porto do Concelho, como o demonstram as areias, margas e argilas intercaladas entre as duas formações”. *Op. cit.* (v. nota 97), AZEVEDO, M. T., 1983, p. 262.

¹⁰⁰ ID — *ibid.*, p. 262.

¹⁰¹ Ter-se-á certamente em mente a chamada “Formação Vermelha de Mamora”, do Norte de África. V., por exemplo, *op. cit.* na nota 14, BIBERSON, P., 1971 (a).

¹⁰² Refere-se mesmo apenas, em certo momento, que “esta invasão pelo mar, corresponde talvez à transgressão calabriana” (sublinhado nosso) (*op. cit.* — v. nota 97, AZEVEDO, M. T., 1983, p. 261), sendo patente no uso definido do artigo a não consideração de um qualquer dos diferentes “andares” calabrianos que são considerados, desde 1943, existirem nas nossas costas, “andares” que, de resto, têm sido ultimamente interpretados em termos de “episódios regressivos” — o que não seria o caso (e bem, julgamos nós) neste local.

Também se regista com agrado a não utilização de critérios altimétricos para o esclarecimento desta questão, critérios que, aliás, dificilmente poderiam ter algum sentido, dado o Conglomerado de Belverde se situar “à altitude mínima de 110 m, podendo contudo ser bastante mais elevada”. Curiosamente, nem tão-pouco para a atribuição genérica ao Calabriano se utiliza nunca o argumento altimétrico, que no entanto o esquemático raciocínio tradicional aplicado às praias elevadas do nosso litoral imediatamente aduziria, tendo em vista entrar a altura mínima admitida já no domínio daquele “andar”.

¹⁰³ Adiante trataremos da questão das datações a atribuir aos três níveis de praia superiores do nosso litoral — o que terá também implicações no estabelecimento de hipóteses alternativas para a sequência aqui descrita.

antigas (pré-danubianas). Este é, em conclusão, um exemplo paradigmático de como a “evidência” arqueológica, única e facilmente aceite como válida, pode ser nociva à interpretação geológica.

Mirouço¹⁰⁴. Na sequência de descobertas anteriores na zona (Vila do Bispo) esta “estação” corresponde a uma “praia levantada, contemporânea da fase regressiva do Calabriano”. Dada a cota do local (125 m) estaríamos perante a última pulsação daquele episódio (Calabriano III), numa fase que se poderá fazer corresponder ao final do período glacial danubiano. A “casca-lheira da praia” onde “alguns seixos apresentando talhe humano”¹⁰⁵ foram encontrados, situa-se englobada num “nível de areias e argilas resultante de uma alteração superficial das rochas subjacentes”. Este conjunto cobre “uma plataforma de abrasão marinha que se estende para o interior, notando-se no entanto, uma ligeira inclinação para o mar, mais acentuada a partir do vértice geodésico” de Mirouço, junto ao qual a praia se desenvolve. A leitura da notícia explicativa da Carta Geológica de Vila do Bispo¹⁰⁶, onde esta praia se diz situar num “pequeno cabeço isolado”, “cerca de 360 m a NW do vértice geodésico” citado (e não junto dele), revela-nos a existência de extensas manchas cobertas por “formações continentais e outras marinhas, grande parte das quais pode pertencer ao Vilafranquiano e ao Calabriano”. Nelas, a alturas diferentes (aparentemente não escalonadas, estendendo-se até cerca de 120 m, ou mais baixo, devido a “acidentes tectónicos”), ocorrem localmente coberturas compostas por “crostas pseudolateríticas”, “numerosos pisolíticos ferruginosos”, “seixos bem rolados” de diferentes calibres, alguns “ferritizados”, “grés argilosos”, etc. Em nenhum local concreto, senão no da suposta “estação” paleolítica, se afirma qual a natureza (continental ou marinha) e datação precisa de cada formação. Este procedimento singular explica-se no artigo que dá a conhecer o sítio em questão. Aí se faz uma análise mais atenta da topografia do local, bem como da distribuição dos seixos e “artefactos” sobre ele encontrados. Segundo tal análise, estaríamos perante duas fases de uma praia do Calabriano III. A primeira (transgressiva) estaria representada no sector que do interior se estende até ao vértice geodésico; a segunda (regressiva) deste até às falésias, onde “a abundância de seixos aumenta, assim como a inclinação da plataforma”. A pretensa “presença humana” mais antiga detetada, corresponderia a esta segunda fase, embora em nenhum lado se afirme que os “artefactos” rolados apenas foram recolhidos no sector de terreno que

¹⁰⁴ *Op. cit.* (v. nota 81), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1981.

¹⁰⁵ No caso que nos interessa (v. nota 74) trata-se de uma série (série I) de apenas 24 peças (19 unifaciais e 5 bifaciais), onde “a quantidade de lascamentos em cada seixo não excede o número de 3” (*op. cit.* na nota 81, ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1981, p. 12). Na mesma “estação” separou-se mais duas séries: uma de 9 peças, “de época posterior à Primeira” (!?); outra de 11 peças, onde “a técnica empregue revela uma nítida influência ‘Languedocense’” na maior parte das peças, e um “aspecto mustierense” numa lasca tirada de um seixo de “influência ‘languedocense’ bastante acentuada” (!).

¹⁰⁶ ROCHA, R. B.; *et al.* — *Notícia Explicativa da Folha 51-B, da Carta Geológica de Portugal*. Ed. dos Serviços Geológicos de Portugal, 1979. O levantamento de campo foi feito entre 1969 e 1972, ano em que o mapa correspondente foi publicado.

lhe corresponderia. No entanto, é “a quantidade de seixos talhados e rolados, fruto de uma rápida recolha”, e não qualquer outro factor de ordem geológica, que leva a optar pela interpretação exposta, uma vez que inicialmente se começara por admitir poder ali “tratar-se de uma cascalheira em posição derivada”¹⁰⁷. Repete-se o raciocínio de considerar que o rolamento patente em algumas peças é por si só prova da sua antiguidade; vai-se, porém, mais longe ao conferir-se aos “artefactos” a capacidade de determinarem a própria natureza do depósito sobre que jazem e a que se pretendem ligar.

Alto de Leião¹⁰⁸. Em 1979, depois de “prospecções arqueológicas que desde há anos” os descobridores deste local realizavam “na área dos concelhos de Oeiras e Cascais”¹⁰⁹, dá-se a conhecer aquilo que na ocasião é apresentado como “o testemunho seguro mais antigo de actividade humana divulgado até ao presente em Portugal” (na Europa mesmo?). Numa “antiga praia elevada calabriana, a 150 m de altitude” foram recolhidas à superfície 58 peças “talhadas” e roladas (série I) de que se não dão suficientes elementos de avaliação¹¹⁰. Para além deste conjunto rolado, regista-se no local materiais que cobrem uma considerável vastidão: “Pebble-Culture” posterior à da série I (... embora “tecnicamente” menos evoluída); Acheulense; Mustierense; e “posteriores”. Uma vez mais, aqui se aceita a validade do rolamento como critério de antiguidade, quando no caso existe até uma rede fluvial local, encaixada a cerca de 30 m, que não é sequer considerada. Para além do rolamento, considera-se também que a “coloração uniforme acastanhada” das peças (“semelhante à dos seixos intactos do depósito”) é prova da sua contemporaneidade com a própria constituição da praia. Em nossa opinião, porém, não é nada claro que tal se possa concluir. De facto, por um lado, o

¹⁰⁷ Certamente que subjacente a tal apreciação está a convicção de não ser possível que tais “artefactos” derivassem de níveis superiores, onde até então os mesmos não tinham sido encontrados. Porém, após a sua descoberta em cotas de 150-160 m (Alto de Leião, Seixosa) já nada existe que possa suportar aquela conclusão, que aliás seria sempre discutível pelas restantes razões indicadas ao longo deste trabalho.

¹⁰⁸ *Op. cit.* (v. nota 44).

¹⁰⁹ Mesmo que descoberta “há anos”, talvez nunca estes seixos “talhados” rolados seriam encarados como tal, por falta de aval para a aceitação da existência desse tipo de peças a cotas tão elevadas. Não será isso que aconteceu a diversos conjuntos não publicados (tudo indica que muito reduzidos, de superfície e ainda mais problemáticos do que estes que é possível comentar) que ultimamente têm sido referenciados? Veiga Ferreira (v. ref. bibliográfica abaixo), num pequeno artigo recentemente publicado, inventaria uma série de 18 locais, de que apenas em relação a 12 conhecemos elementos. Não serão os restantes (Batalha, Bouro, Ciento, Marvão, Seixal, Arneiro dos Marinheiros, Torre d'Aspa) sítios antigos agora “redescobertos”? Ou serão locais que resultam de recentes “prospecções dos técnicos e colaboradores dos Serviços Geológicos de Portugal”, dos “especialistas” de que “não é qualquer indivíduo, tenha a formação que tiver, que *a priori* duvida”?

Ferreira, O. V. — *A ‘Pebble Culture’ ou ‘Pebble Industry’ em Portugal — Breve síntese da sua descoberta e estudo*. “Ciência Actual”, Lisboa, ano 1 (1), 1984, p. 23-25.

¹¹⁰ Teremos ocasião de demonstrar adiante que a “localização” (aliás limitada à indicação sumária de “na extremidade”, “de-ângulo” e “lateral”) e a “inclinação” (também circunscrita a “subvertical” e “sub-horizantal”) do talhe não esgota de forma nenhuma a sua necessária caracterização, tes sendo talvez, sob certos pontos de vista, aspectos acessórios.

“depósito” que cobre esta plataforma está, ele próprio, longe de se poder considerar contemporâneo ou pouco posterior à formação da mesma. Trata-se de um manto de “pequenos seixos achatados, muito rolados e ferritizados ... muito dispersos sobre o manto basáltico aflorante”. O seu carácter indefinido leva mesmo a que na respectiva Carta Geológica ¹¹¹ ele não seja cartografado ¹¹². Por outro lado, a coloração adquirida quer pelos “artefactos”, quer pelos seixos “intactos”, constitui um processo que é impossível, como adiante veremos, datar com rigor, mas pode ser relativamente rápido, não constituindo por si só prova de antiguidade considerável ¹¹³. Assim, nem o depósito à superfície do qual se encontram as peças roladas se pode dizer intacto e ainda por cima calabriano, nem a coloração que as mesmas apresentam se pode afirmar sua contemporânea ou sequer pouco posterior. Em relação ao depósito em causa, a indicação de que se trata de uma cobertura derivada, por coluvionamento, é dada inclusivamente pela sua descrição, quando se diz haver “uma maior concentração dos vestígios do depósito junto à quebra de terreno”, ou seja à eventual arriba fóssil de passagem para o andar inferior (Siciliano I). Tal concentração é, no entanto, interpretada arbitrariamente como resultante de uma fase regressiva do Calabriano II.

Seixosa ¹¹⁴. Esta é a mais recente “estação” deste grupo dada a conhecer, situando-se a Oeste da povoação de Encarnação (Torres Vedras), numa mancha de “antiguidade altimétrica” comparável à do Alto de Leão (Calabriano II). Trata-se sem qualquer dúvida do mais importante local onde até hoje foi considerado existir uma indústria lítica pré-acheulense. Vejamos, porém, o sentido exacto de uma tal apreciação.

Em Seixosa pode observar-se a seguinte sequência sedimentar: na base, grés argiloso Portlandianos; depois, grés argiloso de “estratificação ondulada por vezes entrecruzada” e espessura que pode atingir os 4,60 m (Complexo A); finalmente uma “casalheira de seixos brancos, cinzentos, etc., bem rolados e envolvidos num cimento de grés argiloso acastanhado” (Complexo B), que ravinou o Complexo A e atinge 3 m de espessura visível. No que respeita à

¹¹¹ Folha 34-C, reeditada (ed. dos Serviços Geológicos de Portugal) em 1981.

¹¹² Nem tão-pouco a plataforma de abrasão marinha calabriana que ele se considera cobrir, o que se compreende, dado não serem as nossas Cartas Geológicas levantamentos geomorfológicos em sentido estrito.

¹¹³ Teríamos então de aplicar o mesmo critério a outros materiais do manto basáltico de Lisboa, igualmente “coloridos”: ao mustierense da Amadora, a várias séries do Casal do Monte, etc., que então passariam a ser “contemporâneas” dos depósitos sobre que se encontrassem e dos seixos “intactos” neles existentes.

¹¹⁴ ZBYSEWSKI, G.; et al. — *A ‘Pebble Culture’ do nível Calabriano de Seixosa (Portugal). Aspectos Tipológicos e Geológicos.* “Memórias da Academia das Ciências de Lisboa”, Lisboa, 24, 1982, p. 127-162.

Esta estação foi ainda referenciada, brevemente, nos catálogos das duas seguintes exposições (no segundo deles, aliás, incluída no âmbito das “civilizações do Acheulense superior”): *Paleolítico inferior do sul de Portugal e sua correlação com o Marrocos Atlântico.* Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, 1981. *Les premiers habitants de l’Europe.* Museu do Homem, ed. do Laborat. de Préhistoire du Musée de l’Homme, Paris, 1982, p. 114.

interpretação geo-climática desta sequência, estabelece-se corresponder a mesma a uma regressão marinha, “com deposição sequencial regular do ‘tipo a-b, a-b’”, de que apenas uma parte (um conjunto a-b) estaria representada no terreno. Assim, o “Complexo A” corresponderia a “uma deposição sedimentar alheia à zona de rebentação do mar calabriano num meio onde a profundidade seria fraca” e o “Complexo B” seria “a última fase da sequência regressiva”¹¹⁵. Esta é *uma* das leituras possíveis. Corresponde ao modelo genérico de sedimentação em fases regressivas, mas tal só pode ser afirmado com segurança quando existam sequências completas devidamente caracterizadas em termos sedimentológicos, ou paralelos lito-estratigráficos complementares na mesma zona. Haverá que realizar estudos granulométricos do balastro e da fracção arenosa, para ver até que ponto estamos em presença de uma deposição marinha *en place*. Mas, mesmo aceitando as interpretações geo-climáticas propostas (o que não nos custa admitir), chama desde já a atenção neste caso a dificuldade que resulta em estabelecer datações a partir de princípios eustáticos mecanicistas, particularmente numa zona tão recortada e, ao que tudo indica, submetida a fenómenos de neotectónica consideráveis. No plano dos “artefactos”, este local parece ser um caso completamente distinto dos restantes. Aqui, porém, a diferença é, em nossa opinião, muito mais aparente do que real. De facto, se é certo que em Seixosa são referidas 210 peças (caso único), todas recolhidas *in situ* (único também), quantidade animadora, não é menos verdade que desse total pelo menos 129 apresentam apenas um só levantamento, 64 dois levantamentos, 10 três levantamentos e somente 3 (eventualmente 7, se incluíssemos aqui os 4 “pebble-points”) mais de três levantamentos (v. quadro I). A questão da intencionalidade do talhe não pode, nestas circunstâncias, deixar de se colocar, tal como à frente demonstraremos¹¹⁶. Assim se reduz o número dos “artefactos” desta “estação”, cuja relação com os que ali se encontram à superfície necessitaria, aliás, de ser melhor esclarecida — até porque se diz que “as raízes alcançam uma profundidade apreciável”, cruzando toda a cascalheira de onde as peças provêm. Nós próprios, numa breve visita que fizemos ao local, recolhemos verdadeiros seixos talhados à superfície e outros duvidosos *in situ*. Em ambos os conjuntos se encontram peças apenas eolizadas ou eolizadas e roladas após o “talhe”¹¹⁷. Embora admitamos que realmente existam *in situ* artefactos indiscutíveis, seria importante saber porque nessas condições para 210 peças, apenas 3 (ou 7) apresentam mais de 3 levantamentos, enquanto à superfície é relativamente fácil encontrar estas últimas. Seria interessante explicar tudo isto, porque como veremos o argumento de que se trata de indústrias de

¹¹⁵ “Última”, porquê? Não se pode (e deve) admitir que a sequência conservada apenas correspondente ao que resta de uma outra maior, ravinada ao longo dos tempos?

¹¹⁶ Para mais no contexto de uma “cascalheira regressiva”, onde todas as acções mecânicas de entrechoque dos calhaus são obviamente frequentes e acentuadas.

¹¹⁷ No conjunto de 210 “artefactos” indicados como recolhidos *in situ* pelos descobridores deste local, existem peças com ambas estas características: apenas eolizadas; roladas e eolizadas.

épocas diferentes é de todo artificial e, de resto, não poderia mesmo ser neste caso invocado uma vez que os descobridores deste sítio consideram não haver “qualquer dúvida” de que as peças “disseminadas no solo”, à superfície, “derivam do mesmo nível” das recolhidas *in situ*, constituindo por isso um mesmo conjunto.

Outros locais. Como assinalámos anteriormente (veja-se a nota 109), alguns outros sítios têm sido ultimamente referenciados como contendo indústrias líticas pré-acheulenses. Todavia, em nenhum caso se publicaram materiais ou se forneceram quaisquer pormenores acerca desses locais, pelo que os mesmos não podem sequer ser minimamente considerados.

5. Discussão acerca do significado dos elementos existentes

É difícil abordar separadamente cada uma das questões que, de passagem, foram sendo referenciadas ao longo do capítulo anterior, uma vez que as mesmas se encontram quase sempre profundamente inter-relacionadas e surgem envolvidas por uma emaranhada teia de considerações¹¹⁸. No entanto, procuraremos proceder a uma sistematização que permita uma melhor avaliação dos elementos materiais e das hipóteses apresentados.

5.1. Problemas de natureza geológica

5.1.1. Identificação, datação e correlação dos diferentes “andares”

A primeira questão que a generalidade dos locais onde é suposto terem sido encontrados “artefactos” líticos pré-acheulenses coloca é a da própria identificação de cada plataforma orográfica considerada. Por sistema, tais superfícies são assimiladas à acção abrasiva de fases marinhas transgressivas. Esta apreciação, embora não ofereça globalmente grande discussão, contém já em si um primeiro elemento de dúvida, dado que é sempre possível admitir, tal como se tem verificado um pouco por todo o Mediterrâneo¹¹⁹ e Norte de África¹²⁰, a existência de levantamentos de carácter isostático ou tectónico, que podem dar origem àquilo que por vezes se designa por “falsas praias”.

Se a interpretação das superfícies orográficas levemente inclinadas para o mar como plataformas de abrasão marinha, contém alguns perigos, especialmente no que se refere às fases mais antigas, é no entanto a sua leitura isolada, em termos de “andar”, que mais dificulta o estabelecimento de um sistema geo-crono-estratigráfico marinho. P. Biberson, num trabalho fundamental onde faz o ponto da situação acerca das possíveis correlações entre a Europa meridional e o Norte de África durante o Plistocénico, afirma que

¹¹⁸ Considerações que não raro assumem um carácter de codificação a que só é possível aceder através da leitura de vários trabalhos, deles construindo o próprio leitor uma ideia acerca do que cada termo quer realmente significar.

¹¹⁹ *Op. cit.* (v. nota 20), MISKOWSKI, J., 1974, p. 60. Trata-se neste caso de um levantamento geral das praias do Quaternário antigo por efeito de “fenómenos de levantamento da extremidade da cadeia alpina”.

¹²⁰ CHOURBERT, G.; FAURE-MURET, A. — *Manifestations tectoniques au cours du Quaternaire dans le Sillon Preafricain (Maroc)*. “Notes Serv. géol. Maroc”, Rabat, 25 (185), 1965, p. 57-62.

“em Marrocos o conceito de *andar* foi substituído pelo conceito de *ciclo marinho*, usando elementos paleontológicos”. “Um ciclo — acrescenta o mesmo autor — constitui uma transgressão e regressão completas do mar e o fim do ciclo coloca-se no ponto máximo da regressão”¹²¹. Esta perspectiva, que também é a de G. Choubert¹²², dá ênfase particular aos depósitos continentais que durante as fases regressivas se tenham constituído, os quais estão longe de ser as incaracterísticas acumulações de seixos nas zonas frontais (mais baixas) das praias que vimos serem no nosso país associados àquelas.

De facto, entre nós tem bastado para a identificação e datação das mais antigas plataformas marinhas e/ou depósitos (originais ou não) que as cobrem o mero critério altimétrico por vezes associado à sumária observação da distribuição no terreno do balastro das formações de cobertura. O contrário se passou em Marrocos, onde foi “a sistemática exploração das diferentes formações das praias marinhas e dos terraços continentais interpostos” que “tornou possível caracterizar e datar com rigor os diferentes ciclos, a partir de elementos morfológicos, estratigráficos, paleontológicos e arqueológicos”¹²³. Temos por conseguinte uma fundamental diferença entre os elementos obtidos no Marrocos atlântico e os da costa portuguesa: no primeiro lado, toda uma série complementar de elementos contribuem para a datação dos depósitos, nunca se invocando prioritariamente a sua altimetria; no segundo caso, apenas esta é (ou tem podido ser) considerada¹²⁴.

Uma segunda questão se põe, a saber: que correlações inter-regionais atribuir a tais depósitos poligenéticos marinhos e continentais, ou seja, também por esta via, que datação propor-lhes? Trata-se de uma questão de difícil análise, dadas as bases insuficientes de que se parte. Apesar disso, vejamos como se pode colocar o problema.

Admitamos por um momento serem pacíficas as identificações até hoje feitas das plataformas litorais como praias marinhas elevadas, e situemos a discussão em torno dos dois “andares” superiores: Siciliano I e Calabriano. Em relação ao primeiro parece hoje assente a correlação Siciliano I = Danúbio/Günz, apesar de diversos autores preferirem seguir ou as propostas apresen-

¹²¹ *Op. cit.* (v. nota 14), BIBERSON, P., 1970, p. 116.

¹²² CHOUBERT, G. — *Quaternaire du Maroc*. “Biuletyn Peryglacialny”, Todz, 10, 1961, p. 9-29. CHOUBERT, G. — *Evolution de la Connaissance du Quaternaire au Maroc*. “Notes Serv. géol. Maroc”, Rabat, 25 (185), 1965 (a), p. 9-27. CHOUBERT, G. — *Essai de corrélation des formations continentales et marines du Pleistocene au Maroc*. “Notes Serv. géol. Maroc”, Rabat, 25 (185), 1965 (b), p. 33-45.

O conceito de *ciclo marinho* entronca aliás no de *ciclo climato-sedimentar*, que E. Bonifay considera “muito importante em meio continental, mas que se pode também estender ao meio marinho”, com vantagem sobre o de *andar* geológico (*op. cit.* na nota 47, BONIFAY, E., 1964, p. 200).

¹²³ *Op. cit.* (v. nota 14), BIBERSON, P., 1970, p. 117.

¹²⁴ Acerca da questão da altimetria como critério de datação, v. designadamente: BORDES, F. — *Leçons sur le Paléolithique, 1 (Notions de Géologie du Quaternaire)*. “Cahiers du Quaternaire”, 7, Ed. CNRS, Instituto do Quaternário, Univ. de Bordéus, 1984 (pp. 32-46). BOURDIER, F. — *Origine et succès d'une théorie géologique illusoire: l'eustatismo appliqué aux terrasses alluviales*, “Revue de Géomorphologie Dynamique”, Paris, 10.º ano, n.º 1-4, p. 16-24. BOURDIER, F. — *Les anciens rivages quaternaires en France. Théories et réalités*, “Quaternaria”, Roma, vol. XV, 1971, p. 105-110.

tadas no 2.º Congresso Pan-Africano de Pré-História (1952) e 4.º Congresso da INQUA (1953)¹²⁵, ou as nomenclaturas de R. Selli e S. Emiliani¹²⁶, ambas no sentido de reservar a designação de Siciliano apenas para o antigo “Millaziano” (Günz/Mindel convencional) e chamar “Calabriano superior” ou Emiliano ao nível correspondente ao interglaciar Danúbio/Günz. Esta não foi, porém, a tradição seguida entre nós, e cremos serem suficientemente válidos os argumentos de G. Choubert em defesa da designação inicial (Siciliano I = Danúbio/Günz)¹²⁷. Porém, mais importante do que as designações é o conteúdo específico que elas recobrem. No caso do Siciliano I, parece ter havido ao longo dos anos algumas flutuações. Assim, os níveis de praia que ele integra (90-100 m) são considerados, por G. Zbyszewski, em 1943¹²⁸, pré-gunzianos; pelo mesmo autor, são depois atribuídos, em 1958¹²⁹, a um inter-estadial gunziano; para voltarem a serem novamente pré-gunzianos, em 1982¹³⁰. Existe, já aqui, portanto, alguma margem de dúvida, embora não custe admitir que efectivamente a última correlação proposta seja a correcta.

A questão das correlações dos nossos “andares” marinhos com os do Norte de África e a cronologia glacial alpina complica-se porém quando passamos para as fases anteriores. Entre nós estas fases foram desde sempre designadas globalmente por “Calabriano”, de um lado e “Pliocénico”, do outro. Em 1958, G. Zbyszewski refere-se à existência de três “andares” superiores ao do Siciliano I, respectivamente a 115-130 m, 150-160 m e 180-190 m. Considera “evidente que alguns destes depósitos são Calabrianos e devem ser incluídos no Quaternário” e pergunta: “mas deve considerar-se como Calabriano somente o nível mais baixo, o de 125-130 m? Neste caso qual seria a idade dos dois níveis mais antigos? Seriam eles pliocénicos ou miocénicos?”¹³¹. Em 1971 esta dúvida encontra-se já aparentemente esclarecida, uma vez que se afirma que “o nível mais alto de 120-130 m deve ser atribuído ao Calabriano” e “os níveis de 150-160 m e de 180-190 m são mais antigos” (sublinhado nosso)¹³².

Não obstante ser este o estado da questão até 1978, os trabalhos que a partir daí têm dado a conhecer novos locais, em plataformas situadas àquelas alturas, têm optado por uma visão distinta. Assim, pode observar-se que agora os três níveis acima apontados não somente são considerados todos

¹²⁵ *Apud op. cit.* (v. nota 122), CHOUBERT, G., 1965 (b), p. 38.

¹²⁶ EMILIANI, C.; *et al.* — *Paleotemperatures analysis of the Plio-Pleistocene section at Castella, Calabria, Southern Italy.* “Geol. Soc. American Bull.”, 72, 1961 p. 679-688. SELLI, R. — *Le Quaternaire marin du versant adriatique-ionien de la péninsule italienne.* “Quaternaria”, Roma, 6, 1962, p. 391-413. EMILIANI, C. — *Paleotemperatures variations across the Plio-Pleistocene boundary.* “Science”, 171, 1971, p. 60-62.

¹²⁷ *Op. cit.* (v. nota 122), CHOUBERT, G., 1965 (a), p. 12; *op. cit.* (v. nota 122), CHOUBERT, G., 1965 (b), p. 38-39.

¹²⁸ *Op. cit.* (v. nota 50).

¹²⁹ ZBYSZEWSKI, G. — *Le Quaternaire du Portugal.* “Boletim da Sociedade Geológica de Portugal”, Porto, 13 (1-2), 1958.

¹³⁰ V., por exemplo, *op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982.

¹³¹ *Op. cit.* (v. nota 129), p. 184.

¹³² ZBYSZEWSKI, G. — *Apresentação da Carta Geológica do Quaternário de Portugal.* “Arqueologia e História”, Lisboa, 9.ª série (3), 1971, p. 99-116 (p. 107).

calabrianos, como são correlacionados por inteiro com o período glacial danubiano, afirmando-se ainda que correspondem, no seu todo, a fases regressivas: “em certas cotas (190-180, 160-150, 130-115 metros) o nível do mar fazia uma curta pausa, antes de retomar o seu pendor regressivo, conforme se impunha numa época de clima frio”¹³³. Não existe qualquer argumento sólido para esta compressão dos três “andares” em discussão dentro do período glacial danubiano — a não ser a condicionante introduzida pela “evidência” arqueológica. Por certo que o raciocínio seguido é o seguinte: se já no nível de 150-160 m existem artefactos, como é possível fazer datá-lo de uma época anterior ao Moulouyano norte africano (Danúbio alpino), onde tais instrumentos surgem pela primeira vez? E uma vez que se estabelece desta forma a datação dos níveis de 150-160 e 115-130 m, porque não arrastar para o mesmo saco o de 180-190 m? Julgamos ser esta a única fundamentação para as propostas em apreciação. Simplesmente, trata-se de uma explicação insuficiente, viciada nas bases materiais de que parte, e de consequências insustentáveis. Senão vejamos.

Em primeiro lugar, causa perplexidade a solução de questões de natureza geológica a partir da mera evidência arqueológica, sobretudo quando desta se tem as enormes dúvidas a que adiante nos referiremos. Depois, a datação proposta conduz a que o Calabriano tenha, relativamente a todos os restantes “andares” marinhos, o singular comportamento de não ter originado formações transgressivas, dando apenas origem a depósitos regressivos¹³⁴. Última mas não menor implicação: passaria a haver um hiato flagrante, uma discordância sedimentar e geomorfológica total, entre os níveis verdadeiramente pliocénicos (que se situam a cerca de 200 m) e os pretensos “calabrianos”/danubianos que se encaixariam imediatamente, a partir dos 190 m.

Para avaliar até que ponto uma tal posição é inconsistente, interessa recordar aquilo que parece ter ocorrido no Marrocos atlântico e no Mediterrâneo. G. Choubert é por ventura o autor que melhor aborda esta questão¹³⁵. Segundo ele, entre o Pliocénico final e o Moulouyano, dois episódios se devem intercalar: o Saïssiano e o Moghrebiano. O primeiro, representado sobretudo por calcários lacustres que surgem em discordância com o verdadeiro Pliocénico (Planalto Meknés e planície de Saïs), mas também por “conglomerados de cimento calcário, margas lacustres e ... crostas calcárias potentes e contínuas”, corresponderia a “uma mudança climática relativamente à época precedente que é o Pontiniano”, ou seja “à primeira alteração do clima pliocénico que, no Congresso Internacional de Londres (1948), foi tomada como limite entre o Pliocénico e o Plistocénico”. Trata-se, em suma, de uma fase de regressão marinha, que poderia ter equivalente com o “Calabriano

¹³³ *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 153.

¹³⁴ Seria caso para perguntar qual a génese das extensas, bem marcadas e, ao que parece, escalonadas plataformas existentes nos três níveis superiores em questão. Foram todas (incluindo obviamente os depósitos que as cobrem ou cobriram) originadas pelo poder abrasivo de um mar com “curtas pausas, antes de retomar o seu pendor regressivo”?

¹³⁵ *Op. cit.* (v. nota 122), CHOUBERT, G., 1965 (a) e (b).

atípico” ou “Pré-calabriano” mediterrânico ¹³⁶, por um lado, e o período glacial de Biber, por outro. O Moghrebiano, que se sucede, “representa bem uma transgressão”, que surge em certas zonas (Meknés, Tarfaya) claramente encaixada no Pliocénico lacustre e contém já uma associação faunística onde estão presentes espécies tipicamente pliocénicas (*Ostrea edulis*, *Ostrea cucullata*, *Archantina crassilabrum*), ao lado de outras de tipo pliocénico. Os paralelos para o Moghrebiano seriam, sempre segundo G. Choubert, o episódio quente do Calabriano (intercalabriano) e a fase interglacial de Biber/Danúbio. No que se refere à altimetria, deve salientar-se a intensa actividade tectónica desta época, que torna impossível a indicação de uma cota válida globalmente: os níveis moghrebianos tanto podem surgir a 350-400 m (planalto da Meseta marroquina), como a 30 ou 60 m (província de Tarfaya), ou a 120 m (Argoud-el-Hafid, Rabat) ¹³⁷. Em Casablanca, onde P. Biberson descreveu talvez a mais completa sequência de níveis quaternários do Marrocos atlântico, esta praia surge a cerca de 170 m ¹³⁸, o que inevitavelmente nos faz regressar aos nossos três “andares” superiores, agora paralelizados com o Moulouyano marroquino.

Assim, se bem que as propostas de G. Choubert estejam longe da unanimidade ¹³⁹ e se discuta se os níveis Saïssiano e Moghrebiano devam entrar no Quaternário ¹⁴⁰, a verdade é que existe um vasto período dentro do qual é possível situar os nossos níveis de 115-130 m, 150-160 m e 180-190 m, ou seja, pelo menos desde a regressão correspondente ao Biber-Calabriano atípico-Saïssiano, passando pela transgressão contemporânea do Biber/Danúbio-intercalabriano-Moghrebiano, até, finalmente, à fase Danúbio-Calabriano típico-Moulouyano. A entrarem todos aqueles níveis neste último episódio, perguntamo-nos onde estão os anteriores. A pergunta é tanto mais pertinente, quanto no único caso onde se procurou encontrar no nosso país um “andar”

¹³⁶ V. *op. cit.* (v. nota 126).

¹³⁷ V. *op. cit.* (v. nota 14), BIBERSON, P., 1971 (a), p. 8.

¹³⁸ ID — *ibid.*, p. 24.

¹³⁹ Nem o Saïssiano, nem o Moghrebiano, surgem nunca em contacto directo entre si ou com os depósitos lacustres pliocénicos. E embora em Tarfaya Choubert afirme que o Moghrebiano se encaixa abaixo das formações pliocénicas e “o Saïssiano se intercala” entre ambos, a verdade é que G. Lecointre, por exemplo, considera insuficiente essa sequência, insiste na ausência de contactos directos e levanta até a hipótese dos depósitos lacustres que Choubert considera pliocénicos poderem afinal ser mais antigos (Mioceno) (*apud op. cit.* na nota 14, BIBERSON, P., 1971 (a), p. 9). LECOINTRE, G. — *Néogène récent et Quaternaire du bassin Côtier de Tarfaya*. “Mém. Serv. géol. Maroc”, Rabat, 175, 1966, p. 255-319.

¹⁴⁰ Embora se trate de uma questão relativamente secundária, pois o que verdadeiramente interessa é o registo de alterações climáticas de idade pré-danubiana. A menos que aquilo que Choubert considera manifestações de variações eustáticas do nível dos mares, por efeito de alterações do clima, não passem na sua totalidade de fenómenos tectónicos e/ou isostáticos, tal como parece propor P. Biberson: “até ao momento não existe qualquer evidência, nesta época, de movimentos francamente eustáticos do nível do mar”, pelo que o Moghrebiano resultaria “de um levantamento tectónico do continente, no fim do Plioceno, conduzindo a uma retirada do nível de costa” (*op. cit.* na nota 14, BIBERSON, P., 1971 (a), p. 7). O Moghrebiano seria, nesta perspectiva, um episódio regressivo e não transgressivo, como empenhadamente defende G. Choubert.

correspondente ao Moghrebiano, ele foi colocado a uma cota (222 m, junto ao v.g. Rocheira, Charruada, sul de Seixosa) superior à do Plioceno da mesma zona (transgressão placenciana, a 200 m)¹⁴¹.

5.1.2. Caracterização dos depósitos

Em relação directa com a questão da identificação de cada plataforma litoral como praia elevada a sua datação, estão as condições para a caracterização dos depósitos que as cubram.

Vimos ao longo da análise dos diferentes locais sicilianos e calabrianos do nosso litoral que os depósitos de cobertura aí registados se limitavam, ou a “cascalheiras esparsas”, ou à mesma ocorrência, englobada por vezes em matrizes de fraquíssima potência. Nestas condições, em nenhum caso (salvo nos de Seixosa e Belverde) se pode afirmar, a partir de critérios geológicos estritos (seja granulométricos, seja litológicos), qual a origem e antiguidade de tais depósitos. É a “evidência” arqueológica que sistematicamente se utiliza como elemento de resposta. Assim acontece, por exemplo, em Açafora, onde são os “artefactos” que fazem H. Breuil e G. Zbyszewski tender para a consideração de estarem em presença de um depósito constituído (= rolado) pelo mar siciliano, e não “de solifluxão”¹⁴²; são os mesmos “artefactos” líticos que, em Mirouço, levam a falar numa origem marinha local, em fase regressiva.

Todavia, nos recentes trabalhos a que nos temos vindo a referir, vai-se mesmo mais longe: não só se aceita a “evidência” arqueológica como válida para a caracterização genérica (leia-se: morfogénese e, por consequência, dadas as circunstâncias envolventes, datação) dos depósitos, como se estabelece através dela, o regime paleoclimático e sedimentar dos mesmos. Foi o que vimos em vários locais (Mirouço, Alto de Leião, Laredo das Corchas a Ponta Ruiva, etc.), onde a partir de vários factores ligados à distribuição dos seixos no terreno, à topografia deste, ou simplesmente ao diferente grau de rolamento dos “artefactos” líticos, se julga possível chegar a explicações mais difíceis que todas as que anteriormente se deveriam colocar (formações de vertente, solifluxões, redepósitos de origem fluvial ou torrencial, formações meteóricas de cobertura, etc.), explicações para as quais seria necessário dispor ou de elementos faunísticos, ou, no mínimo, de sequências sedimentares conservadas e desenvolvidas.

¹⁴¹ *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 154-155. De resto, deve também chamar-se aqui a atenção para a viabilidade (pelo menos teórica) de fazer interpretar toda a sequência de Belverde à luz de uma cronologia mais longa, para tanto prescindindo da suposta “evidência” arqueológica. Teríamos assim, por hipótese, a seguinte correlação: deposição dos calhaus do que é hoje o Conglomerado de Belverde em fase regressiva, correspondente ao Saísiano marroquino; remobilização marinha dos mesmos em fase transgressiva, paralelizável com o Moghrebiano; finalmente, deposição (?) e alteração fersialística nas Areias do Marco Furado, durante o “Vilafranquiano médio” (=Moulouyano). Trata-se, insistimos, apenas de um esquema teórico, alternativo ao que fora proposto, mas tanto ou talvez mais plausível do que aquele.

¹⁴² *Op. cit.* (v. nota 1), p. 185.

5.2. Problemas de natureza arqueológica

5.2.1. Os artefactos

a) Condições de jazida e representatividade numérica

Vimos já que, à excepção dos conjuntos de Belverde (apenas parcialmente) e Seixosa, todos os restantes achados portugueses ditos pré-acheulenses provêm de recolhas superficiais, sendo a associação entre eles e as formações subjacentes feita através dos métodos a que mais à frente nos referiremos ¹⁴³.

Este aspecto não é de forma alguma “o único óbice” ¹⁴⁴ à afirmação da existência no nosso país de uma fase pré-acheulense; mas ele é obviamente muito importante. Para melhor disto nos apercebermos, vale a pena reconhecer que foram todos os cuidados postos por P. Biberson na definição das associações dos artefactos às camadas estratigráficas dos vários locais do Marrocos atlântico (juntamente com uma convincente caracterização e datação dos mesmos, como vimos), foram aqueles cuidados que levaram à conclusão de que efectivamente existiu naquela região uma ocupação humana cronologicamente pré-acheulense. De facto, entre as numerosas cautelas de P. Biberson conta-se a de por sistema não considerar os artefactos não recolhidos *in situ*, em horizontes claramente caracterizados e não perturbados. Assim procedeu, entre outras, nas jazidas de Douar Doum, Chellah, Souk-el-Arba e Sidi-Abderrahman - extensão ¹⁴⁵, afirmando que a partir de “estações de superfície não temos grandes hipóteses de atingir a certeza” ¹⁴⁶.

Em ligação com as condições de jazida, está a representatividade numérica dos conjuntos recolhidos em cada local, ou integrados em cada série. O esclarecimento do primeiro aspecto (condições de jazida), que ao geólogo é particularmente caro, interessado como está na relação “fóssil” (o artefacto, neste caso)/camada de origem, apenas poderá conduzir à afirmação da presença humana *tout court*. Em todo o caso, onde a questão da efectiva presença humana esteja esclarecida (e, no limite, apenas um instrumento, desde que indiscutível e *in situ* numa formação selada bem conhecida e datada, bastará) haverá que passar para uma outra fase: a da caracterização cultural das comunidades que tenham produzido os bens materiais recolhidos — perspectiva que é por excelência a do pré-historiador. P. Biberson teve consciên-

¹⁴³ No caso de Belverde e de Seixosa, onde ocorreram achados *in situ* (poucos e não individualizados, no primeiro caso; bastantes, no segundo), pode considerar-se aceite, em princípio, a ligação das peças às formações de cada um daqueles locais. Haverá então que fazer incidir a análise sobre os restantes aspectos merecedores de comentário crítico, designadamente: caracterização das formações, principalmente no segundo caso, sua datação, em ambos os casos, e intencionalidade do talhe, também nos dois locais.

¹⁴⁴ *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 132.

¹⁴⁵ *Op. cit.* (v. nota 10), BIBERSON, P., 1961 (b).

¹⁴⁶ ID — *ibid.*, p. 35. Com efeito, P. Biberson salienta, aquando da exposição do “método de estudo” por si seguido, que “nos limitámos a escolher colecções provenientes de estações de estratigrafia precisa, datadas se possível pela sua fauna malacológica ou mamalógica”, e que “as recolhas de superfície ou cujo lugar estratigráfico não estava rigorosamente estabelecido não foram retidas senão como testemunhos acessórios” (ID — *ibid.*, p. 7).

cia, tal como referimos, quer da necessidade em passar para tal fase de trabalho, quer, correlativamente, da insuficiência, nesta perspectiva, dos conjuntos líticos por si recolhidos. De facto são numericamente reduzidas as séries utilizadas por P. Biberson no estabelecimento em cada local das diferentes fases da sua “civilização do seixo afeiçãoado”¹⁴⁷. Dir-se-ia que quantitativamente se equivaleriam às portuguesas — com a diferença, porém, das condições de jazida (e, veremos adiante, da intencionalidade do talhe) existentes num e noutro caso.

Os achados supostamente pré-acheulenses do nosso litoral não somente se encontram na sua totalidade em condições de jazida que só os tornam utilizáveis se aceitarmos a validade de discutíveis critérios externos que determinem a sua antiguidade e homogeneidade, como são numericamente muito reduzidos. Desde locais onde apenas existe representada uma peça (St.^a Marta; Açafora, série Ia da praia siciliana), passando por aqueles onde se não chega à dezena de exemplares (Magoito, série Ia; Praia da Aguda, série Ia) até aos que atingem apenas algumas dezenas (27, na série I de Laredo das Corchas a Ponta Ruiva, ou seja, em média menos de 3 peças por cada quilómetro ao longo da costa; 26 em Arcos; 11 em Basteza de Mó; 24 em Peru; 24 em Miroço; 58 no Alto de Leão), em nenhum existe um número de artefactos (mesmo que aceites como tal) expressivo para ser utilizado como base de caracterização de qualquer indústria. Uma vez mais, apenas Seixosa é uma excepção, embora dentro da perspectiva que já traçámos ao nos debruçarmos sobre aquele sítio.

b) Significado das alterações físicas superficiais

Com a abordagem deste tema entramos no que constitui talvez o núcleo central da fundamentação acerca da antiguidade dos achados supostamente pré-acheulenses do nosso litoral. Neste ponto importa referir antes do mais que as alterações físicas superficiais a considerar são de importância e natureza diversas. Em primeiro lugar poder-se-ia referir a *eolização*. Trata-se de uma

¹⁴⁷ Uma leitura atenta da principal obra de P. Biberson sobre o Paleolítico inferior do Marrocos atlântico (ID — *ibid.*) indica-nos que na maior parte dos locais onde se encontram artefactos pré-acheulenses, o número de exemplares retidos e descritos raramente ultrapassa a vintena. Assim, em Tardiguet-er-Rahla, por exemplo, o mais importante sítio do “estádio I” da “civilização do seixo afeiçãoado”, recolheram-se *in situ* 22 artefactos (do mesmo “estádio” podem contar-se ainda 8 artefactos *in situ* em Douar Doum e 6 em Arbana). Um exemplo de uma referência menos correcta a estes e outros locais do Marrocos atlântico é dado por C. Penalva, quando afirma que na estação de Souk el Arba do Rharb (“estádio III”) “foi recolhido para cima de um milhar de peças de uma grande uniformidade tipológica” (*op. cit.* na nota 53, p. 532). Ora, se é verdade que P. Biberson nos informa que se pôde recolher “milhares” [e não somente “para cima de um milhar”] de utensílios sobre alguns hectares em meio dia” (*op. cit.* na nota 10, BIBERSON, P., 1961 (b), p. 83), o mesmo autor pôs intencionalmente de parte esses achados de superfície, para se concentrar apenas “num lote” recolhido *in situ* por si próprio e colaboradores (19 peças são descritas), afirmando mesmo que “atendendo à forma como as circunstâncias nos conduziram a operar nesta estação, é evidente que não posso fornecer nenhum número, estatística ou percentagem, que estaria viciada na base pela escolha forçosamente subjectiva das peças que foi feita” (ID — *ibid.*, p. 93).

alteração em cuja formação haverá que ter em conta factores seguramente de ordem muito aleatória, sendo bem conhecidos conjuntos líticos relativamente recentes, incluso pós-paleolítico, mas com índices de eolização acentuados ¹⁴⁸. De facto, às “séries eolizadas” normalmente separadas nas “estações” a que o nosso texto se refere é normalmente atribuída uma duração que “cobre certamente um espaço de tempo notável” ¹⁴⁹, sendo a sua suposta antiguidade apenas inferida, quando possível, pelo auxílio do critério tipológico, o qual deixaremos para mais tarde.

Outro critério de antiguidade é a *coloração* que os seixos “talhados” apresentem. Quando tal coloração se assemelhe à dos “seixos intactos” dos depósitos sobre que os “artefactos” se encontrem, afirma-se a sua contemporaneidade. Assim se procede no caso da “estação” do Alto de Leião ¹⁵⁰. Interessa, porém, ver até que ponto ele se encontra justificado. Será possível admitir que, no interior de um depósito selado, conservado como tal desde a sua formação, os seixos talhados aí existentes adquiram a mesma coloração dos não talhados de idêntica natureza petrográfica. Tal é o que se passa no sítio de Tardiguet-er-Rahla, onde se encontra “uma indústria pura, não poluída por intrusões posteriores à sua deposição”, indústria e deposição que “se desenvolveram durante um lapso de tempo relativamente curto”, sendo os artefactos “geralmente patinados, como os seixos que os envolvem” ¹⁵¹. Será, porém, possível estender o raciocínio inicialmente exposto a outras condições de jazida? Designadamente em estações de superfície, será correcto utilizar este procedimento, tal como entre nós ocasionalmente é feito? Pensamos que não, por duas razões. Em primeiro lugar, porque estamos muito longe de poder considerar quer os seixos “talhados”, quer os intactos dos depósitos em questão como provenientes de uma mesma formação e também que essa formação seja a original dos níveis de praia a que se pretende ligar. Depois, porque está hoje experimentalmente provado poder ser muito diferenciado o grau e tipo de coloração adquirida por artefactos de uma mesma época, incluso feitos no mesmo momento, encontrados num mesmo local. A tal ponto assim é que já em 1960 R. Schmalz, depois de realizar experiências laboratoriais, chegou à conclusão que “a pátina pode desenvolver-se muito rapidamente sob condições favoráveis” e por isso “não é possível constituir nenhuma conclusão que seja sobre a idade de um artefacto a partir do seu grau de pátina”, afirmando ainda que “as pátinas devem ser usadas com extrema precaução, ou até abandonadas, no estabelecimento da contemporaneidade de vários espécimes, inclusivamente dentro do mesmo local” ¹⁵². Estas constatações, feitas a

¹⁴⁸ É o caso do Mirense, do litoral Sul, onde os artefactos líticos surgem por vezes intensamente eolizados.

¹⁴⁹ V., por exemplo, *op. cit.* (v. nota 1), p. 188.

¹⁵⁰ *Op. cit.* (v. nota 44), p. 186.

¹⁵¹ *Op. cit.* (v. nota 10), BIBERSON, P., 1969 (b), p. 53.

¹⁵² SCHMALZ, R. F. — *Flint and the Patination of Flint Artifacts*. “Proc. of Prehist. Society”, Londres, 3, 1960, p. 4-49 (p. 49).

partir de peças em sílex, poderiam ser estendidas a outras matérias ¹⁵³.

Finalmente, chegamos ao que é o principal critério utilizado para o estabelecimento da antiguidade do tipo de conjuntos líticos em questão. Trata-se do *rolamento* que possam apresentar, considerando-se genericamente que numa praia elevada do litoral apenas o mar dessa época ou outro anterior poderiam ter originado tal tipo de desgaste.

Uma primeira observação a fazer a este princípio é o da sua não universalidade, admitida aliás desde os trabalhos dos anos 40. De facto, desde aí se estabeleceu poder haver outras origens, que não a marinha, para o rolamento patente nos utensílios encontrados nas praias elevadas do litoral. Falava-se então em “rolamento torrencial” ou “de solifluxão”, ou seja, no rolamento provocado por águas carregadas de areia, com origem em redes fluviais ou de drenagem, a partir do interior. Na impossibilidade de estabelecer, caso a caso, quais as características de um e outro tipo de rolamento, indicando-lhe a origem ¹⁵⁴, recorria-se então uma vez mais ao auxílio do critério tipológico. Um caso exemplar deste tipo de metodologia é o sucedido com as duas únicas peças roladas encontradas à superfície da “praia siciliana” de Açafora e publicadas em 1945 ¹⁵⁵. A primeira “um seixo ovóide volumoso, truncado obliquamente por dois talhes verticais na extremidade” foi separado numa série Ia, supostamente “rolada pelo mar siciliano”, de que passou a constituir o único exemplar; a segunda, “um biface abevilense triédrico”, foi incluído na série Ib, “que cobre certamente um espaço de tempo notável”, obviamente porque seria insustentável remeter para uma cronologia pré-gunziana (siciliana) aquele tipo de peça ¹⁵⁶, a qual passa a ter o seu rolamento descrito pela expressão ambígua de “desgaste por transporte aquoso”, certamente de origem “torrencial”.

¹⁵³ Um de nós (L. R.) teve ocasião de contactar com experiências deste tipo feitas no Centro de Investigações em Arqueologia de Valbonne, sob a direcção do prof. Jacques Tixier. Aí observámos, designadamente, a remontagem de vários fragmentos de talhe de uma mesma massa inicial, encontrados em escavação, na mesma camada epipaleolítica, e que apresentavam colorações diversificadas — o que afinal só confirma o trabalho de R. F. Schmalz já citado.

“Na sua origem [da pátina], os agentes são tão numerosos, tão diversos, mesmo numa só camada, e o seu estudo é tão complexo, que ainda nenhuma classificação cronológica baseada sobre a pátina conseguiu ter êxito, incluindo no interior de um mesmo local” (TIXIER, J.; et al — *Préhistoire de la pierre taillée. I. Terminologie et technologie*. Ed. do Cercle de Recherches et d'Études Préhistoriques, Valbonne, 1980, p. 33).

¹⁵⁴ De facto, é bem conhecido que só a análise morfométrica de populações de seixos relativamente numerosas (100 a 200 espécimes) poderá conduzir a distribuições indicadoras do tipo de rolamento em presença, designadamente através da correlação entre os índices de achatamento e de desgaste, havendo mesmo assim zonas de indefinição e sendo certo que tal metodologia não se pode aplicar a artefactos líticos, onde em muitos casos é impossível calcular os índices em questão. V., por exemplo, CAILLEUX, A.; TRICART, J. — *Initiation à l'étude des sables et des galets*. Paris, 1959, (p. 266).

¹⁵⁵ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 188-189.

¹⁵⁶ Deve observar-se que, se é verdade que não parece verosímil tamanho “envelhecimento” para um biface, já nada impede — antes pelo contrário — que o seixo separado na série Ia deste local não possa efectivamente ser de qualquer época posterior àquela a que se atribuiu, não havendo nenhum argumento tipológico (ou outro) que invalide atribuir o seu rolamento a idêntica origem ao do biface em questão.

Para as restantes peças “incharacterísticas” encontradas à superfície das praias mais antigas ¹⁵⁷, H. Breuil e G. Zbyszewski mantiveram e acabaram em 1945 por aceitar o rolamento que apresentassem como prova da sua antiguidade. Fizeram-no introduzindo um dado: o da quantidade dos achados nessas circunstâncias. Assim, para além de sugerirem que a origem “torrencial” “seria insuficiente para provocar este desgaste” (jamais se provou que assim fosse), aqueles autores afirmam designadamente: “não se trata de rolamento torrencial, como também não se trata de um transporte acidental visto que estes seixos [seixos talhados] são numerosos e se encontram noutras estações análogas como Ribamar, Lomba dos Pianos, Magoito, Praia da Aguda, etc. Pensamos portanto que se trata de pedras talhadas no local, contemporâneas ou anteriores ao mar siciliano que as terá rolado” ¹⁵⁸. Já anteriormente chamámos a atenção, quer para a falta de dados sobre alguns destes locais (de que se conhece apenas o nome), quer para o verdadeiro significado numérico dos seixos “talhados” rolados indicados nos restantes: 9 em Magoito; 1 (ou 2) em Açafora; 7 na Praia da Aguda (v. quadro I). Parece-nos, por isso, evidente que o argumento “da quantidade” não é convincente, embora pudesse ter alguma validade se de facto fosse expressivo e não houvesse em cada caso outros factores explicativos para o rolamento que os artefactos evidenciassem.

O reconhecimento da insuficiente fundamentação para a atribuição cronológica feita em 1945, ou seja, a profunda relativização do valor do rolamento como critério de antiguidade, é dado em 1958 por G. Zbyszewski que, na forma que a seguir transcrevemos, se distancia consideravelmente da opinião que antes partilhara com H. Breuil. Diz G. Zbyszewski, referindo-se aos mesmos seixos “talhados”: “o seu estado físico fez-nos pensar que provinham dos depósitos de praia subjacente. No entanto pudemos verificar em outras ocasiões que as peças que permanecem muito tempo à superfície podiam adquirir por vezes um aspecto muito comparável ao obtido pelo rolamento. É possível que seja o caso das peças recolhidas em Açafora e Magoito. Portanto, enquanto nenhuma peça for encontrada nitidamente *en place* nas formações de 90-100 m não se poderá afirmar, com toda a certeza, que os objectos citados sejam contemporâneos da praia siciliana” ¹⁵⁹. Assim se punha novamente a questão próximo dos seus devidos termos ¹⁶⁰; e pela autorizada pena de quem anteriormente a levantara.

Sucede que também aqui os recentes trabalhos vindos a lume representam uma significativa viragem relativamente aos desenvolvimentos ocorridos até ao princípio da década de 70. Assim, nunca nestes trabalhos se põe a questão de

¹⁵⁷ Hoje tais praias seriam as de 150-160m, uma vez que mesmo para as de 90-100m já é possível admitir para os seixos “talhados” rolados aí encontrados uma origem derivada, a partir dos níveis superiores (v. nota 107).

¹⁵⁸ *Op. cit.* (v. nota 1), p. 185.

¹⁵⁹ *Op. cit.* (v. nota 129), p. 190.

¹⁶⁰ Dizemos “próximo dos seus devidos termos”, porque julgamos que ao achado *en place* de uma ou mais peças em formações de 90-100m (ou superiores) se devem acrescentar duas precisões: 1.^a — que tais formações estejam bem conservadas e sejam seguramente antigas (sicilianas ou “calabrianas”, conforme os casos); 2.^a — que as peças em questão sejam de facto talhadas de forma indiscutível.

uma origem não marinha para o rolamento observado no que se supõe ser artefactos de origem humana. Ignorando o desenvolvimento que esta questão tinha sofrido, quer entre nós quer no estrangeiro, designadamente no Norte de África, onde P. Biberson reconhece nalguns locais o pouco valor da seriação por graus de rolamentos ¹⁶¹ e noutros afirma até a coexistência “de peças roladas, muito desgastadas” com outras “intactas”, isto “em todos os níveis, sem que nenhuma variação tipológica seja discernível entre umas e outras” ¹⁶², ignorando tudo isto, estabelece-se uma separação não apenas entre séries roladas e não roladas, como também entre séries mais ou menos roladas, todas elas com significados crónológicos mais ou menos precisos. Simplesmente, por muito definitivas que estas seriações se possam apresentar, a verdade é que elas não fazem esquecer tudo o que está para trás e, em nossa opinião, as inviabiliza.

c) Definição da intencionalidade do talhe

O tipo de materiais que são objecto de apreciação ao longo deste texto obriga-nos a uma reflexão acerca do que são os critérios para a aceitação duma determinada peça como *artefacto*, ou seja, como um produto material de uma deliberada acção humana. Trata-se de uma questão delicada, porque se baseia em parte em princípios de avaliação subjectiva e porque dela depende afinal todo o interesse na discussão das questões que nos têm ocupado.

Em primeiro lugar, seria importante esclarecer se existem e quais os traços distintivos do talhe de origem humana. Sendo óbvio que tal origem se torna patente e indiscutível sempre que, pela análise da linha de gume, se detecte uma intenção, ou seja, sempre que o encadeamento dos levantamentos operados conduza a uma forma não aleatória, sendo isto evidente, o que interessa aqui discutir é se, *tomados individualmente*, se encontram nos lascamentos executados pelo Homem elementos que os diferenciem dos que a natureza poderá também produzir. Esta questão é tanto mais importante e complexa quanto é certo que nesta matéria se deve excluir à partida a existência de “vozes autorizadas”, de observadores cuja opinião seja definitiva ¹⁶³.

¹⁶¹ A propósito da Barreira de Déprez (“estádio II” da “pebble-culture” marroquina) afirma P. Biberson: “reparti as peças em dois grupos: uma série muito rolada, uma série levemente rolada. Na realidade, não há separação nítida entre estas duas categorias e para um número considerável de peças pode-se hesitar em classificá-las numa ou noutra” (*op. cit.* na nota 10, BIBERSON, P., 1961 (b), p. 64).

¹⁶² ID — *ibid.*, p. 83.

¹⁶³ Esta é uma daquelas matérias em que a idoneidade do observador se medirá sobretudo pela sua capacidade em afirmar a dúvida, até porque são bem conhecidas as “pequenas histórias” de peças que ora são, ora não são consideradas talhadas, tal dependendo fundamentalmente do critério da avaliação momentâneo do analista, que, como um H. Breuil por exemplo, poderia até ser aceite como grande autoridade na matéria.

As categóricas e pouco curiais afirmações que por vezes se lêem acerca da indiscutível origem humana de certas peças (cf. por exemplo a *op. cit.* na nota 109, FERREIRA, O. V., 1984, p. 25), afirmando residir na ignorância a dúvida que sobre as mesmas se levante, só desilustram quem as faz, que assim se desautoriza e revela desconhecer os termos em que objectivamente o problema se põe.

A questão atrás é particularmente decisiva na classificação dos chamados “seixos fendidos” e de seixos com reduzido número de levantamento (1, 2 ou 3), embora, sob certas circunstâncias, se possa entender bastante mais. Quer num caso, quer noutra, ela só pode ser respondida através de estudos experimentais, por um lado, e, por outro, da análise comparativa de séries recolhidas *en place* em solos de ocupação humana claros com outras recolhidas em formações fósseis ou actuais, em locais onde a intervenção humana esteja de todo excluída.

Tentativas neste sentido foram desde há muito realizadas, dado que esta é uma questão que se começou por colocar aquando da discussão dos chamados “eólitos”¹⁶⁴. Tratava-se, porém, nessa altura de um contexto diferente daquele a que nos pretendemos agora circunscrever. De facto, desde muito cedo se verificou existirem diversos factores susceptíveis de ocasionar lascamentos naturais. H. Breuil, entre outros, foi particularmente feliz na observação de alguns desses fenómenos na bacia parisiense, demonstrando de forma concludente a origem natural dos “eólitos” daquela zona¹⁶⁵. Em 1936, Pei Wen Chung¹⁶⁶ publica uma tese onde inventaria tais factores, subdividindo-os em “acções térmicas” e “acções mecânicas”. Em cada um destes grupos todo um vasto conjunto de acções vão sendo apresentadas, e descritos exemplos de “lascamentos”, por vezes de aspecto idêntico aos executados pelo homem e onde a distinção se faria pela intencionalidade do gume, da forma a que já aludimos, a qual no caso que ora nos ocupa não poderia ser invocada por os “artefactos” em apreciação apenas apresentarem um número reduzido de levantamentos, frequentemente apenas um. O tipo de acções que nos interessa mais são as designadas por “acções mecânicas dentro de meios em movimento” e dentro delas as produzidas pela “acção do mar”. Em relação a estas faz Pei Chung ainda uma distinção: “calhaus quebrados ao tombarem das falésias litorais”, “seixos entrechocados e lascados” e “calhaus partidos por blocos em rolamento”. Da análise efectuada conclui que, sobretudo nos dois últimos casos, existem lascamentos naturais muito semelhantes aos humanos, considerando que: “Do que dissemos sobre a acção do mar susceptível de fabricar lascas e pseudo-utensílios, deve-se concluir que é necessário, se procuramos sílex trabalhados pelo Homem pré-histórico junto do mar ou em depósitos marinhos ser particularmente prudente”¹⁶⁷.

¹⁶⁴ A primeira reflexão científica, baseada na observação de resultados experimentais, acerca da possível distinção entre características do talhe humano e do talhe fortuito da natureza, parece dever-se a G. E. Sellers e datar de 1885. SELLERS, G. E. — *Observations on Stone Chipping*. “Papers Relating to Anthropology”, Annual Report, Smithsonian Institution, Part 1, 1885.

¹⁶⁵ BREUIL, H. — *Sur la présence d'éolithes à la base de l'Éocène parisien*. “L'Anthropologie”, Paris, 21, 1910, p. 385-408.

¹⁶⁶ CHUNG, P. W. — *Le rôle des phénomènes naturels dans l'éclatement et le façonnement des roches dures utilisées par l'homme préhistorique*. “Revue de Géographie Physique et de Géologie Dynamique”, 9 (4), 1936, p. 149-423.

¹⁶⁷ ID — *ibid.*, p. 390.

A tese de Pei Chung surge como que a pôr ponto final na já então clássica “questão dos eólitos”¹⁶⁸. Pouco depois novamente o mesmo problema se coloca a propósito dos achados que entretanto se avolumavam em África, definindo uma suposta indústria “pré-abevilense”: o Kafuense¹⁶⁹. A discussão então provocada no decorrer do 3.º Congresso Pan-Africano de Pré-História (Livingstone, 1955) levou a que J. D. Clark, em 1957¹⁷⁰, tivesse

¹⁶⁸ Pouco depois da publicação desta tese de Pei Chung, também A. S. Barnes, em 1938 e 1939, se referiu ao mesmo problema, analisando as *forças naturais que intervêm no talhe do sílex* (internas e externas, podendo estas ser choques fortuitos, pressão produzida pelo afundamento dos depósitos e pressão produzida por solifluxão), as *características das acções produzidas por tais forças*, a *aplicação artificial* (laboratorial) *de forças naturais* e as *características do talhe humano*, acabando por sugerir um critério para a definição da origem humana de produtos talhados.

Trata-se, genericamente, de estudos com algum interesse. O critério de definição da intencionalidade humana do talhe retido (o ângulo de talhe) parece adequar-se às populações estudadas, a ponto do autor afirmar que qualquer conjunto lítico “pode ser considerado de origem humana se não mais de 25% dos ângulos de talhe forem obtusos (90º ou mais)” (1939, p. 111). Trata-se, porém, de um critério claramente insuficiente, utilizável apenas quando se comparem indústrias de intencionalidade nítida e talhe predominantemente plano, com os chamados eólitos ou formas nodulares resultantes de acções fortuitas (“sílex massacrados pelas rodas dos veículos”, etc.). Ou seja, quando se confrontam formas geralmente achatadas e de gumes bem definidos, com outras globulosas e com grande número de “lascamentos” periféricos em toda ou quase toda a superfície. O mesmo critério seria certamente insuficiente (assim o demonstrou, por exemplo, S. Simone, *op. cit.* na nota 179) quando os termos de comparação fossem populações de seixos mais ou menos achatados e com número de levantamentos reduzido.

De resto, mesmo admitindo a validade do critério aqui proposto, seria necessário insistir no facto de ele apenas ter algum sentido (estatístico, sempre) se aplicado a grande número de espécimes (pelo menos 100), inteiramente homogéneos. A ideia de que haveria, *ao nível do lascamento isolado*, características próprias do talhe humano, é inequivocamente desmentida por A. S. Barnes, que dá como exemplo deste falso tipo de critérios a seguinte descrição de J. Reid Moir: “os retoques que se terminam abruptamente, através de um ressaltado, ou que apresentam um conchóide negativo, aqueles que foram truncados de modo inteligente, assim como as lascas terminadas por uma ‘charneira’ [‘resolved flakes’] e as peças que apresentam ondulações ou minúsculas fissuras devem a sua origem a um golpe poderoso dado pelo Homem” (1938, p. 219; 1939, p. 112). A transcrição desta passagem e do comentário de A. S. Barnes em relação à mesma, é tanto mais justificada quando entre nós se retomaram ultimamente algumas daquelas características (designadamente o “ressaltado” patente nas chamadas “resolved flakes”) como prova de origem humana.

BARNES, A. S. — *Les outils de l'Homme Tertiaire en Angleterre. Étude critique*. “L'Anthropologie”, Paris, 48 (3-4), 1938, p. 217-236. BARNES, A. S. — *The difference between natural and human flaking on prehistoric flint implements*. “American Anthropologist”, 41, 1939, p. 99-112.

¹⁶⁹ V. a propósito a Introdução ao presente texto.

¹⁷⁰ Dois anos antes também H. Breuil tinha abordado esta questão num pequeno artigo sobre “seixos fracturados pelas vagas” do Baixo Somme. Aí, embora no âmbito de uma visão particularmente optimista do problema, H. Breuil reconhece que as acções do mar e dos rios provocam fracturas “que são de dimensão por vezes comparável às produzidas pelo Homem”, acrescentando: “mas as suas facetas são inteiramente incoerentes e não realizam nenhuma morfologia útil”. Uma vez mais a solução do problema é transportada para o plano da intencionalidade do gume e da forma geral da peça, ou seja, é transportada *do plano do(s) lascamento(s) para o do talhe no seu todo*. Ora, no caso que agora nos interessa importa repetir que o talhe na quase totalidade dos casos se resume a 1 ou 2 levantamentos. Donde se conclui pela impossibilidade em lhes aplicar a solução aqui proposta.

BREUIL, H. — *Niveaux estuariens de galets fracturés par les vagues et de plages sableuses dans le Basse-Somme*. “Quaternaria”, Roma, 2, 1955, p. 21-28.

realizado na Garganta de Batoka (rio Zambeze) uma investigação tendente “a determinar se alguns seixos fracturados naturalmente ocorreriam de tal modo que pudessem similar formas kafuenses ou olduvaienses”¹⁷¹. No local encontrava-se à partida “excluída completamente qualquer possibilidade de que os espécimes descritos pudessem ter sido feitos pelo homem”¹⁷². Através da observação quer do local, quer dos lascamentos nas peças, Clark conclui que “a natureza pode indubitavelmente em circunstâncias especiais fazer ‘utensílios sobre seixo’”, por vezes relativamente complexos (v. fig. 1, n.ºs 5 e 6), e que “esta fractura [da natureza] pode simular tão notavelmente a fractura artificial [humana], que estes espécimes não estariam deslocados em qualquer contexto de ‘Pebble-culture’”, ou ainda que “não pode haver dúvidas de que um certo número destes espécimes da Garganta de Batoka seriam aceites como de fabrico humano, especialmente se encontrados num contexto do Plistoceno inicial onde fosse esperado encontrar instrumentos da Pebble Culture”¹⁷³. Chamando a atenção para as especificidades da garganta em questão, mas afirmando que “a acção violenta das ondas, tal como acontece em algumas costas, ou a acção torrencial violenta ... pode por vezes fracturar os seixos”, J. D. Clark acaba por concluir que “é essencial estudar os conjuntos da Pebble Culture em relação, como um todo, com os níveis onde eles ocorram, e em particular relação com as circunstâncias sob as quais os depósitos foram acumulados”¹⁷⁴.

Em 1961 P. Biberson publica também algumas observações a este respeito, afirmando que as fizera já em 1957, quando ainda desconhecia os trabalhos de Batoka. Tentando “determinar se o mar actual ‘fabrica’ ou não pseudo-instrumentos”¹⁷⁵ conclui que “é preciso circunstâncias completamente excepcionais para produzir pseudo-utensílios”. E acrescenta: “os seixos simplesmente fendidos ou não apresentando senão um só levantamento podem ser sempre suspeitos quando se encontram isoladamente; pelo contrário, quando o seu número relativo é importante, e nenhuma circunstância particular de jazida explica essas fracturas (como no caso das gargantas de Batoka por exemplo) e sobretudo quando eles estão associados a utensílios melhor determinados, não há nenhuma razão para não os aceitar como produzidos pela mão do homem”¹⁷⁶. No caso português, aceitando mesmo o excessivo opti-

¹⁷¹ CLARK, J. D. — *The natural fracture of pebbles from the Batoka Gorge, Northern Rhodesia, and its bearing in the Kafuen industries of Africa*. “Proc. of the Prehist. Society”, Londres, 24, 1958, p. 64-77.

¹⁷² ID — *ibid.*, p. 66. Esta referência é importante porque a citação recentemente feita (*op. cit.* na nota 56, p. 219) deste local como exemplo da ocorrência de “seixos com fractura simples” que “marcam a fronteira do talhe esquematizado e premeditado” (!) pode induzir em erro o leitor menos avisado. De facto, em Batoka nem ocorrem apenas “seixos com fractura simples”, nem em relação a eles e aos restantes se põe a hipótese de fabrico humano, não se encontrando por isso em qualquer pretensa “fronteira”.

¹⁷³ ID — *ibid.*, p. 72 e 76.

¹⁷⁴ ID — *ibid.*, p. 76.

¹⁷⁵ *Op. cit.* (v. nota 10), BIBERSON, P., 1961 (b), p. 409.

¹⁷⁶ ID — *ibid.*, p. 411.

mismo de P. Biberson, verificamos que nenhum dos pressupostos considerados necessários ocorrem. De facto, nem está provado que circunstâncias locais não expliquem as fracturas dos seixos em cada “estação”, nem sobretudo eles surjam em associação significativa com outros de talhe humano indiscutível.

A dúvida que subsiste acerca da intencionalidade do talhe de certas peças leva a que mesmo P. Biberson tenha nalguns casos prescindido delas. O exemplo mais interessante a este propósito é o da Barreira de Déprez, onde aquele autor informa ter rejeitado “certos *pebble-tools*” que “estão tão alterados pelo rolamento que foram devolvidos ao estado de simples seixos e que não se pode já ter nenhuma certeza sobre a realidade da sua execução voluntária”¹⁷⁷, dando a título de exemplo a fotografia de um deles: um seixo com dois “levantamentos” (v. fig. 1, n.º 1). Também no seu catálogo de formas de seixos do Maghreb e do Saara, o mesmo autor mantém, para os seus tipos 1.1 e 1.2, que “a presença de um contrabolbo sobre o negativo de lasca levantada é uma *presunção* de talhe intencional, não é no entanto uma prova absoluta de um trabalho humano, podendo fenómenos mecânicos naturais provocar tais fracturas com o mesmo estigma”¹⁷⁸. Ainda quanto aos seixos da mesma região, há que citar a opinião de H. Roche. Segundo ela, “certas séries de Marrocos e do Saara contêm também peças que nem sempre se revelam convincentes”. E acrescenta: “Sabemos por experiência como é difícil e frequentemente frustrante ater-se a um extremo rigor quando da prospecção em níveis conglomeráticos onde há o risco de talhe natural”¹⁷⁹.

Actualmente, outros trabalhos têm abordado a questão da distinção entre fracturas naturais e humanas. Um dos estudos mais completos a este respeito é a Tese de Estado de S. Simone, publicada em 1980¹⁸⁰. Aí se consagra um capítulo aos “choppers de levantamento único”, procurando esclarecer a intencionalidade do talhe humano eventualmente neles patente, através do recurso comparativo a três colecções de base, a saber: 1 — “um conjunto de seixos de levantamento único obtidos por nós”, no Museu; 2 — “um conjunto de seixos de levantamento único fortuito recolhido durante um passeio à beira-mar em Menton, após uma tempestade”; 3 — “um conjunto de seixos de levantamento único a testar, proveniente de Terra Amata”¹⁸¹. Depois de uma análise aprofundada e formalizada versando sobre o gume obtido em cada caso, as características dos levantamentos e das lascas residuais, a conclusão alcançada impressiona pela sua curta simplicidade: “As lascas devem sem dúvida ser caracterizadas por certos traços, segundo o factor massa e o factor velocidade que intervêm na energia susceptível de as produzir (sempre exprimível em $1/2 mv^2$) tomam certos valores críticos. Mas nós somos inteiramente ignorantes a este respeito. No que concerne às lascas obtidas por percussão

¹⁷⁷ ID — *ibid.*, p. 64.

¹⁷⁸ *Op. cit.* (v. nota 10), BIBERSON, P., 1967, p. 35.

¹⁷⁹ ROCHE, H. — *Premiers outils taillés d'Afrique*. Paris, ed. Société d'Ethnographie, 1980 (p. 159).

¹⁸⁰ SIMONE, S. — *Choppers et bifaces de l'Acheuléen méditerranéen*. Monaco, ed. do Musée d'Anthropologie Préhistorique de Monaco, 1980.

¹⁸¹ ID — *ibid.*, p. 67.

corrente — ou seja, segundo J. Speth, por um percutor lançado a uma velocidade compreendida entre 1,5 e 4,5 m/s — parece ilusório querer fazer a separação entre as de produção fortuita e as de produção deliberada”¹⁸².

Esta conclusão de S. Simone é também a de R. A. Fournier¹⁸³ que, ao analisar a sua categoria de “choppers de levantamentos isolados”, deixa em suspenso, sem o negar, a possibilidade do entrelaque dos seixos durante a ressaca (principalmente num nível de praia com seixos)”¹⁸⁴ poder provocar pseudo-artefactos. Idênticas atitudes de prudência acerca de peças deste tipo podem, por exemplo, ser colhidas em autores como L. Zotz¹⁸⁵ (v. fig. 1, n.º 2) ou M. A. Querol e M. Santonja¹⁸⁶ (v. fig. 1, n.ºs 3 e 4). De resto, no âmbito de um cabal esclarecimento desta questão, nós próprios recolhemos alguns pseudo-artefactos *in situ* num depósito pliocénico de 200 m, próximo da “estação” de Seixosa e na chamada “Formação de Benfica” (Oligocénico). Sabemos igualmente que exemplares do mesmo tipo têm sido recolhidos em praias actuais dos Açores. Ora, em nenhum dos casos anteriores se julgará certamente possível uma origem humana para tal “talhe” — que, porém, em nada ficaria prejudicado quando confrontado com a maioria dos achados recentes do nosso litoral.

É toda a argumentação que temos vindo a seguir está longe de se aplicar aos seixos com apenas um levantamento, estabelecendo, como houve já quem propusesse¹⁸⁷, entre esses e os restantes uma fronteira entre produção humana e acções mecânicas naturais. É que ao nível do levantamento isolado não se torna possível esclarecer esta questão. Tal como escreveu H. Roche — o que subscrevemos inteiramente e nos parece corresponder a uma perfeita avaliação do problema —, “não queremos dizer que a procura de uma diferenciação entre estigmas devidos a uma percussão intencional, humana, e aqueles ligados a uma percussão natural seja inútil. Mas ela parece-nos, em certo contexto,

¹⁸² ID — *ibid.*, p. 67. De notar que estas observações carecem de uma efectiva fundamentação, uma vez que para além da energia cinética do percutor, existem outras variáveis que importaria aqui ter em conta: morfologia da superfície de incidência, forma e massa do bloco a talhar, sua homogeneidade e coesão molecular, pré-existência de maior ou menor número de planos de ruptura, etc. Por outro lado, no texto onde se lê “factor velocidade”, deveria correctamente ler-se “factor quadrado da velocidade”.

¹⁸³ FOURNIER, R.-A. — *Méthode d'Étude des Industries Archaiques sur Galet*. Marselha, tese para obtenção do Diploma de Estudos Aprofundados de Geologia, Univ. de Provence, 1971. FOURNIER, R.-A. — *Les outils sur galets du site mindélien de Terra-Amata (Nice, Alpes-Maritimes)*. Marselha, tese de doutoramento em Geologia, Univ. de Provence, 1973.

¹⁸⁴ *Apud op. cit.* (v. nota 179), p. 159.

¹⁸⁵ ZOTZ, L. — *Pebble-Culture en Europe centrale*. “La Préhistoire — problèmes et tendances”, Paris, ed. CNRS, 1968, p. 517-526 (p. 518).

¹⁸⁶ Cf., por exemplo, *op. cit.* (v. nota 29), SANTONJA, M.; QUEROL, M. A., 1982, p. 21 e 28.

¹⁸⁷ De facto, J. Collina-Girard por exemplo define *chopper* como “peça que apresenta pelo menos dois levantamentos adjacentes”. Mas, tal como S. Simone, também nós pensamos que se trata de um limite artificial, arbitrário, porque mesmo “um seixo portador de um só levantamento é ainda um *chopper* se esse levantamento pode ser tido por intencional e se ele determinar um gume por mais modesto que seja” (*op. cit.* na nota 180, p. 14). Todo o problema está, pois, na definição da intencionalidade do talhe, muito embora seja óbvio que quanto menor for o número de levantamentos de cada peça, mais difícil é estabelecer tal intencionalidade.

vã: uma mesma causa (percussão um contra outro de dois elementos líticos segundo uma orientação determinada) produz os mesmos efeitos (estigmas característicos). A menos, talvez, de conduzir preferencialmente as investigações na mesma via daquela seguida para os vestígios de utilização”¹⁸⁸.

Nesta última frase encontra-se uma referência que nos permite passar à segunda via sob a qual a intencionalidade do talhe pode ser tratada. Trata-se, não de estabelecer traços distintivos analíticos ao nível do levantamento, mas de, através da observação de populações, procurar encontrar padrões que fujam aos que uma distribuição aleatória dos atributos considerados tornaria expectável. Trata-se de uma via extremamente complexa porque, para além de uma análise morfotécnica cuidada, supõe o recurso a elementos exteriores (relação no espaço com outros instrumentos e faunas, nomeadamente) e a estudos laboratoriais (designadamente os relativos aos vestígios de uso) só possíveis quando se tenha por base uma amostragem proveniente da escavação de solos de *habitat en place*. Que seja do nosso conhecimento, uma tal perspectiva, reunidas estas condições, apenas foi até hoje tentada a propósito dos “seixos percutidos”, “seixos partidos” e “seixos percutidos-partidos” de Melka-Kunturé (Etiópia)¹⁸⁹. Aí se estabeleceram, de facto, padrões que fazem afastar estes seixos, à partida duvidosos, de outros aparentemente idênticos, recolhidos em vários depósitos da zona, actuais e fósseis. No entanto, para além de subsistirem importantes dúvidas¹⁹⁰, tal apenas foi possível porque naquele local *se excluía à partida a acção do mar* e se veio a concluir poder também afastar a hipótese de depósito de transporte fluvial. Caso contrário — e isso é reconhecido no estudo em questão — todo o raciocínio subjacente estaria viciado na base.

Depois da breve síntese que fizemos, cremos ficar demonstrado que todas as ditas “pebble-cultures” pré-acheulenses do nosso litoral, quer as mais antigas, quer as mais recentes, devem, no mínimo e num primeiro momento, ser avaliadas com a maior prudência no que se refere à atribuição humana dos lascamentos que os seixos apresentem. No entanto, se associarmos a circunstância de nas nossas “estações” só ou quase só surgir aquilo que é duvidoso noutros locais, se associarmos este aspecto a certas informações acerca da predominância do talhe nesta ou naquela zona mais angulosa do seixo¹⁹¹, ou

¹⁸⁸ *Op. cit.* (v. nota 179), p. 159.

¹⁸⁹ FALLET, M.-D. — *Les galets utilisés de Gomboré IB, Melka-Kunturé, Ethiopie*. “Cahiers du Centre de Recherches Préhistoriques”, Paris, Univ. de Paris I, 1982, p. 127-161.

¹⁹⁰ Não foi, por exemplo, possível encontrar uma praia fóssil contemporânea do solo de *habitat en question* (Gomboré IB) e, portanto, não se conhece com rigor qual o regime do Awash naquela época.

¹⁹¹ Frequentemente, se assinala a ocorrência de maior número de seixos com um único levantamento numa extremidade. Ora, a interpretação de “primitivismo cultural” dada para este facto, para além de infundamentada (tal como adiante referiremos) apenas teria cabimento depois de esgotadas todas as outras, entre as quais a mais elementar de todas: é nas superfícies angulosas que as fracturas naturais, por entrechoque, mais facilmente ocorrem.

mesmo em seixos mais susceptíveis de serem naturalmente fracturados ¹⁹², tudo isto junto, nos leva, enfim, a sugerir estarmos em presença de conjuntos enormemente duvidosos. Retomando à advertência de Pei Chung acerca da prospecção de artefactos em depósitos marinhos, poderíamos dizer, com H. Roche, que “a evidência de talhe (presença de contrabolbos, número e contiguidade dos levantamentos ...) para material incluído neste tipo de depósitos deve ser mais severamente controlada do que naqueles onde a natureza não pôde, em caso algum, produzir os mesmos efeitos que a percussão voluntária” ¹⁹³.

Talvez interesse afirmar que o estado desta questão entre nós continua a ser exactamente aquele que já V. O. Jorge em 1973 assim sintetizava: “Certas peças atribuídas a esse ‘estilo’ [lusitânico, ou seja, às ditas “pebble-cultures” do litoral] poderão não ser artefactos ... Parece-me, pois, de aconselhar no actual momento, uma atitude de certa reserva perante peças cujo eventual ‘talhe’ é mais elementar ..., enquanto não dispusermos de estudos sobre as causas naturais de fractura de seixos marinhos ou fluviais ... Por outro lado, é imprescindível que se encarem, em condições de rigor científico, experiências de talhe de seixos, que são correlativas de qualquer trabalho de tipologia, e desfarão certamente muitas noções erradas que baseiam as nossas deduções” ¹⁹⁴. O único desenvolvimento em relação a estas considerações está em que as experiências aqui recomendadas foram ou tinham sido de facto já feitas, mas noutros locais, e com notável prejuízo para uma identificação como verdadeiros artefactos líticos da quase totalidade das nossas séries mais antigas.

d) Métodos de análise morfotécnica e tipológica

Não cabe no âmbito deste texto o aprofundamento das questões relacionadas com as perspectivas em que as indústrias de seixos lascados podem ser hoje em dia estudadas — o que só por si poderia conduzir a um interessante e útil trabalho. No entanto, deve reconhecer-se que tais aspectos assumem certa importância, uma vez que a par com a definição básica dos artefactos enquanto tais, constituem a única base material a partir da qual é posteriormente legítimo discutir.

Entre os inúmeros aspectos que poderiam aqui ser tratados, detenhamo-nos apenas nos seguintes: que técnicas de fabrico são admitidas terem levado aos seixos talhados que agora observamos? quais as características tidas por mais relevantes na análise dos mesmos seixos? Que tipos e subtipos resultam da observação das características atrás referidas?

¹⁹² Identicamente ao expresso na nota anterior, também em certos caso (Belverde, por exemplo) se atribui um sentido cultural (selecção da matéria-prima) à predominância de “artefactos” feitos sobre seixos de secção mais achatada. Antes de chegar a tão atraente explicação, haveria que afastar com argumentos convincentes outras bem mais simples, como por exemplo o facto de ser mais fácil acções mecânicas naturais fracturarem seixos achatados, do que seixos espessos.

¹⁹³ *Op. cit.* (v. nota 179), p. 158.

¹⁹⁴ *Op. cit.* (v. nota 41), JORGE, V. O., 1972, p. 343-345.

Em primeiro lugar, vejamos que técnicas permitiram talhar os seixos em questão. De acordo com os recentes trabalhos em referência ao longo do nosso texto, as “formas de talhe” nestes casos empregues foram três, a saber: aproveitamento da “acção térmica”, que conduziria ao estalamento de seixos, posteriormente talhados a partir dos planos de clivagem assim obtidos; talhe pela “técnica bipolar”; e talhe por “percussão indirecta”. Qualquer destas “técnicas de fabrico” é, por seu lado, especificada, indicando-se inclusivamente curiosos detalhes sobre o seu *modus faciendi*. Assim, começa-se por admitir a hipótese, já posta por H. Breuil, mas agora desenvolvida, de que alguns seixos poderiam estalar pelo “calor produzido por fogo natural ou por acção solar”, fracturando-se “em duas partes”, “segundo o eixo maior ou menor” e seriam depois sumariamente talhados a partir do plano de fractura existente, salvo os que “estalavam a todo o seu comprimento”, que “só seriam utilizados numa fase mais evoluída, pois isso implicaria, uma operação mental mais complexa”, porque “daí resultaria um alongamento da parte activa do utensílio”¹⁹⁵. O aproveitamento das fracturas térmicas é obviamente algo de possível, se pensarmos num uso simples (sem talhe) de seixos estalados e por isso detentores de gumes cortantes. No entanto, nada indica que tal tipo de opção corresponda quer a uma primeira fase de evolução técnica, como parecem indicar os trabalhos em apreciação, quer a uma ocorrência de algum modo significativa dentro do conjunto do instrumental humano de cada época. Até que provas sejam produzidas, estamos pois em presença de uma situação de difícil discussão objectiva.

Das duas técnicas de talhe propriamente dito atrás citadas, começamos pela do “talhe bipolar”, que quase poderemos considerar como uma “descoberta” pessoal de H. Breuil, algo obscura para F. Bordes que, ao abordar em 1947 as diferentes “técnicas de talhe do sílex e das rochas duras”, a inclui como uma variante do talhe por “percussão ‘esmagada’ ou percussão sobre bigorna”. Tanto nesta ocasião como noutras, F. Bordes revela alguma dúvida na sua admissão como uma categoria bem individualizada, dando a entender que, a ter sido utilizada pelo homem pré-histórico, o seria de forma ocasional e não sistemática¹⁹⁶. C. Penalva não pensa assim e estabelece até, “não sem alguma dificuldade”¹⁹⁷, o processo através do qual era executada: “o seixo era colocado em posição vertical sobre um percutor passivo (bigorna), de forma a apresentar-se transversal em relação à mão que o segurava. Seguidamente, accionava-se com a outra mão o percutor activo, mais pesado do que o seixo a talhar, produzindo-se um choque violento, de raspão ...”¹⁹⁸. Conforme o “ângulo de incidência” deste “choque”, assim se obteria uma lasca mais ou menos perfeita, com “ressalto” ou sem ele.

¹⁹⁵ *Op. cit.* (v. nota 56), p. 218.

¹⁹⁶ Assim, escreve designadamente: “É difícil por este processo saber antecipadamente que lasca se obterá, e não é nada interessante no caso de matérias muito duras, como o quartzito”. BORDES, F. — *Étude comparative des différentes techniques de taille du silex et des roches dures*. “L’Anthropologie”, Paris, 51 (1-2), 1947, p. 1-29 (p. 16).

¹⁹⁷ *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 144.

¹⁹⁸ *Op. cit.* (v. nota 81), PENALVA, C., 1979 (a), p. 225.

Quanto ao segundo tipo de talhe, por percussão indirecta, ele operar-se-ia colocando o seixo a talhar “deitado sobre uma superfície lisa (bigorna)” e “seguidamente orientava-se um seixo pontiagudo na perpendicular sobre o seixo a talhar, sendo aquele accionado por um percutor activo”. Se este seixo pontiagudo, “tipo escopro”, incidisse bem na vertical, o lascamento resultante seria também vertical; mas por vezes “no momento em que o percutor activo atingisse o seixo pontiagudo, este poderia resvalar um pouco sobre [sic] o efeito de pressão brusca, exercendo no entanto a sua função, dividindo assim, em duas partes, o seixo de uma forma subvertical”¹⁹⁹. Para uma melhor execução deste tipo de talhe poderia o artífice aproveitar veios ou linhas de clivagem pré-existent, lascando por aí o seixo a talhar.

Não existem quaisquer bases sólidas para o levantamento das hipóteses acima transcritas — as quais são normalmente apresentadas de tal forma que se diriam certezas adquiridas. Quanto ao “talhe bipolar” já salientámos a estranheza de F. Bordes na hipótese de o homem pré-histórico utilizar regularmente um processo de lascamento tão aleatório.

No que respeita ao talhe por percussão indirecta, as dúvidas são maiores. Em primeiro lugar, porque este tipo de talhe (admitindo que é possível a sua identificação) apenas surge documentado a partir de fases médias do Acheulense, associado também ao emprego do percutor elástico.

No entanto, a questão de fundo é a de que as explicações técnicas dadas não assentam em nenhuma base experimental consistente. Apenas partem de experiências pessoais de ocasião²⁰⁰. Ora, actualmente na Europa e América do Norte existem centros de investigação que se dedicam em exclusivo ao estudo experimental das técnicas de talhe. A facilidade com que se estabelecem técnicas de talhe nesta matéria é semelhante ao hábito também generalizado de afirmar com o maior dos à-vontades se tal ou tal lascamento foi produzido por este ou por aquele tipo de percutor (duro ou elástico, vivo ou dormente). Para usar a expressão de J. Tixier, tal procedimento é inaceitável, só é feito por quem não reflecte e não executa sistematicamente experiências de talhe, e constitui equívoco que “seria necessário matar, de uma vez por todas”²⁰¹.

Mas, qualquer das duas técnicas de talhe aludidas resulta principalmente da necessidade de encontrar equivalentes para os dois ângulos de talhe (subvertical e sub-horizontal) que aprioristicamente se estabelecem. Ora, para que tal visão fosse aceitável seria necessário indicar para cada exemplar estudado ou o ângulo formado entre o plano do reverso e o plano médio da área tra-

¹⁹⁹ ID — *ibid.*, p. 226.

²⁰⁰ Limitadas, por natureza, à habilidade dos seus autores, que assim podem estabelecer “a impossibilidade de lascar os seixos por um processo de talhe directo”, problema não sentido por outros que estudaram seixos do mesmo tipo e dimensões. H. Roche, por exemplo, diz que os seixos de Olduvai, Rabat e Salé por si estudados têm comprimentos que vão dos 2,7 cm até aos 14,3 cm, com uma média de 7,9 cm (*op. cit.* na nota 178, p. 94-95), e obviamente não tira daí qualquer conclusão acerca das técnicas de fabrico através das quais os seixos foram feitos.

²⁰¹ TIXIER, J. — *Intervenção inaugural no Colóquio sobre “Préhistoire et Technologie Lithique”*. Valbonne, ed. URA 28, 1979, p. 7-9.

balhada ²⁰², para o que existem já hoje certas convenções propostas e instrumentos de medida eficazes ²⁰³, ou, no mínimo, estabelecer um número maior de subdivisões, definindo partições entre 0 e 90°, processo mais usualmente seguido ²⁰⁴. Só depois de efectuadas estas análises e de as confrontar com outras eventualmente correlacionadas ²⁰⁵, se poderia realizar afirmações objectivas. Na falta destes elementos, nada indica que os seixos talhados do litoral português tenham comportamentos diferentes dos de outras regiões, onde foi provado não haver nenhuma tendência bimodal (subvertical *versus* sub-horizontal, ou outra) nesta matéria ²⁰⁶. E a não ser assim (ou mesmo que seja), perguntar-se-á por que técnica foram executados os seixos de talhe oblíquo, ou seja nem subvertical, nem sub-horizontal? Enfim, o que parece poder concluir-se é que no caso em discussão foi a aceitação apriorística da existência de dois ângulos de talhe predominantes que levou ao estabelecimento de duas correspondentes técnicas de talhe, numa completa inversão da ordem normal da análise. Porém, nem os primeiros foram provados, nem as segundas se mostram convincentes ou sequer razoáveis.

Tal é o que acontece também com o segundo aspecto sob o qual os seixos são observados nos estudos em causa: a localização dos “lascamentos” em cada face. Em primeiro lugar, interessaria referir a base de que se parte, ou seja a divisão entre seixos uni, bi e multifaciais ou poliédricos ²⁰⁷. Considera-se ser esta divisão uma “regra bem estabelecida” ²⁰⁸, em estreita ligação com o que adiante veremos ser a doutrina subjacente à avaliação do grau evolutivo de cada conjunto lítico. Ora, não somente é incorrecto afirmar que esta divisão está “bem estabelecida”, uma vez que são numerosos os

²⁰² No caso dos seixos bifaciais, o ângulo formado entre o plano médio das áreas trabalhadas de ambas as faces.

²⁰³ H. Roche apresenta para este feito um paquímetro, do tipo dos que “na indústria serve para medir os dentes da engrenagem de peças feitas em série” (*op. cit.* na nota 179, p. 74).

²⁰⁴ Leroi-Gourhan, por exemplo, propõe cinco categorias, a saber: rasante (=horizontal), muito oblíquo (=sub-horizontal), oblíquo, abrupto (=subvertical) e vertical. LEROI-GOURHAN, A.; *et al.* — *La Préhistoire*, Paris, ed. P.U.F., 1968, p. 252-253.

²⁰⁵ Quando se fala da “inclinação da área trabalhada”, haveria que esclarecer, em primeiro lugar, se se tem em referência a “inclinação dos negativos” ou a “inclinação da superfície trabalhada” no seu todo (*v. op. cit.* na nota 41, LEMOS, F. S.; MONTEIRO, J. P., 1975, p. 14). Depois, haveria também que observar qualquer daqueles ângulos nos seixos uni, bi e multifaciais ou poliédricos, e registar-lhes os respectivos graus de simetria “relativamente a um eixo secante dividindo o seixo em duas metades iguais segundo a sua espessura” (*op. cit.* na nota 179, p. 76). Finalmente, haveria que correlacionar os dados obtidos com outros atributos com que eles pudessem estar relacionados, nomeadamente: morfologia do suporte, forma do gume, etc.

²⁰⁶ S. Simone (*op. cit.* na nota 180, p. 102) e R.-A. Fournier (*op. cit.* na nota 183, FOURNIER, R.-A., 1973, p. 153), por exemplo, concordam, depois da análise do ângulo de talhe, em que “não parece que num período dado do local [Terra-Amata, no caso] ... o Homem tenha sentido a necessidade de fazer prevalecer certos valores de obliquidade”.

²⁰⁷ As denominações empregues não são exactamente estas, mas as de “uni”, “bi”, e “multidireccionais”, terminologia considerada desadequada e a abandonar, pelo menos desde que F. Bordes lhe dedicou uma pequena, mas incisiva nota. Cf. BORDES, F. — *Question de vocabulaire: galets aménagés à taille uni ou bidirectionnelle*. “Bulletin de la Société Préhistorique Française”, Paris, 68 (3), 1971, p. 73-74.

²⁰⁸ *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 137.

pré-historiadores que a não utilizam (M. Leakey, J. Chavaillon, etc.) por não a considerarem pertinente²⁰⁹, como também se revela ilegítimo conferir-lhe o carácter de “regra”, uma vez que nestes termos é evidente que tudo o que lhe escape, tudo o que seja “misto”, passa a não poder ser interpretado senão como “devaneios”, como um “fugir à regra”²¹⁰ por parte do homem pré-histórico. Outros aspectos valeria a pena tratar aqui, entre os quais o da sequência dos levantamentos em cada peça, observação menor, sempre marginal, nos trabalhos em referência — o que é pena, dado que talvez nela resida o essencial do estudo do talhe dos seixos lascados, pelo menos segundo H. Roche²¹¹.

Centremo-nos, porém, na segunda principal perspectiva sob que os conjuntos líticos do nosso litoral têm sido observados: a localização do talhe em cada face, segundo as categorias “na extremidade”, “de ângulo” e “num bordo lateral”.

Que a divisão dos conjuntos líticos através da conjugação dos critérios acima enunciados, ou seja, do registo do talhe por face, do número de levantamentos e da localização do talhe em cada face, que estes critérios não permitem construir uma autêntica tipologia, parece aceite pelos que os utilizam. Afirmam, no entanto, que ao acrescentarem a estes aspectos o do ângulo de talhe, já referido, “ultrapassam a mera ordenação que apenas contempla o aspecto do contorno dos artefactos, a qual geralmente se integra num catálogo de formas”, chegando-se a uma verdadeira tipologia. Isto porque a observação do ângulo de talhe, que se julga ser “pouco comum ... na Europa ocidental”²¹², “possibilita realçar o carácter funcional de dado tipo de instrumento”²¹³. Já vimos o infundamento material desta apreciação e discutiremos

²⁰⁹ Qualquer dos dois autores citados inclui quer os seixos unifaciais, quer os bifaciais no seu conceito de *chopper*, achando injustificado estabelecer divisões a este nível, que não teriam nem sentido cronológico, nem grande significado técnico, nem muito menos qualquer implicação funcional. Escrevem nomeadamente J. e N. Chavaillon a este propósito: “... notámos identidade de formas entre certos objectos unifaciais e outros bifaciais: os mesmos contornos, as mesmas dimensões dos gumes, o mesmo valor do ângulo [de talhe] e verosimilmente o mesmo uso. Simplesmente o homem não sentiu a necessidade em talhar a segunda face quando ela era plana e lisa”. CHAVAILLON, J. e N. — *Le Paléolithique ancien en Ethiopie: caractères techniques de l'Olduwayen de Gomboré I à Melka-Kunturé*. Colóquio n.º 5, IX Congresso da UISPP, Nice, 1976, p. 43-69 (p. 50).

Por outro lado, autores há que desdobram ainda mais o conjunto dos seixos afeiçãoados, considerando à partida, para além dos grupos dos unifaciais, bifaciais e multifaciais ou poliédricos, ainda um quarto grupo: os dos “trifaciais”. CARBONNEL, E.; et al. — *Amplification du système analytique avec la classification des techno-complexes à galets taillés*. “Bulletin de la Société Préhistorique Française”, Paris, 81 (7), 1984, p. 203-206 (p. 203).

²¹⁰ Cf. *op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; et al., 1982, p. 137.

²¹¹ Em relação a esta questão não se pode deixar de comentar a curiosa afirmação de que “a ordem de extracção dos levantamentos é evidente, pois aquele de maiores dimensões seria o último a ser executado” (*op. cit.* na nota 81, PENALVA, C., 1979 (b), p. 9). Nada de mais simplista e errado! Basta pensar num pequeno levantamento final, de regularização de um gume, posterior a outro inicial, de desbaste cortical, para ver como tal não sucederia. Ao contrário do que se escreve, a sequência dos levantamentos numa peça é frequentemente complexa e não raro impossível de estabelecer com segurança. No registo destas sequências gestuais reside talvez o factor técnico mais importante na individualização dos seixos lascados.

²¹² *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; et al., 1982, p. 138.

²¹³ *Op. cit.* (v. nota 97), AZEVEDO, T. M.; et al., 1979, p. 36.

adiante o sentido “funcional” que se lhe pretende dar; limitemo-nos nos parágrafos seguintes a verificar se, quer a localização, quer o ângulo do talhe constituem, de facto, uma chave classificatória definitiva ou sequer minimamente aceitável — o que obriga a realizar uma síntese da forma como as indústrias de seixos lascados têm sido tratados ao longo dos tempos, especialmente nos últimos anos.

Uma primeira linha de abordagem deste tipo de instrumentos é a que de J. Wayland e Von Riet Lowe conduz até P. Biberson, passando por autores como H. J. Hugot ou L. Ramendo. Esta é a direcção readoptada entre nós recentemente. O trabalho que melhor a representa e de certo modo a coroa é o “catálogo de formas” de P. Biberson, feito em 1967, para os seixos do Maghreb e Sahara. Trata-se de um conjunto de “fichas tipológicas”, bem concebidas e claramente apresentadas. Se nada de mais inovador foi feito desde então, naquela perspectiva, isso deve-se a ela se ter aí esgotado e revelado os limites estreitos e inultrapassáveis em que por natureza se movia. Tal como H. Roche notou, estas fichas de P. Biberson representam “o culminar deste género de classificações por essência ‘inflacionistas’”, onde “a observação de um maior número de utensílios levará à adição de novos subtipos”²¹⁴. Estamos, portanto, muito longe de uma linha de análise que possibilite pôr em evidência tipos, uma vez que parece comprovado, onde quer que se estudaram com alguma profundidade este tipo de conjuntos líticos, que “a morfologia do suporte (directamente ligado ao meio envolvente), a do bordo talhado e a posição que ele ocupa são dados muito aleatórios” (H. Roche).

Hoje é possível alargar o estudo dos seixos talhados a diversíssimos outros factores, estabelecendo categorias e hierarquizações de classificação bastante diferentes daquelas até aqui consideradas. Os trabalhos realizados no nosso país na primeira metade da década passada²¹⁵, continuados e aprofundados em Espanha²¹⁶, são disso exemplo. Porém, outros estudos foram entretanto realizados, principalmente na África oriental e em França. As preocupações da análise morfotécnica e tipológica actuais estendem-se desde a própria orientação dos seixos talhados, que muitos preferem não ser a do

²¹⁴ *Op. cit.* (v. nota 179), p. 167-168.

Tal como salienta S. Simone, “fazer — segundo é hábito — de cada utensílio ou quase uma classe, é não somente dar ao Homem pré-histórico intenções que ele sem dúvida nunca terá tido, como também atribuir ao particular qualidades que ele jamais reivindicou” (*op. cit.* na nota 180, p. 73-74).

²¹⁵ *Cf. op. cit.* (v. nota 41).

²¹⁶ *Op. cit.* (v. nota 28); *op. cit.* (v. nota 29). E ainda:

QUEROL, M. A. — *Premier paso para una tipologia analítica de cantos trabajados: selección de trajos distintivos*. “Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología”, Zaragoza (Huelva), 1975, p. 99-108. QUEROL, M. A.; GOMEZ, M. S. — *Sobre el estudio tipológico de conjuntos líticos del paleolítico inferior del interior de la Península Ibérica*. “Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense”, 3, 1976, p. 7-15. QUEROL, M. A.; SANTONJA, M. — *Sistema de clasificación de cantos trabajados y su aplicación en yacimientos del Paleolítico Antiguo de la Península Ibérica*. “Saguntum”, 13, 1978, p. 11-38. QUEROL, M. A.; SANTONJA, M. — *El Yacimiento de Pinedo (Toledo)*. “Excavaciones Arqueológicas en España”, Madrid, 106, 1979.

eixo-maior morfológico, em parte pelos problemas práticos que tal opção acarreta ²¹⁷, até à comparação entre os espécimes arqueológicos e outros fabricados para efeitos comparativos.

Exemplos da vastidão e diversidade de atributos que têm sido referidos no estudo deste tipo de artefactos podem ser colhidos na bibliografia já citada. Vejamos brevemente apenas 3 ou 4 exemplos. Assim, R.-A. Fournier ²¹⁸ analisa sucessivamente: o *seixo/massa inicial*, sob o ponto de vista litológico, geométrico, desgaste, eolização, piquetagem, pátina e acção do gelo; os *artefactos de levantamentos contíguos*, neles referindo o perfil, comprimento, profundidade, obliquidade, direcção, localização e posicionamento dos levantamentos, assim como a forma do gume e das arestas definidas pelos levantamentos; e os *seixos com levantamentos isolados*, detendo-se no caso dos bordos convesos não cortantes. H. Roche ²¹⁹ estabelece as seguintes categorias de análise: *matéria-prima* (natureza, estado físico, pátina), *suporte* (tipo, morfologia, dimensões), *bordo talhado* (desenvolvimento, curvatura, simetria, ângulo, morfologia) e *área trabalhada* (dimensões e posição, número de levantamentos, estrutura do talhe, direcção e orientação da percussão). S. Simone ²²⁰, por seu lado, analisa a relação entre o *chopper* e o seu *suporte* (em termos morfométricos e posicionais) e, na categoria de “choppers” com levantamentos múltiplos, refere-se sucessivamente a: *forma do gume* (sem ponta ou de bordos convergentes), *inclinação da corda do gume sobre o eixo-maior morfológico*, *ângulo do diedro cortante*, *sucessão dos levantamentos*, *inclinação da corda do gume*, *forma (simetria) do suporte* e *peso*, fazendo por sistema análises uni e multivariadas dos atributos e modalidades de ocorrência definidas e medidas. Finalmente, M. A. Querol e M. Santonja ²²¹ consideram atributos relativos a: *toda a peça* (matéria-prima, comprimento máximo, largura máxima, espessura máxima, perímetro, silhueta, peso e disposição do gume relativamente ao comprimento máximo), *zona não trabalhada* (cor, grau de rolamento, estado de conservação, área ocupada no anverso, área ocupada no reverso e espaço do contorno ocupado pelo córtex) e *zona trabalhada na sua totalidade* (talhe unifacial ou bifacial, medida do ângulo do gume, espaço que ocupa o gume no perímetro, forma do gume, continuidade ou descontinuidade do gume). No caso desta última sistematização, a análise e conjugação dos atributos levaram ao estabelecimento de uma chave classificatória constituída por

²¹⁷ Tal como S. Simone faz notar, “é evidente que o modo de orientação do seixo (bruto) baseado na existência de AB [eixo-maior morfológico], não se poderia aplicar sempre ao chopper” (*op. cit.* na nota 179, p. 20), uma vez que nestes tal eixo original se encontra muitas vezes amputado pelo talhe. Daí a opção de vários autores por orientarem os seixos lascados através da colocação na horizontal da “corda do bordo talhado”. (H. Roche), bordo talhado definido seja através das “extremidades de intercepção da superfície lascada e do plano principal do objecto” (S. Simone), seja através dos pontos de “convexidade máxima” dos negativos exteriores da área trabalhada (J. Collina-Girard), seja através deste critério ou dos “pontos de impacto” dos mesmos levantamentos (H. Roche).

²¹⁸ *Op. cit.* (v. nota 183).

²¹⁹ *Op. cit.* (v. nota 179).

²²⁰ *Op. cit.* (v. nota 180).

²²¹ *Op. cit.* (v. nota 215), QUEROL, M. A.; SANTONJA, M., 1979, p. 15.

cinco níveis de abordagem hierarquizados ²²², que conduzem a tipos e a subtipos (já tratados em vários casos sob a forma de polígonos de frequência acumulativos), bastante diferentes do que entre nós se têm considerado como “esquemas e definições precisas” ou “nomenclaturas universais” ²²³. Portanto e em conclusão, não apenas é impossível aceitar como “regras bem estabelecidas” os princípios em que estes “esquemas” e “nomenclaturas” se baseiam, como principalmente estamos muito longe de os poder aceitar como satisfatórios.

e) Interpretação acerca da função e usos dos instrumentos

A concluir, algumas notas sobre interpretações funcionais realizadas a partir das caracterizações anteriores, de que para este efeito se retém a da inclinação do talhe. Assim, considera-se que os instrumentos detentores de um talhe subvertical seriam “raspadores” robustos, próprios para “raspar as partes comestíveis junto aos ossos”; por seu lado, os instrumentos de talhe sub-horizontal, seriam também “raspadores”, mas mais delicados, “para cortar raízes de ervas comestíveis, para cortar tendões de animais de pequeno porte, etc.” ²²⁴. Para além da inclinação da área trabalhada, nenhum outro argumento existe que possa servir para este tipo de interpretação, que aliás procura paralelos onde eles manifestamente não existem ²²⁵.

A atribuição destas funções a estes seixos lascados enquadra-se, porém, como vimos, no âmbito mais geral da interpretação a dar aos “fácies lusitânicos”. Estas peças seriam assim “raspadores”, por oposição a outras (“pebble-points”) consideradas “mais apropriadas para extracção de moluscos” ²²⁶.

A aceitar estes princípios, estranhar-se-ia em primeiro lugar a ocorrência de seixos apontados indiferentemente, tanto em locais do interior, como no litoral. Todavia, o que está em questão são as bases de que se parte. Que interesse poderá ter discutir eventuais funções dos instrumentos apenas a partir da intuição do observador? Porque não admitir, por exemplo, que, tal como parece suceder com as indústrias arcaicas sobre seixo do Rossilhão

²²² “1.º nível — Forma básica do gume: 1. seixos trabalhados com gume simples; 2. seixos trabalhados com gume convergente. 2.º nível — Extensão do talhe no anverso: 1. menos de metade do anverso; 2. mais de metade do anverso. 3.º nível — Número de levantamentos: 1. um, dois ou três levantamentos; 2. mais de três ou um número indeterminado. 4.º nível — Posição do gume: 1. distal; 2. lateral. 5.º nível — Forma do gume, subdividida em: gumes simples: 1. convexo; 2. côncavo; 3. recto; gumes convergentes: 1. convexo-convexo; 2. convexo-côncavo, côncavo-convexo, côncavo-recto; 3. recto-recto e recto-convexo”. *Op. cit.* (v. nota 28), p. 45. De notar que, em rigor, um primeiro nível de abordagem (nível “O”, aqui não referido) é o que, *ab initio*, do conjunto dos seixos lascados retira os seixos poliédricos, que não são objecto desta análise.

²²³ *Op. cit.* (v. nota 44), p. 189.

²²⁴ *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 139.

²²⁵ A afirmação da correspondência destes dois tipos de peças respectivamente ao “heavy-duty scraper” e ao “light-duty scraper” de M. Leakey é inteiramente ilegítima, porque não somente os seixos em questão não correspondem em absoluto às categorias acima indicadas, como a serem integrados na tipologia em referência deveriam entrar no conjunto dos *choppers*. Cf. LEAKEY, M. — *A review of the Oldowan Culture from Olduvai gorge, Tanzania*. “Nature”, Londres, 210 (5035), 1966, p. 462-466.

²²⁶ *Op. cit.* (v. nota 56), p. 217.

francês, “não exista uma oposição entre utensílio e núcleo”²²⁷ e que, portanto, parte dos seixos talhados não passem afinal de núcleos para a extracção de “restos cortantes” (lascas)²²⁸? Ou então, como aceitar a discussão acerca de dextrias fixadas ou não²²⁹, a partir da simples observação da localização de um ou dois levantamentos em seixos de que se não aprofunda quer a sua orientação no espaço, quer o condicionamento da matéria-prima em cada caso, quer, enfim, de que se duvida da própria intencionalidade humana? Trata-se, globalmente, de questões francamente especulativas e colocadas de uma forma esquemática, de difícil avaliação, senão no quadro de convicções pessoais.

5.2.2. As culturas

a) O conceito de “Pebble-culture”

Já anteriormente encontrámos com frequência aspectos que apontam directamente para a definição dos modelos culturais que se consideram mais adequados à percepção das comunidades humanas pré-acheulenses. Foi nossa intenção, todavia, encarar sempre essas referências no plano concreto dos *artefactos*, deixando para este ponto a discussão sobre as *culturas* que se lhes entenda estarem subjacentes.

Uma primeira questão que neste âmbito deve ser colocada é da própria designação a dar ao conjunto de artefactos provenientes de diversos locais, que se considerem cronologicamente anteriores ao Acheulense. Tratar-se-ia de uma questão menor, não fora os equívocos a que uma pouco adequada terminologia pode conduzir.

Até muito tarde pareceu esta questão ser irrelevante entre nós, dado que as indústrias de seixos do nosso litoral se consideravam constituírem fácies de outros complexos maiores, ainda que cronologicamente anteriores “à penetração do Abevilense na Europa”. Quando pela primeira vez é admitido existir no nosso país uma fase pré-acheulense, põe-se, como já vimos antes neste mesmo trabalho, o problema da sua nomeação. Emprega-se então (início da década de 70) com certa frequência o termo *pebble-culture*. A partir de 1978, porém, “redescobre-se” o mesmo termo. À sua utilização se confere uma carga de inovação sem antecedentes entre nós, a não ser um trabalho de

²²⁷ Cf. *op. cit.* na nota 30, COLLINA-GIRARD, J., 1976, p. 190.

²²⁸ De resto, a quase inexistência de lascas nas “estações” supostamente calabrianas e sicilianas do nosso litoral constitui mais um factor adicional para a não aceitação pacífica dos conjuntos líticos nelas recolhidos como efectivos produtos de uma deliberada acção humana. Aqui uma vez mais se tornaria ilegítimo justificar tal inexistência por ser “pouco vulgar neste nível de praia” (*op. cit.* na nota 80, p. 21), dando-se a entender que, mercê de certos factores (acção dos agentes erosivos?, fase de evolução no comportamento do Homem em termos do trabalho da pedra?), somente a partir de épocas mais recentes começam as lascas a surgir e ser utilizadas — o que se sabe hoje ser manifestamente falso.

²²⁹ Esta questão é levantada por C. Penalva (*op. cit.* na nota 81, PENALVA, C., 1979 (a), p. 229) que ao verificar haver uma distribuição do talhe nos seixos tanto à esquerda como à direita, conclui “que o dextrismo, o sinistrismo e o ambidextrismo sempre existiram”, o que é comprovado pelo facto de ainda hoje cada um ter o seu “jeito” de prensão de uma dada peça”.

H. Breuil de 1959²³⁰. No entanto, uma vez mais, ocorre a ironia de o termo recentemente “redescoberto” ser pelo menos tão discutível como já o era no início da década de 70, quando, então sim, constituía novidade a perspectiva em que se utilizou.

Em vários trabalhos recentes se tecem considerações, passageiras, acerca da utilização do termo *pebble-culture*. Aquele onde este aspecto é mais desenvolvido é a primeira síntese de C. Penalva acerca das nossas indústrias sobre seixos²³¹. Aí se reconhece haver relutância na utilização do termo, mas avalia-se a mesma de forma muito superficial. Assim, induz-se o leitor a pensar que a dificuldade na utilização daquele termo derivaria apenas de que, para alguns pré-historiadores, ele “só deverá ser empregue em relação às indústrias africanas” e, para outros, “deveria não só preencher esta condição, como também a de estar directamente relacionado com níveis do Vilafranquiano”. Na opinião do autor, a questão seria resolvida se denominássemos os achados vilafranquianos fora do continente africano, entre os quais os do nosso litoral, por “‘Pebble-Culture’ de tradição africana”²³². No mesmo trabalho invoca-se como argumento adicional e decisivo a circunstância de que o termo em questão “tem a vantagem de não querer dizer mais do que de facto ele representa”, comparando-o à confrontação biface *versus* “coup-de-poing”.

Ora, ao contrário das considerações citadas, o termo *pebble-culture* quer efectivamente dizer muito mais do que aquilo que representa e é por essa razão (não pelas apresentadas acima) que tem progressivamente caído em desuso e sido recomendado o seu abandono em diversas conferências internacionais. Vejamos, em sequência quais e que tipo de objecções têm sido feitas a esta designação.

Em primeiro lugar, ao nível restrito do significado imediato da palavra *pebble*, foi F. Bordes quem primeiro chamou a atenção para a sua inadequação: “se este género de utensílio é, com efeito, frequentemente feito sobre seixo rolado, tal não é sempre o caso. Em Olduvai, um número razoável deles são feitos sobre pequenos blocos de rocha. Em Clacton, a grande maioria é feita sobre nódulos de sílex. Portanto, o termo ‘seixo rolado’ [‘galet’, ‘pebble’] é a proscrever”²³³.

²³⁰ Aliás erradamente considerado inédito. Cf. *op. cit.* (v. nota 53), p. 425 e 542; *op. cit.* (v. nota 56), p. 218.

²³¹ *Op. cit.* (v. nota 53), p. 522-523.

²³² No entanto, logo no parágrafo seguinte, o mesmo autor aceita chamar “‘Pebble Culture’ em si”, seguindo L. Zotz (*op. cit.*, nota 185) a conjuntos existentes no nosso país “desde o ‘princípio’ até ao Epipaleolítico”. Parece, pois, haver uma duplicidade de critérios para o uso do mesmo termo: num caso (“‘Pebble Culture’ de Tradição Africana”) corresponderia a uma cultura específica, cronologicamente pré-acheulense (“vilafranquiana”); no outro caso (“‘Pebble Culture’ em si”) apenas significaria, de acordo com L. Zotz, que é invocado, um conjunto muito vasto (no tempo e no espaço) de indústrias, obviamente ligadas a outras culturas envolventes, ou designadas autonomamente, conforme os casos.

²³³ *Op. cit.* (v. nota 207), pág. 73.

Repare-se que já o mesmo se não passa com a palavra portuguesa “seixo”, que não implica necessariamente ser rolado, como sucede com os termos francês (“galet”) e inglês (“pebble”) e,

Depois, num plano mais vasto e importante, ao nível da caracterização cultural, o que está em causa neste aspecto é saber se existe de facto uma ou mais culturas pré-acheulenses e quais os seus limites espaço-temporais. Ora, principalmente depois dos trabalhos realizados na última década na África oriental, torna-se difícil garantir que todo o período cronologicamente pré-acheulense corresponda de facto a uma só cultura humana. De resto, mesmo que assim fosse, o termo “pebble-culture” continuaria a estar prejudicado, quer por não ser muito admissível denominar uma cultura apenas por um dos seus instrumentos²³⁴, quer porque desde o encontro de Burg Wartenstein de 1962 se considerou recomendável substituir o termo cultura pelo de *complexo industrial*²³⁵. Hoje sabemos que existe em períodos cronologicamente pré-acheulenses pelo menos um importante complexo industrial: o Olduvaiense. Mas nada garante, antes pelo contrário, que indústrias tecnicamente tão diferentes das de Olduvai ou Melka Kunturé, como as do Lago Turkana ou Omo, possam também pertencer à mesma “cultura” e ser designadas pelo mesmo termo. De facto, no primeiro destes dois casos por exemplo, Gl. Isaac, apesar de defender um parentesco estreito entre as indústrias do Lago Turkana e as de Olduvai, prefere designá-las a partir dos próprios locais: “Karari industry” ou “KBS industry”; no segundo caso, J. Chavaillon optou por uma designação específica: “Rudolfiense” ou “Shunguriense”²³⁶.

Se as hesitações na caracterização cultural e consequentemente denominação já são grandes na África oriental, elas aumentam fora daquela região. Em relação ao Marrocos atlântico, não obstante existirem à primeira análise afinidades técnicas com as indústrias olduvaienses, nada sabemos acerca do verdadeiro significado paleontológico dos instrumentos. Assim, designações culturais autónomas, como a de Cl. Howell, que chegou a propor para a dita “civilização do seixo afeiçãoado” daquela zona o nome de “Tardiguciense” (de Targuet-et-Rahla), propostas desta natureza devem ser colocadas em suspenso, até que evidências concretas (que só a escavação de locais de *habitat* poderão) lhes encontrem conteúdos justificativos.

Sendo assim, como designar então as indústrias que se julguem cronologicamente pré-acheulenses e para as quais não estejam reunidos elementos necessários a uma designação cultural fundamentada? O termo que cada vez colhe maior aceitação é o de *Pré-acheulense*²³⁷. Ele foi inicialmente proposto

por isso, tem um conteúdo mais vasto e poderia ser utilizado. Daí a defesa da expressão “Complexos Industriais de seixos afeiçãoados” patente nos trabalhos de V. O. Jorge e colaboradores do antigo G.E.P.P. Sobre esta questão veja-se as *op. cit.* na nota 44, designadamente: JORGE, V. O., 1972 e JORGE, V. O.; *et al.*, 1973.

²³⁴ Cf. *op. cit.* (v. nota 179), p. 48.

²³⁵ Cf. *op. cit.* (v. nota 47), recomendação L, p. 892-893.

²³⁶ Cf., por exemplo, *op. cit.* (v. nota 179), p. 48.

²³⁷ Desde muito cedo, P. Biberson, por exemplo, aceita este termo, convertendo a sua “Pebble Culture” ou “Civilização do seixo afeiçãoado” em *Pré-Acheulense*. Cf. *op. cit.* (v. nota 14), BIBERSON, P., 1973 e 1976; *op. cit.* (v. nota 15).

por L. Balout, sem grande êxito, no encontro de Burg Wartenstein, mas acabou por ser adoptado pela "Comissão de Terminologia" do V Congresso Pan-Africano de Pré-História (Ternifine, 1963). Trata-se de uma denominação de recurso, que deve ser entendida não com um valor cultural específico, mas apenas como designação de um período. Dentro do Pré-acheulense, em cada região, podem existir um ou mais complexos industriais, havendo toda a vantagem em abandonar aquele termo logo que estes estejam suficientemente definidos e possam ser autonomamente nomeados. Entre nós, onde a ocorrência de indústrias pré-acheulenses se põe nos termos ambíguos que ao longo deste trabalho temos vindo a discutir, esta será seguramente a melhor designação²³⁸.

b) Evolução interna do Pré-acheulense

Uma das principais orientações em que os trabalhos recentes sobre as nossas indústrias de seixos assentam é a da existência de uma evolução interna dentro da fase do pré-acheulense, do mais simples para o mais complexo, do seixo fendido e do seixo unifacial truncado numa extremidade por um só levantamento, até ao seixo poliédrico ou ao seixo pontiagudo, tendendo para a biface. São inúmeras as passagens em que esta tese é defendida, quase sempre acompanhada por intrincadas considerações acerca do seu significado psicocultural.

Assim, começa-se por estabelecer um primeiro momento evolutivo, representado por "seixos de fractura simples", que constituiriam "a fronteira do talhe esquematizado e premeditado"²³⁹, ou seja "prenúncios de uma peça", cuja presença reforçaria o "carácter arcaico destas indústrias"²⁴⁰. Numa segunda fase surgiriam os seixos de talhe unifacial, entre os quais aquele "com uma única extracção de lasca ... define, a nosso ver, um utensílio na sua forma mais arcaica"²⁴¹. Este talhe unifacial, que seria o "mais 'naturalmente' realizado pelos homens de antanho"²⁴², evoluiria, ele próprio, segundo duas linhas, de que aliás se não indica claramente a primazia²⁴³. Por um lado, haveria uma evolução do "talhe único distal", passando numa "fase seguinte" pelo "talhe de ângulo", para chegar ao "talhe nos bordos laterais". Esta

²³⁸ Num dos mais recentes trabalhos acerca dos materiais do nosso litoral (*op. cit.* na nota 114, ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982) já é, com efeito, feita uma breve alusão a esta designação, quer no título da Estampa II, quer na p. 150, quando se fala da "Pebble Culture", ou mais precisamente do 'Pré-Acheulense'. Contudo, à parte esta referência mantém-se a designação de "pebble-culture" em todos os restantes trabalhos e passagens deste mesmo texto.

Anteriormente, o termo "Pré-Acheulense" apenas fora utilizado como sinónimo de "proto-Acheulense", ou seja, de indústrias que se situam já muito próximo das primeiras fases acheulenses (cf. *op. cit.* na nota 81, PENALVA, C., 1979 (b)).

²³⁹ *Op. cit.* (v. nota 56), p. 219.

²⁴⁰ *Op. cit.* (v. nota 53), p. 543.

²⁴¹ *Op. cit.* (v. nota 56), p. 219-220.

²⁴² *Op. cit.* (v. nota 114), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 136.

²⁴³ De facto, uma vez que existem dois factores em presença (localização do talhe e número de levantamentos) fica-se sem saber qual deles é prioritário. Um exemplo: entre um seixo unifacial, talhado por 4 levantamentos em extremidade e um seixo unifacial talhado por 1 levantamento num bordo lateral, qual dos dois seria mais "primitivo"?

evolução representaria a aplicação pelo homem pré-histórico “de um ‘raciocínio’, que levava a definir qual a parte mais longa de um seixo apta a ser transformada em parte activa”²⁴⁴. Por outro lado, ocorreria também um desenvolvimento do talhe, desde o seixo com um só levantamento até àquele com um número elevado de levantamentos. Esta seria a evolução mais marcada nos nossos conjuntos, onde o “aumento do gume, processa-se predominantemente numa extremidade, pouco se aproveitando, no caso dos seixos de forma oblonga, o comprimento do gume lateral”²⁴⁵. Terceira etapa seria atingida com a execução de utensílios de gume bifacial, dado que este tipo de “talhe implicou um raciocínio mais apurado”²⁴⁶ bem como uma “apreciável destreza de mãos e de apuramento de técnica, pois dele resultava um gume duplamente afiado”²⁴⁷. No interior desta fase se poderiam aplicar princípios de subdivisão idênticos aos da fase anterior. Finalmente, chegar-se-ia a um último momento, marcado pelo “talhe multidireccional”, ou seja, multifacial ou poliédrico, mal representado entre nós dado que requereria seixos espessos, o que não aconteceria em muitos casos.

“A partir daqui, os seixos de pequenas dimensões deixam de ser utilizados, e passa-se a confeccionar utensílios mais complexos em seixos maiores”²⁴⁸. Toda esta evolução encontraria sentido em termos do progresso “das aptidões mental e manual”²⁴⁹, o qual estaria “relacionado com as necessidades de sobrevivência”²⁵⁰ dos homens de então, ou, por outras palavras, com “uma luta sem tréguas para sobreviver no mundo hostil em que viviam”²⁵¹.

As consequências deste modelo são numerosas. Entre elas a de que a “maior ou menor predominância de cada um [dos tipos de talhe referidos], de acordo com a sua existência nos diferentes níveis marinhos”²⁵² muito ajudará “à reinterpretação de depósitos desde há muito considerados como pliocénicos”²⁵³, até porque se tem por adquirido que “os dados actualmente disponíveis apontam para a predominância de certos grupos tipológicos sobre outros conforme o nível altimétrico”, o que “deve ser tido em conta na cronologia dos respectivos depósitos”²⁵⁴. Ou seja, conseqüentemente, haveria então lugar para o pré-historiador indicar ao geólogo qual a datação de cada depósito a partir das percentagens relativas de cada um dos tipos de talhe atrás mencionados.

Antes de proceder à confrontação de toda esta doutrina com a evidência material a que se diz adequar, vejamos qual o seu real fundamento. Mesmo

²⁴⁴ *Op. cit.* (v. nota 81), PENALVA, C., 1979 (a), p. 229.

²⁴⁵ *Op. cit.* (v. nota 56), p. 220.

²⁴⁶ *ID — ibid.*, p. 220.

²⁴⁷ *Op. cit.* (v. nota 44), p. 190.

²⁴⁸ *Op. cit.* (v. nota 53), p. 523-524.

²⁴⁹ *Op. cit.* (v. nota 80), p. 21.

²⁵⁰ *Op. cit.* (v. nota 81), PENALVA, C., 1979 (b), p. 10.

²⁵¹ *Op. cit.* (v. nota 56), p. 217.

²⁵² *Op. cit.* (v. nota 81), PENALVA, C., 1979 (a), p. 228.

²⁵³ *Op. cit.* (v. nota 44), p. 194.

²⁵⁴ *Op. cit.* (v. nota 97), AZEVEDO, T. M.; *et al.*, 1979, p. 37.

que na ausência total de materiais líticos arcaicos, aqui como noutra parte do globo, seria atraente “esta visão estritamente biológica da evolução da utensilagem” (H. Roche). Ela representa a manifestação de uma certa mentalidade: as formas evoluem das mais simples para as mais complexas, umas e outras como tal por nós avaliadas. Trata-se de uma visão que, ainda de acordo com H. Roche, se poderia aceitar “globalmente verdadeira se se considera o conjunto da pré-história (ainda que um melhoramento evolutivo possa muito bem corresponder a uma simplificação), mas não se aplica com toda a evidência aos seixos afeiçoados”²⁵⁵.

Quem pela primeira vez estabeleceu e pareceu comprovar materialmente esta doutrina foi P. Biberson, no Marrocos atlântico. A partir de argumentos como a engenhosidade crescente do homem pré-histórico, a sua cada vez menor dependência da matéria-prima, maior habilidade manual, etc. aquele autor defende uma evolução do seixo unifacial até ao seixo poliédrico e ao biface. Simplesmente, não somente as séries em que P. Biberson se baseava eram insuficientes em termos quantitativos, como as suas propostas de forma alguma foram levadas ao extremo agora defendido no nosso país. De resto, a evolução dos conhecimentos noutras regiões, de acordo com o que a seguir indicaremos, levou até a que P. Biberson tivesse, em 1976, revisto a sua perspectiva, afirmando que os quatro estádios evolutivos por si inicialmente admitidos “eram justificados no plano estratigráfico, mas são-no menos hoje em dia no plano tipológico”, a ponto de “não reter agora senão duas grandes categorias: 1.º o ‘Pré-acheulense antigo’; 2.º o ‘Pré-acheulense evoluído’”²⁵⁶.

A evolução da abordagem deste problema desde as descobertas do Marrocos atlântico teve, porém, muito a ver com os dados entretanto adquiridos noutras regiões. Efectivamente, já nos conjuntos líticos de Olduvai, onde desde os níveis mais antigos (Bed I) existe uma nítida predominância de talhe bifacial sobre o talhe unifacial, já aí se tornou claro não se poder resumir as indústrias líticas mais arcaicas apenas a uma ou duas formas, de execução sumária, evoluindo depois gradualmente. O desenvolvimento patente desde tão cedo nos artefactos destas zonas, levou mesmo a uma certa teorização de J. Chavaillon, segundo a qual, no interior de uma “evolução em mosaico”, a tecnologia do trabalho da pedra seria um elemento particularmente dinâmico e precoce²⁵⁷. Estas observações de Olduvai (e também de Melka Kunturé) encontram-se ainda confirmadas pelas do Lago Turkana e Vale de Omo. Aí foram detectadas indústrias líticas “compostas essencialmente de lascas”, de muitos tipos. A existência de um estádio tecnológico anterior ao do fabrico e uso de seixos lascados foi então colocada. Chegou-se a falar em várias etapas

²⁵⁵ *Op. cit.* (v. nota 179), p. 186.

²⁵⁶ *Op. cit.* (v. nota 14), BIBERSON, P., 1979, p. 131.

H. Roche, por seu lado, pensa que a visão de P. Biberson, mesmo na sua última versão, “não assenta sobre nenhuma base real”, uma vez que “a anterioridade de uns [seixos] sobre outros não se verifica”, dando até o exemplo de Salé, uma das principais estações da fase evoluída do Pré-Acheulense marroquino, onde “os dados não corroboram esta proposição” (*op. cit.* na nota 179, p. 186-187).

²⁵⁷ *Op. cit.* (v. nota 52).

sucessivas (uso dos seixos como percutores, uso de “fragmentos cortantes”, fragmentação voluntária dos seixos que se tornam núcleos), anteriores à que “conduzira às indústrias de seixos afeioados”²⁵⁸.

Os trabalhos citados demonstravam que desde as primeiras fases humanas o trabalho da pedra se mostrou relativamente elaborado. Dir-se-ia, no entanto, que tal apenas terá validade no quadro particular dos locais e regiões da África oriental. Ora, a partir da segunda metade da década de 70, novos estudos sobre estações europeias vieram confirmar o que no continente africano se tinha evidenciado. Assim, ao estudar as “indústrias arcaicas sobre seixos” do Rossilhão francês J. Collina-Girard constata que “os chopping-tools abundam nas séries antigas e são progressivamente substituídos pelos choppers nas séries recentes”²⁵⁹, sendo patente naquela zona uma evolução manifestada pela “substituição dos chopping-tools pelos choppers, multiplicação dos “épannelés”, dos poliedros e progressão das peças bifaciais”. Para a explicação desta evolução J. Collina-Girard sugere que na realidade os “poliedros e os chopping-tools dos conjuntos antigos não passam na maior parte dos casos de núcleos” e “desaparecem progressivamente à medida que aparecem as peças bifaciais”²⁶⁰, as quais (biface incluído) não teriam origem num único tipo de peça²⁶¹. Em conclusão, estabelece-se nesta região um modelo evolutivo que inclui nas fases mais antigas “uma proliferação de formas que se poderiam qualificar de experimentais”, passando-se nas fases mais evoluídas “para peças mais simples e mais estandardizadas”²⁶². A evolução registada no Rossilhão francês repete-se também noutros locais. É o caso de Terra Amata, onde os seixos bifaciais diminuem à medida que se avança nos sucessivos horizontes de ocupação do sítio.

De todos estes factores, se pode concluir que “o critério do talhe unifacial, bifacial e multifacial não tem valor cronológico”²⁶³, não havendo por

²⁵⁸ COPPENS, Y.; et al. — *Résultats de la nouvelle mission de l'Omo (campagna de 1972): découverte de restes d'Hominidés et d'une industrie sur éclats*. “C. R. Académie Sciences”, Paris, 276 (D), 1973, p. 161-164. CHAVAILLON, J. — *Evidence for the technical practices of Early Pleistocene Hominids, Shungura formation, lower Omo Valley, Ethiopia*. “Earliest Man and Environments in the Lake Rudolf Basin”, Univ. of Chicago Press, eds. Y. Coppens, et al., 1976, p. 563-573.

A propósito destes estádios, sugeridos por J. Chavaillon no segundo trabalho acima citado, F. Bordes considera, com inegável oportunidade, que “se é difícil talhar um *chopping-tool*, ou mesmo um *chopper*, sem fazer lascas, reciprocamente, ao fazer lascas obtém-se um núcleo, o qual, a este nível primitivo, pode ser também considerado um utensílio sobre nódulo, um *core-tool* para empregar a terminologia anglo-saxónica. O facto de não ter encontrado senão lascas na pequena parte escavada significa talvez que era o objecto sobre nódulo o mais importante, e que foi por isso levado para fora do sítio. Ou então a situação observada é o resultado de uma triagem por efeito da água corrente”. BORDES, F. — *Leçons sur le Paléolithique, (Notions de Géologie Quaternaire)*. “Cahiers du Quaternaire”, Bordéus, ed. CNRS, 7, 1984 (p. 211).

²⁵⁹ *Op. cit.* (v. nota 30), COLLINA-GIRARD, J., 1976 (b), p. 188.

²⁶⁰ *Op. cit.* (v. nota 30), COLLINA-GIRARD, J., 1978, p. 179.

²⁶¹ Contrariando, note-se, aquilo que se considera adquirido em vários trabalhos portugueses, quando se afirma que “à ‘pebble-point’ segue-se o ‘coup-de-poing’” (*op. cit.* na nota 53, p. 524).

²⁶² *Op. cit.* (v. nota 30), COLLINA, J., 1976 (b), p. 190; e 1978, p. 180.

²⁶³ *Op. cit.* (v. nota 179), p. 187-188.

consequente qualquer justificação para a tese que agora se pretende instalar entre nós.

No entanto, os trabalhos portugueses em referência não apenas retomam os princípios gerais daquela visão biológica dos artefactos e das culturas, como a levam muito mais longe, a extremos tais que nem sequer os seus originais proponentes teriam talvez suspeitado. Assiste-se assim a um curioso movimento inverso: por um lado, recuo por parte de autores como P. Biberson em relação às suas próprias ideias iniciais; por outro lado, avanço desmedido em relação àquelas mesmas ideias, por parte de quem agora entre nós as redescobriu.

Estão neste caso todas as afirmações relativas à evolução interna dentro de cada tipo de talhe, designadamente a de que existe uma evolução do talhe numa extremidade até ao talhe lateral e do talhe unifacial até ao poliédrico. Ora, nem no Marrocos atlântico²⁶⁴, nem noutras regiões²⁶⁵, nem tão-pouco, de acordo com as descrições de H. Breuil e G. Zbyszewski no nosso litoral²⁶⁶, existe qualquer base para defender tão precisa evolução²⁶⁷. E mesmo no caso dos recentes estudos, quando tal se pretende pôr em evidência, há que salientar, quer a carga de “arcaísmo” dada aos conjuntos ditos “calabrianos” por “artefactos” que têm todas as condições para o não ser, quer os

²⁶⁴ Por exemplo: para o “estádio I” do Pré-Acheulense marroquino afirma P. Biberson (*op. cit.* na nota 10, BIBERSON, P., 1961 (b), p. 57-58) que o utensílio característico é “o seixo de talhe unidireccional que produz um gume seja na extremidade do seixo ou sobre a aresta lateral”, não se registando, portanto, qualquer anterioridade de um em relação ao outro.

²⁶⁵ Na Sicília, por exemplo, os artefactos mais antigos, encontrados “sobre a plataforma dita Maggiari (Calabriano), apresentam retoques sobre um bordo lateral sinuoso. A partir da plataforma dita Macauda (Siciliano I) o bordo torna-se menos sinuoso e os retoques existem também nas extremidades distais do seixo”, ou seja, precisamente a evolução contrária à que se pretende exista entre nós. Cf. *op. cit.* (v. nota 114), *Les premiers habitants de l'Europe*, p. 62.

²⁶⁶ Nos trabalhos da década de 40 são referidos aos níveis de praia mais elevados seixos de “talhe” terminal ou lateral, indiferenciadamente. G. Zbyszewski escreve mesmo, em 1964, que as peças em questão podem “apresentar trabalho nas extremidades e nos bordos laterais”. *Op. cit.* (v. nota 40), p. 112.

²⁶⁷ Tal como já vimos quando abordámos a problemática da análise morfotécnica e tipológica dos seixos talhados, para afirmar que existem de facto estas três categorias (talhe na extremidade, talhe de ângulo e talhe lateral), bem individualizadas, “de acordo com uma intenção bem definida por parte do seu autor” (*op. cit.* na nota 81, PENALVA, C., 1979 (b), p. 9), haveria que sistematicamente medir o ângulo em questão e correlacioná-lo com outros factores de que eventualmente ele dependa. Tal foi o que tentou S. Simone, que depois de uma análise aprofundada desta questão, não conseguiu mais do que “uma vaga indicação de subpopulações”, concluindo que “no estado actual continuamos a dividir os *choppers* em distais e laterais, não somente para satisfazer o uso, mas também para ir ao encontro de uma intenção provável do Homem pré-histórico. Permitindo-nos no entanto repetir que a existência duma repartição em classes não está nitidamente provada”. *Op. cit.* (v. nota 180), p. 50.

termos impróprios em que muitas vezes as comparações entre séries mais antigas e mais recentes são feitas ²⁶⁸.

E o curioso é que mesmo nestes termos se continuam a verificar nas indústrias “desvios” em relação à visão que se lhes pretende assentar. É o caso, por exemplo, da passagem da série I para a série II do Alto de Leião, onde há um aumento e não diminuição relativa dos “seixos unidireccionais”, o qual se atribui a uma “evolução extremamente lenta de ‘Pebble-Culture’, a que também não foram alheias as limitações impostas pela natureza, dimensões e formato do material” ²⁶⁹, isto quando noutros trabalhos se tinha negado o condicionamento da matéria-prima ²⁷⁰, afirmando-se até que a evolução em questão, apesar de lenta, esteve “sempre presente” ²⁷¹ — circunstância que pelo menos aqui não ocorreria ²⁷².

c) Paralelos inter-regionais

Uma última referência deve ser feita aos paralelos inter-regionais que se têm ultimamente ensaiado. Em numerosas passagens se afirma, em diversos tons, que a origem do nosso Pré-Acheulense está em indústrias que se consideram suas congêneres do Norte de África, “mais precisamente do Maghreb” ²⁷³. Filiam-se, portanto, todas as observações do nosso litoral apenas nas iniciais de P. Biberson naquela região. Assim, “os bandos portadores da Pebble-Culture” ²⁷⁴, que por vezes se identificam taxonomicamente

²⁶⁸ Efectivamente, quando se compara (cf. *op. cit.* na nota 114, ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982), por exemplo, conjuntos do “Calabriano II”, como Seixosa, onde a carga dada pelos seixos com apenas um levantamento é enorme, com os do chamado “Complexo do Siciliano I”, nestes incluindo quer as séries roladas, quer as simplesmente eolizadas (que, mesmo na avaliação de H. Breuil e G. Zbyszewski, “cobrem certamente um espaço de tempo notável”, a ponto de incluírem bifaces), quando se estabelece uma tal comparação, é óbvio que facilmente se poderão tirar as conclusões pretendidas ... e mesmo assim com as dificuldades, os “desvios”, a que a seguir referiremos.

²⁶⁹ *Op. cit.* (v. nota 44), p. 189.

²⁷⁰ Afirmando designadamente que, nestas fases pelo menos, “o Homem do paleolítico escolheu deliberadamente aqueles pequenos seixos”, ou, por outras palavras, “não se trata de um problema de condicionamento imposto, mas de uma escolha com um propósito definido”. *Op. cit.* (v. nota 56), p. 218.

²⁷¹ *Op. cit.* (v. nota 81), ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1981, p. 15.

²⁷² Outros “desvios” a assinalar são os dos “pebble-points” em maior número em Seixosa do que no “Complexo do Siciliano I”, o que obriga “a não fazer comentários” (*op. cit.* na nota 114, ZBYSZEWSKI, G.; *et al.*, 1982, p. 142); ou ainda a ocorrência de casos que fogem “à regra bem estabelecida dos lascamentos uni, bi e multidireccionais”, ou seja, de “desvios” (no caso, os “talhes mistos”) que não cabem “dentro de uma evolução racional e lógica da tipologia lítica criada pelo Homem pré-histórico”, mas “é nosso dever como homens de hoje, respeitar”, até porque foi este “fugir à regra ... que desenvolveu o engenho humano”(!). ID — *ibid.*, p. 137.

²⁷³ PENALVA, C. — *Vestígios de ocupação mustirense, na praia tirreniana de S. Julião (Ericeira)*. “Arqueologia”, Porto, 2, 1980, p. 3-7 (p. 4).

²⁷⁴ *Op. cit.* (v. nota 53), p. 539.

como *Homo habilis*²⁷⁵, teriam penetrado na Península Ibérica e depois migrado ao longo do litoral em duas direcções opostas: a do oriente, até à Catalunha espanhola/Rossilhão francês; e a do ocidente, até às “estações” do nosso litoral. Para além do carácter especulativo de que se reveste o estabelecimento destas rotas migratórias, até porque começam, como já vimos, a serem apontados locais com artefactos “vilafranquianos” também bem no interior da Meseta espanhola, para além disto, o que nos interessa aqui discutir sumariamente é se a evidência das nossas “indústrias” pré-acheulenses constitui prova definitiva de tais afinidades africanas e, por consequência, da travessia do Estreito de Gibraltar em época tão antiga.

De facto, todo o parentesco que se pretende ver entre estas indústrias e as marroquinas baseia-se apenas numa “semelhança flagrante do aspecto tipológico do material”²⁷⁶. Já discutimos a metodologia empregue na avaliação daquele “aspecto tipológico”, sendo evidente que em depósitos onde os seixos rolados predominem as aparentes afinidades serão sempre maiores do que as diferenças, se não se realizar uma análise morfotécnica e tipológica detalhada. Nos termos tão sumários em que as nossas indústrias de seixos têm sido descritas, parece evidente que tão semelhantes às marroquinas seriam as de qualquer outra região.

No entanto, desejaríamos salientar que ao considerarmos não ser possível afirmar com base nas nossas indústrias de seixos a existência de uma “tradição africana”, não queremos dizer que ela não exista de facto. Apenas será necessário caracterizá-la em profundidade e a partir de conjuntos líticos amplamente representativos, de que temos um bom exemplo próximo de nós, em El Aculadero. Até que amostragens análogas, devidamente estudadas, se registem no nosso país, apenas nos restará erguer hipóteses de trabalho.

6. Conclusões

Depois da discussão que até aqui realizámos, forçoso é concluir que as interrogações acerca da efectiva existência também em Portugal de uma fase cultural e cronologicamente pré-acheulense subsistem e não foram os últimos trabalhos publicados a este propósito que vieram permitir esclarecer definitivamente esta questão.

De facto, todas as características de ambiguidade que desde os anos 40 tinham pontuado as descobertas supostamente pré-acheulenses do nosso litoral, se mantêm no essencial hoje em dia — tendo-se até acentuado em certos

²⁷⁵ O. da V. Ferreira, por exemplo, considera que as indústrias de seixos ultimamente descobertas comprovam “a permanência em solo português do artífice da ‘Pebble culture’, o *Homo habilis* de Leakey, oriundo muito provavelmente do Norte de África a partir de Olduvai”. *Op. cit.* (v. nota 109, p. 23). Trata-se de uma afirmação inteiramente infundamentada, uma vez que está muito longe de ser provado que o *Homo habilis* tenha sequer chegado ao Norte de África (muito menos à Europa) e, pelo contrário, parece muito mais provável que tenham sido *erectus* (que no Lago Turkana surgem com datações da ordem dos 1,6 milhões de anos e em Melka-Kunturé atingem mesmo os 1,7 milhões de anos) as primeiras criaturas humanas a migrar para estas regiões, nisto consistindo aquilo que H. Lumley chama a sua *diáspora*.

²⁷⁶ *Op. cit.* (v. nota 80), p. 20.

casos a sua manifesta inconsistência e noutros regredido consideravelmente, quer em relação aos desenvolvimentos dos próprios autores que inicialmente levantaram estas questões, designadamente G. Zbyszewski, que na sua notável síntese de 1958 assume posições de grande prudência nesta matéria, quer em relação aos que no início da década de 70 procuraram, principalmente no plano teórico e comparativo com outras regiões, rediscutir este assunto e outros afins.

Vimos assim que no plano da identificação, datação e correlação dos diferentes níveis de praia mais elevados da nossa costa nada garante — antes pelo contrário — que as propostas agora formuladas correspondam à verdade. Tal é o caso dos três “andares” superiores (115-130, 150-160 e 180-190 m), considerados globalmente como calabrianos e, ainda por cima, correlacionados por inteiro com o período glacial danubiano (=Moulouyano marroquino), correlação que nada senão a suposta evidência arqueológica autoriza. Esta visão tem conduzido sistematicamente à aceitação de hiatos sedimentares e geo-morfológicos entre o verdadeiro Pliocénico e a regressão danubiana, raramente se encontrando correspondentes nas nossas sequências para o Saïssiano (regressão) e o Moghrebiano (transgressão) norte-africanos.

No plano estritamente arqueológico tivemos também ocasião de observar que, ao nível dos artefactos, toda uma série de factores impede a sua aceitação como “evidência” determinante. Assim, considerando serem a quase totalidade dos achados de superfície, dedicámos alguma atenção ao valor das alterações físicas superficiais, designadamente dos rolamentos, como prova de antiguidade — e uma vez mais, tal como muitos outros antes de nós, entre os quais G. Zbyszewski²⁷⁷, concluímos que os mesmos não constituem prova de contemporaneidade com os depósitos sobre que jazam, mesmo admitindo ser correcta a caracterização e datação destes.

A acrescentar à problemática de datação referenciada, ocorrem problemas intrínsecos aos próprios materiais de que se parte. Desde logo, o da sua expressão numérica — que é reduzidíssima; depois, a partir daqui, o da sua caracterização tipológica — que quase sempre é ilegítima, pelas bases quantitativas existentes, e inadequadas, pelas metodologias empregues. Seguidamente, a própria definição da intencionalidade do talhe está muitíssimo longe de ser provada, incluindo no único caso, onde mercê da sua grandeza e origem, se poderia estar perante um conjunto decisivo neste contexto. Referimo-nos, obviamente, a Seixosa, local que deverá no futuro ser observado com toda a atenção, inclusive no sentido de nele se realizarem escavações que permitam esclarecer quais as relações entre achados de superfície e achados *in situ*, nestes melhor esclarecendo condições de jazida e intencionalidade do talhe.

Ao nível dos modelos explicativos das “culturas” humanas subjacentes aos verdadeiros ou falsos artefactos atrás referidos, pôs-se em evidência toda uma teia intrincada de considerações, a começar nas funções atribuídas aos instrumentos, sempre na base da intuição do observador, passando pela própria designação equívoca dos conjuntos em questão como *pebble-cultures*, até

²⁷⁷ Cf. *Op. cit.* (v. nota 129), p. 190.

à doutrina estabelecida para a sua evolução interior e paralelos inter-regionais correspondentes. No seu conjunto, todas estas linhas de orientação, com especial relevo para a da evolução interna do Pré-acheulense, ou se situam num plano fortemente especulativo, porque desfasadas das metodologias e vias de pesquisa actuais, ou pura e simplesmente são frontalmente desmedidas pelas evidências acumuladas ao longo da última década, seja na África oriental, seja no Marrocos atlântico, seja na Europa e na Península Ibérica em particular.

O ponto de situação actual acerca da questão que nos ocupa poderá, enfim, ser o mesmo que, em 1976, fizera G. Zbyszewski, quando considerava que “para afirmar que uma indústria lítica de seixos talhados é mais antiga que o Abevilense e contemporânea da ‘pebble-culture’ da África oriental, é preciso poder demonstrar a sua idade vilafranquiiana não somente pela sua posição geológica mas também através de elementos faunísticos” (sublinhado nosso) ²⁷⁸. Ora parece indiscutível que desde aí não ocorreu no nosso país nenhum achado que preenchesse estes requisitos. E nada existe até para que nesta apreciação de G. Zbyszewski se não devam também incluir todos os conjuntos, antigos e modernos, dos Siciliano I e II, “pós-vilafranquiianos” para aquele autor e por isso certamente por ele aqui não considerados. Tal é, aliás, a opinião de P. Biberson, quando em 1970 considerou que “em Portugal até ao presente nenhum complexo pré-acheulense está provado existir” ²⁷⁹, sendo certo que no conceito deste autor “pré-acheulense” e “Vilafranquiiano” se estendem até ao Günz ou mesmo Günz/Mindel convencionais, ou seja, até ao Siciliano II.

A terminar, talvez seja de tornar claro que a ocorrência entre nós, tal como está provado ter acontecido em Espanha, de indústrias pré-acheulenses é algo de possível, e até bastante provável. Mas para afirmá-lo são necessários elementos verdadeiramente válidos e não os que até aqui se têm reunido e considerado como tal. E talvez a primeira e mais elementar questão a esclarecer seja a da própria intencionalidade do talhe. É preciso frisar que neste aspecto não é quem duvida que deve provar a não autenticidade do talhe, mas sim quem o defende. Ora, citando H. Breuil, “parece estabelecido que para determinar a presença do ser inteligente é preciso outra coisa mais do que essas adaptações tão fugidias onde a obra da natureza e a do homem podem facilmente ser confundidas; é preciso ou um grau de nitidez do talhe intencional particularmente claro, ou um conjunto de circunstâncias que excluam as causas naturais, ou demonstrem, pela associação a restos de cozinha ou a lareiras, que o homem aí viveu!” ²⁸⁰.

Abril 1984

²⁷⁸ ZBYSZEWSKI, G., — *Rapport sur les plus anciennes industries paléolithiques du Portugal*. Colóquio n.º 8, IX Congresso da UISPP, Nice, 1976, p. 96-102 (p. 97).

²⁷⁹ *Op. cit.* (v. nota 14), BIBERSON, P., 1970, p. 113.

²⁸⁰ *Op. cit.* (v. nota 165), p. 407.

Discussão

Comentário de Eduald Carbonnell* — Una pregunta inteligente, para una revisión crítica y de gran actualidad del supuesto pre-Achelense portugués, es la que los autores se hacen en su conclusión: “E talvez a primeira e mais elementar questão a esclarecer seja a da própria intencionalidade do talhe”.

La revisión de la antigüedad de los complejos líticos de edad pre-Günz y Günz es necesaria, a la luz de todos los datos nuevos que están apareciendo, no sólo en Portugal sino en toda Europa Occidental, insuficientemente contrastados y con una clara vocación de antigüedad, falsada consciente o inconscientemente y que todos los que hemos trabajado en este campo hemos favorecido en un primer momento y retraído con posterioridad.

1 — El primer problema para el Paleolítico arcaico portugués referido a estaciones de edad pre-Günz o Günz, ya aparece al haberse encontrado sólo un par de yacimientos *in situ* de los que se destaca por su población de piezas Seixosa, que cuenta con una única serie de 210 elementos.

Otros conjuntos que citan los autores al encontrarse en superficie y fuera de contexto estratigráfico, son datos utilizando las pátinas y rodamientos, así como su asociación a plataformas paleomarinas. Estos criterios no sirven como base argumental para distinguir, ni asociar los complejos, y por lo tanto son de bajo valor discriminante.

2 — Otro gran problema y quizá el más importante es el de la intencionalidad de la talla. Nuestras observaciones en el NE de la Península Ibérica, nos han permitido poner en evidencia que la talla unifacial a una sóla extracción o a dos, es una acción corriente en las playas con cantos del litoral. Como consecuencia de la resaca marina aparecen día a día nuevas piezas de origen no antrópico. En todo o caso nunca hemos recogido por acción marina un objeto con encadenamiento morfotécnico de tipo centrípeto; esto nos hace pensar que la aparición de estos morfotipos puede utilizarse como eje de validación de industria sobre cantos.

El criterio de encadenamiento morfotécnico de tipo centrípeto también fué utilizado por nosotros para reconocer el carácter antrópico de las colecciones depositadas por O'Brien en el I.P.H. de Paris, siendo los resultados positivos, lo que nos indica que las industrias atribuidas al Kafuense que analizamos sea cual fuera su procedencia, eran de origen totalmente antrópico.

Por último, también en el NE de Cataluña la cuestión de los eolitos produjo gran revuelo, al atribuir valor antrópico a un bifaz sobre cuarzo de origen eólico, encontrado en el Cap de Creus (Costa Brava).

Fué también desde esta perspectiva como se comprobó que esta pieza era de origen natural. La talla era centrífuga y no centrípeta; una talla de este tipo sólo puede ser de origen mecánico y no humano.

3 — Sobre el tema de industrias de la periferia y del interior y el “síndrome de los moluscos” también estoy de acuerdo en que estas hipótesis eran equivocadas.

* Centre de Recerques Paleococociales, Museu d'Historia de la Ciutat, Carrer de la Força, 27, 17004 Girona, Espanha.

No hemos podido comprobar si en industrias de cronología pre-Acheulense se producen transferencias de tipo morfotécnico, pero en el yacimiento del Cau del Duc de Torroella en el litoral de Cataluña, se localiza en Acheulense evolucionado de tipo Mediterráneo, con una fuerte presencia de unifaces uniangulados (picos) y raros bifaces, asociados a una fauna cazada y en ningún caso con moluscos.

Hay pues también una homología con las industrias de cantos tallados del litoral portugués y no se debe a la recolección de moluscos. La no presencia de bifaces en algunos de los yacimientos que se estudian, no se debe explicar por la asociación con la funcionalidad marina, sino al "efecto transferencia", por el cual en un determinado grado de desarrollo tecnológico hay sustituciones de una asociación de caracteres por una de nueva, cambiándose un morfotipo estructural por otro, que aún pudiendo tener la misma funcionalidad son morfotécnicamente distintos. En este sentido, creo que la dicotomía litoral interior, que también está presente en yacimientos del Este Ibérico, no debe atribuirse a una especialización funcional.

Para finalizar se nos ocurre, porqué en estas industrias que podríamos datar entre 1,7 ó 0,7 M.A. del litoral portugués, no existe una diversificación, talla centrípeta unifacial o bifacial, o sea talla encadenada periférica, si a 1,5 M.A. en África el Achelense como cadena operativa ya estaba desarrollado. Está claro que hay una diacronía entre la evolución de los tecnocomplejos en uno y otro continente, pero en el Olduwaiense I ya existe una buena diversificación. Las pocas extracciones que presentan los tecnocomplejos citados por los autores, tanto para el carácter unifacial o bifacial, hace que se hayan de aplicar técnicas de análisis que permitan ponderar si la asociación de factemas que se producen en los objetos es o no intencional.

Así pues, la necesidad de conocer y discriminar un conjunto natural de otro antrópico se ha ido abriendo camino desde 1970 de la mano de Collina Girard, Alain Fournier, Suzanne Simone y Helen Roche, pero sólo un sistema de corte lógico analítico puede completar con satisfacción este objetivo.

Desde 1972 hasta la actualidad, la necesidad de demostrar la importancia de los tecnocomplejos al aire libre en posición secundaria en el NE de la Península ha hecho que vengamos trabajando en el sistema lógico-analítico. La finalidad del sistema es captar y jerarquizar las contradicciones que se producen por oposición de las zonas corticales con las zonas talladas, en un tecnocomplejo de cantos tallados. El registro de los caracteres que son interactuantes se describen a través de un sistema analítico, quedando pues cautivo el movimiento del conjunto que se estudia. Los caracteres intrínsecos estructurales de los objetos estudiados con globalidad han de permitir discriminar el conjunto que es humano del que es natural, siempre trabajando con poblaciones que puedan ser tratados estadísticamente, ya que la repetición causal de un morfotipo puede dar las pautas de su conocimiento con relación al grupo.

Sobre los problemas filogenéticos del grupo de cantos tallados, hemos de tener en cuenta que las hipótesis unilineales o bilineales que se han planteado no han sido suficientemente verificadas ni contrastadas con realidades empíricas, por lo que es mejor esperar a que esto se realice y se deje en el campo

de las hipótesis, hasta nuevos datos. Sin embargo, creo que esto es un camino importante a recorrer.

Por lo que hemos estudiado, la perduración de los cantos tallados es una realidad, en algunos casos por especialización funcional y en otros por derivación evolutiva.

De todas formas, creo que este artículo al plantear la duda, abre el camino a la verdad aunque nunca la alcancemos.

Comentário de Jacques Collina-Girard * — J'ai parcouru avec intérêt l'article de Monsieur Luís Raposo sur les industries archaïques du Portugal; sa mise au point me semble suffisamment claire pour y ajouter quoi que ce soit, d'autant que je n'ai aucune expérience directe de ces galets aménagés portugais.

Toutefois il me paraît utile de rappeler les problèmes soulevés par l'étude d'industries analogues provenant des terrasses de la Têt, en Catalogne française.

1.º — il est, la plupart du temps, impossible de savoir si un galet taillé, isolé et récolté en surface est d'origine humaine ou non lorsqu'il ne présente qu'un ou deux enlèvements; à mon avis mieux vaut ne pas en tenir compte.

2.º — par contre, le diagnostic devient plus sûr quand ce galet taillé est associé à d'autres pièces, plus complexes, suffisamment nombreuses et *non douteuses*: enlèvements nets, nombreux et organisés.

Toutefois, par prudence, nous sommes partisan de ne pas faire intervenir cet outil dans les décomptes qui serviront à comparer les gisements, du moins pour les stations de surface.

3.º — le problème est d'autant plus délicat pour les pièces isolées, qu'il semble bien, d'après notre expérience du Roussillon, que les industries les plus anciennes soient aussi les moins standardisées sur le plan typologique; l'impression qui prévaut est que les préhistoriques ont taillé de façon anarchique la matière première qu'ils trouvaient; aucune forme particulière de débitage ne semble en effet, préférée à une autre; ce n'est que dans les séries les plus récentes que l'outillage *se simplifie* et que l'on trouve les grands types classiques de galets aménagés (approximativement au moins): choppers, chopping-tools, polyèdres ..., etc.

Il me semble important, pour ce genre d'industrie, d'élaborer de nouvelles méthodes descriptives pour mettre en évidence ces fluctuations morphologiques qui semblent ici plus fondamentales que la stricte recherche de catégories visée par la typologie classique: pour ces outillages, à l'évidence, la typologie n'existe que dans l'esprit du typologiste, le réel, lui, s'y dérober!

Seuls les très grands groupes morphotechniques (grandes tendances morphologiques) semblent justiciables d'études statistiques pour les comparaisons de gisements à gisements; les subdivisions fines, les attributs, les mesures de détails ne semblent en effet donner aucun résultat qui sorte des fluctuations aléatoires.

* Institut du Quaternaire — Centre François Bordes, Université de Bordeaux I, Av. des Facultés, 33405 Talence, França.

Après avoir étudié les industries des terrasses de la Têt nous avons dégagé un modèle en partie intuitif et un peu théorique de l'évolution des outillages; nous l'exposerons ici car nous souhaitons qu'il soit infirmé ou confirmé par des études ultérieures.

1.º *phase: expérimentation technique*: si l'on considère un galet taillé comme résultat d'une succession de gestes, ces gestes sont, dans cette phase, appliqués au mieux compte-tenu des impératifs de la matière première.

Toutes les techniques sont connues: débitage unifacial, débitage bifacial, débitage anarchique, débitage épannelant; ces techniques sont appliquées dans le désordre, sans préférences.

2.º *phase: émergence des types morphotechniques*: on voit apparaître des tendances c'est-à-dire des répétitions préférentielles de gestes (que l'on pourra éventuellement tester statistiquement pour éviter de fausses impressions): ces répétitions préférentielles montrent l'émergence de tendances morphologiques: conception du chopper, conception du chopping-tool, conception du biface, du débitage Levallois ..., etc.

3.º *phase: fixation des tendances à l'individualisation morphologique*. Les fluctuations autour de ces thèmes se réduisent, deviennent de plus en plus rares; les types se fixent et c'est une phase de sclérose; les évolutions ultérieures ne pourront partir que des formes les moins standardisées devenues marginales.

Ce modèle, qui demandera de nouvelles vérifications, fait appel au passage du désordre à l'ordre, de l'inorganisation à l'organisation, de l'indifférencié vers le différencié: c'est implicitement un modèle biologique ou mieux "psychique" (concept d'abord inconscient, puis préconscient et enfin conscient): un outil est bien un objet psychique, conçu par un cerveau humain, en tant que tel il doit obéir dans son évolution à des lois plus proches de celles du langage et des symboles que de celles de la biologie ou de la paléontologie.

Comentário de Carlos Penalva * — Os autores após uma introdução mencionam várias interpretações acerca da origem e existência das indústrias Pré-acheulenses do nosso litoral. Entre elas figura aquela que se refere a um paralelismo de dois tipos de população culturalmente autónomas. Se bem que concordando com falta de provas absolutas que confirmem esta teoria, e aceitando uma adaptação à vida litoral, não podemos deixar de referir que é de crer que estas populações não fossem exclusivamente recolectoras de moluscos, devendo-se dedicar também à caça. Pensamos também que não haveria isolamento geográfico embora não saibamos qual o poder de mobilidade demonstrado por estes grupos humanos.

Quanto ao exemplo que os autores apontam, acerca da existência de bifaces, diremos que aquele proveniente de Açafora, parece ter características Acheulenses, e por isso não contemporâneas da época à qual nos estamos a referir. O segundo, proveniente da praia da Aguda, apresenta características

* Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, Palácio Vimioso, Largo Marquês de Marialva, P-7000 Évora, Portugal.

pouco definidas. São pois dois instrumentos que nada poderão acrescentar em relação a uma contribuição para a datação destas praias levantadas. Podem bem ser peças que para ali foram transportadas em épocas posteriores, tal como o machado que nós recolhemos na praia do Siciliano I de Magoito. É uma peça Acheulense com reavivamento do gume num momento posterior.

Quanto ao material de Óbidos, este parece ser atribuível ao Acheulense antigo até porque é caracterizado pela existência de bifaces de aspecto pouco homogéneo, e ainda pelo facto de nele se encontrar um número importante de peças triédricas.

Conforme já referimos não é de se aceitar a existência de dois *filae*. O que é de salientar é a continuidade ao longo do tempo dos seixos truncados, durante o Pré-acheulense, e indústrias posteriores. É só neste aspecto que devemos referir a sua longevidade, e não como um prolongamento de uma “Civilização do Seixo”.

Quanto ao “Languedocense”, não esquecemos o que foi escrito por L. Raposo quanto à datação desta indústria, atribuindo-a ao Epipaleolítico, no espaço e no tempo. O material que ambos recolhemos na Estação dos Palheiros do Alegria, descoberta pelo autor deste comentário, parece pertencer ao Madalenense. No entanto, após o seu exame, e uma vez estudadas as lareiras, poderá ser que nos estejam ainda reservadas algumas surpresas.

No capítulo 4.º os autores referem-se a vários locais mencionados pelos Serviços Geológicos de Portugal, onde foram recolhidas indústrias, aquando do levantamento das respectivas cartas na escala de 1:50 000. O esquema geológico sobre o qual se baseiam os nossos trabalhos referentes a indústrias líticas, assenta na cronologia quaternária, delineada por diversos geólogos portugueses. Certo é que já há alguns anos se vêm levantando objecções contra esta cronologia. Este sistema glácio-eustático foi sempre defendido por investigadores tais como C. Teixeira e G. Zbyszewski, através de várias publicações sobre o assunto. Opondo-se a esta teoria, têm surgido outros trabalhos da autoria de J. Soares de Carvalho²⁸¹. Segundo este autor a metodologia a seguir, apoiada nos princípios enunciados por J. Bourcart, consiste na “individualização das unidades litoestratigráficas”, e ainda pela “substituição de designações litoestratigráficas por designação cronoestratigráfica”. Ainda segundo este autor, deverá proceder-se em cada unidade litoestratigráfica a amostragens, à caracterização dos seus atributos que são de vária ordem, incluindo “a associação de peças em seus fragmentos denunciadores da actividade humana”. Menciona ainda, que uma vez na posse destes dados, se deverá proceder “à fixação da correspondente cronoestratigrafia baseada nos fósseis e suas associações ou nas associações de utensílios paleolíticos”.

No que se refere à individualização de estratos concordamos que é essencial dar-se atenção aos vários dados que ajudarão à definição de cada unidade. Pouco ou nada se tem feito nas nossas praias levantadas. No entanto, no trabalho que publicámos em colaboração, sobre a Seixosa, tentámos abordar

²⁸¹ CARVALHO, J. S. de — *Uma metodologia para análise dos depósitos do Quaternário*, “Arqueologia”, Porto, n.º 4, 1981, p. 50-63.

este problema, embora não se tenha procedido ainda a estudos de granulometria, balastro, sedimentologia, etc. O assunto da Seixosa, deverá ainda ser objecto de estudos e de outros trabalhos, incluindo escavações.

No entanto devemos referir que esta metodologia para análise dos depósitos quaternários, já vem sendo aplicada por investigadores como Tricart, Caillex e outros. Apesar da grande validade destes métodos, diversos autores estrangeiros têm-se esforçado para definir a sequência quaternária no Mediterrâneo: Miskowsky²⁸², Chaline²⁸³ e Bonifay²⁸⁴, sem no entanto terem chegado a uma unanimidade de ideias. J. Soares de Carvalho²⁸⁵ refere-se ainda a uma nomenclatura cronoestratigráfica do quaternário mediterrânico, do litoral atlântico, dos Alpes (Ters²⁸⁶) e da África ocidental (Koyoumoutazis e Giresse²⁸⁷). Existem ainda outras tentativas de correlação do fenómeno glácio-eustático, tais como as de Lumley²⁸⁸, de Ambrossetti, Azzaroli, Bennadonna e Follieri²⁸⁹, bem como de Rossignol-Strick²⁹⁰. Segundo se poderá observar, também aqui não há ainda um consenso, havendo mesmo discordância entre os vários pontos no que se refere à contemporaneidade e duração das fases glaciares e interglaciares. Todas estas propostas deverão ser consideradas como hipóteses de trabalho.

Tendo em conta estes factos, a nossa proposta, no que se refere a uma correlação entre os depósitos quaternários de Portugal e de Marrocos, foi elaborada após duas deslocações a este país em 1976 e 1979, tendo então observado algumas formações quaternárias e pliocénicas, não só no litoral como no interior, tais como em Challah, Souk-el-Arba, Maarif, Salé, Arbaoua, Douar Doum e Argoub el Hafid. Procedemos ainda a contactos com o Prof. R. Reynal, bom conhecedor do Vilafranquiano e Calabriano, o qual não mostrou grandes dúvidas no que se refere à génese dos depósitos da Seixosa. Foi ainda ele quem se deslocou várias vezes à península de Setúbal dando a sua valiosa contribuição na definição da sequência plio-pleistocénica desta região, e em especial no que se refere à formação de Belverde. Aqui o problema altimétrico é diferente dado que toda a península de Setúbal encontra-se envolvida num processo de afundamento, com as camadas inclinadas para o Tejo actual. Quer isto dizer que os níveis calabrianos já estiveram mais altos. Sendo assim, é de admitir a possibilidade de uma tectónica quaternária

²⁸² *Op. cit.* (v. nota 20).

²⁸³ CHALINE, J. — *Le Quaternaire*, ed. Doin, Paris, 1972.

²⁸⁴ BONIFAY, E. — *Le Quaternaire littoral et sous-marin des côtes françaises de la Méditerranée*, "Études Françaises sur le Quaternaire", INQUA, Paris, 1969, p. 43-55.

²⁸⁵ *Op. cit.* (v. nota 281).

²⁸⁶ TERS, M. — *Les Lignes de rivages quaternaires de la côte atlantique*, "La Préhistoire Française", CNRS, Paris, I.1, 1976, p. 333-341.

²⁸⁷ KOUYOUMONTZAKIS, G. e GIRESE, P. — *L'évolution à la fin du Pleistocène et à l'Holocène du littoral angolais de Lobito-Benguela et Mossamedes*, "Ann. South African Museum", 71, 1975, p. 49-67.

²⁸⁸ LUMLEY, H. — *Cadre chronologique absolu, paléomagnétisme, chronologie paléontologique et botanique, esquisse paléoclimatologique, séquences culturelles*. "La Préhistoire Française", CNRS, Paris, I.1, 1976, p. 5-23.

²⁸⁹ *Apud op. cit.* (v. nota 288).

²⁹⁰ *Apud op. cit.* (v. nota 288).

nos outros locais onde foi recolhido material Pré-acheulense. Terá de se estudar caso a caso.

A hipótese dos autores, no que se refere a uma “descompressão” dos três níveis calabrianos, constitui uma hipótese de trabalho que deverá também ser encarada. No entanto, para apoiar estas ideias, é condição fundamental o conhecimento directo das formações marroquinas, acompanhado de um geólogo. A nossa proposta, tal como a publicámos em 1984, não é mais do que uma achega a este problema. É natural que de futuro sofra emendas. Nela não figura o Argoubiano dado que o seu lugar na cronologia marroquina é ainda pouco explícito. Biberson considerou-o como que marcando o início do quaternário naquele país, dado que, quando o mar moghebriano estava terminando a sua regressão, a duna superior do Argoubiano instalou-se sobre estes últimos depósitos regressivos. No entanto, J. J. Jaeger estudou os micromamíferos de Garaet Ichkeul (Tunísia), assim como outros investigadores o fizeram em Meritza (Rodes) e em Sète (Rossillou). Estes estudos levaram os geólogos marroquinos a colocarem o Argoubiano na fase final da regressão Moghebriana, ou seja, no extremo final do Pliocénico Superior. Outros estudos, levados a cabo na Itália, Villafranca d’Asti (nível de base) e em Vale de Arno confirmam esta posição.

No que se refere ao material lítico das nossas praias levantadas, diremos que terá que se correlacioná-lo com os depósitos onde se encontram, em especial em casos de recolhas de superfície, tal como no Magoito, Açafora e Aguda. Para tanto haverá que aplicar a metodologia proposta entre nós por J. Soares de Carvalho.

Não queremos deixar de referir, que exibimos algumas peças marroquinas que havíamos colhido, ao Prof. R. Reynal. Mostrámos-lhe os sedimentos da Seixosa, e ainda seixos onde não temos dúvidas em reconhecer o talhe humano, devendo esclarecer que a sua opinião foi idêntica à nossa. É certo que se voltássemos a apreciar peça por peça de um dado conjunto lítico com material Pré-acheulense, poderia certamente pôr-se a hipótese de duvidar de algumas delas. No entanto, afirmar-se que nada é talhado e que tudo é fruto de acções mecânicas é um facto que não podemos aceitar de forma alguma. O que se poderá tentar saber é qual é a génese dos depósitos, mediante análises aprofundadas para além do estudo comparativo dos conjuntos líticos. O facto de uma grande percentagem apresentar um só talhe não é razão para se decidir de uma vez por todas que nada é fruto de acção humana. O próprio Biberson referiu-se a este problema. Para nós, mesmo tendo em atenção todos os condicionalismos e cuidados devidos, não temos dúvidas que nas nossas praias levantadas, viveram seres humanos que nos legaram os seus instrumentos líticos.

O estudo do nosso quaternário está ainda no início. Bastará pensar que só agora se começa a vislumbrar uma subdivisão do Würm. No caso do Paleolítico, tanto os autores como nós próprios sabemos que o estudo de Monsanto I, que subscrevemos, marca uma etapa, para não dizer única, no estudo de um Mustierense que sempre se apresentou como uma unidade e não como um complexo industrial.

No que se refere às alterações superficiais dos seixos, mencionadas pelos autores, pensamos que é certo que, no que se refere a eolização, este factor

pode apresentar-se com diversos graus de evidência, em relação a um conjunto lítico, dependendo isso das condições do local onde esta estação se encontra.

O problema da coloração é um outro aspecto focado pelos autores.

No Alto de Leião, os seixos talhados que ali foram recolhidos apresentam a mesma coloração que os "seixos sem talhe". Não temos dúvida que o local apresenta-se como uma superfície de abrasão marinha, que originou em tempos uma formação que posteriormente foi erodida. Assim estes seixos constituem parte dos vestígios desta praia calabriana. Tanto os seixos talhados como os que não o são, foram patinados pelo óxido de ferro que impregna o manto basáltico subjacente. A grande maioria dos seixos apresentam a mesma coloração (cor de chocolate escuro). Assim a sua coloração depende das condições da jazida. O sílex apresenta colorações bem mais variadas do que o quartzito, até porque além de também ficar manchado, com óxido de ferro, pode ainda sofrer silificações secundárias, que lhe poderão conferir colorações diferentes da que originalmente apresentava.

No que se refere ao rolamento, admitimos que a morfologia do terreno e linhas de água existentes podem alterar significativamente o aspecto de um seixo trabalhado; tudo depende das condições da jazida. No Magoito, Açafora e Aguda, pensamos que pode haver transporte torrencial, proveniente da plataforma pliocénica que se encontra numa cota mais elevada. Haverá que se proceder nestes locais a uma análise de balastro, granulometria e sedimentologia comparando-se os dados da praia siciliana e da plataforma pliocénica.

No que se refere às técnicas de talhe não queremos deixar de referir que apenas transcrevemos as experiências que levámos a cabo e constituem tentativas que poderão conduzir a uma possível interpretação da forma como os levantamentos e/ou fracturações dos seixos foram executadas. Se os autores pensam que estas experiências não assentam em bases sólidas de experimentação e que são experiências pessoais de ocasião, então esperamos que o façam e melhor, de uma forma permanente. Aguardamos, assim, que comuniquem os seus resultados. Pelo facto de haver centros de investigação na Europa e na América, que se dedicam ao estudo experimental de técnicas de talhe, nada nos impede e muito menos aos autores, de fazerem o mesmo.

Quanto ao catálogo de formas que Biberson apresenta, nós sempre tentámos utilizá-lo adaptando-o aos seixos das nossas praias levantadas, tentando mostrar que as formas que se observam em Marrocos atlântico são idênticas àquelas que se verificam no nosso país, se bem que concordamos que os métodos de análise morfológicos e tipológicos não tenham de forma alguma sido exaustivos, nem estabelecido diversas categorias de hierarquizações de conjuntos diversos, comparando-os entre si.

No entanto, no que diz respeito ao problema de uma progressão linear evolutiva das indústrias Pré-acheulenses, verifica-se que de facto este problema é complexo e que, em face dos achados efectuados na África oriental, concordamos com uma necessidade de se rever este problema. Quanto à questão da transposição do estreito de Gibraltar pelos portadores de seixos trabalhados e das suas afinidades com aqueles que se encontram no nosso país, pensamos que análises morfotécnicas e tipológicas detalhadas poderão confirmar ou não esta relação.

Comentário de Manuel Santonja * — La problemática de las industrias paleolíticas arcaicas de Portugal, bien merecía el esfuerzo de síntesis realizado por L. Raposo y J. R. Carreira. El interés que ofrece viene determinado no sólo por la actualidad del tema — la antigüedad de la presencia humana en el continente europeo — sino también por su oportunidad, dado el elevado número de artículos aparecidos presentando industrias atribuidas a esta etapa, muchas veces en revistas o ediciones de difícil consulta fuera del país.

En efecto, la actividad incansable de Breuil y Zbyszewski se concretó en decenas de estudios, incrementados considerablemente en los últimos años con las contribuciones de otros autores como C. Penalva, J. Cardoso o los mismos autores del texto que comentamos.

Globalmente, en una primera aproximación, consideramos muy positiva la posición crítica adoptada, encaminada sin duda a revitalizar la investigación del paleolítico portugués, superando enfoques metodológicos clásicos, que sin duda tiempo atrás contribuyeron a hacer avanzar los conocimientos.

La exhaustiva exposición de la historia de las investigaciones que Raposo y Carreira efectúan, permite comprender y valorar las aportaciones anteriores, pero también deducir que las investigaciones deberán prescindir en el futuro de muchos esquemas rutinarios e intentar apoyarse en fundamentos más sólidos.

La lectura de este artículo revela en cualquier caso la endeblez de los argumentos disponibles para aceptar, sin importantes dudas, la existencia de industrias pre-Achelenses en Portugal. Los datos manejados se refieren casi siempre a estaciones estrictamente superficiales, con localizaciones morfoestratigráficas poco definidas. En *Belverde*, donde el marco geológico se conoce con mucho más detalle y permite considerar una cronología arcaica, la industria es sin embargo muy dudosa, como justamente señalan Raposo y Carreira.

En definitiva en nuestra opinión el planteamiento del artículo comentado es oportuno en el estado actual de la investigación. Compartimos al final de su lectura las principales conclusiones, fundamentalmente las dudas que expone acerca de la existencia contrastada de industrias anteriores al Achelense en la región de referencia, así como la necesidad de continuar con otros planteamientos las investigaciones. A un nivel de mayor detalle vamos a intentar comentar brevemente, como la ocasión requiere, otros aspectos que juzgamos no desprovistos de interés.

Puede sorprender que un material tan problemático haya originado sin embargo tanta discusión sobre aspectos teóricos que, aunque conexos, deberían haber estado supeditados a la profundización del estudio de las estaciones. No nos referimos tanto al considerable esfuerzo realizado por varios colegas portugueses en torno a cuestiones de tipología de la industria lítica, como a la asidua dedicación a analizar temas que deberían suponer un elevado nivel documental — existencia o no de dos *facies* en el Paleolítico portugués, influencias africanas en las primeras industrias ... — sobre bases tan poco sólidas. En cualquier caso esto parece un mal generalizado en nuestros estu-

* Museo de Salamanca, Patio de Escuelas, 2, Salamanca, Espanha

dios y especialmente en lo que concierne al de las etapas más remotas; así con frecuencia se difunden *grandes teorías* basadas en materiales de más que dudosa identificación y antigüedad.

Un análisis crítico estricto creemos que por ahora conduciría a dudar de la presencia humana en el continente europeo antes de en torno a un millón de años del presente, aceptando como firme la evidencia que aportan sitios como Soleihac, con dataciones paleomagnéticas que le emplazan en el episodio *Jaramillo* (0,9/0,97 m.a.) o Isernia, en Italia, con dos fechas K/Ar que le sitúan con anterioridad a $0,73 \pm 0,04$ m.a. Las evidencias referidas a momentos anteriores o no pasan de indicios — cuando se trata de piezas aisladas en posición estratigráfica bien definida — o existen grandes dificultades para precisar una data — caso del El Aculadero —, en ausencia de criterios faunísticos, estratigráficos o radiométricos suficientes, aunque como en el ejemplo mencionado se trate de un conjunto lítico representativo y homogéneo. En esta valoración no consideramos los conjuntos estrictamente superficiales pretendidamente arcaicos, señalados en diferentes lugares, especialmente en el litoral mediterráneo, cuya antigüedad es sencillamente incierta.

La interpretación de industrias superficiales, caso común en Portugal, presenta indudables problemas, pero desde luego no siempre los mismos, ya que pueden presentarse múltiples variantes: desde lugares en que existan algunos materiales estratificados y argumentos que permitan explicar la presencia en superficie del resto, hasta aquellos casos en que no hay ningún dato estratigráfico, bien porque la industria ha permanecido sobre el suelo desde que se elaboró — en cuyo caso será imposible determinar su nivel de homogeneidad — o porque sus niveles de procedencia han sido erosionados y sólo investigaciones exhaustivas permitirían identificarlos.

Estas cuestiones es evidente que no pueden constituir el último objetivo del trabajo arqueológico, pero igual de claro es que son un soporte básico imprescindible para profundizar en aquel. En este sentido queremos matizar que el hecho cierto de que investigaciones como la de P. Biberson en Marruecos Atlántico se hallen superadas hoy, no implica que sus contribuciones — la necesidad de la estratigrafía por ejemplo — sean inútiles. Todo lo contrario. La exigencia actual sería es que hay que traspasar este nivel, pero sin descuidarlo.

Otro dado que con razón subrayan los autores es el escaso número de piezas que integran las series conocidas, que además proceden con frecuencia de áreas extensas. Es el caso concreto de *Belverde*, donde de cuatro lugares algunos están alejados entre sí varios kilómetros. Difícil es en estas circunstancias, incluso abstracción hecha de cualquier otro problema, entrar a considerar la naturaleza de tales yacimientos, sin delimitación posible desde el punto de vista de la ocupación humana.

En otro orden de cosas, el recurso a la terminología de los ciclos marinos y de las glaciaciones alpinas, aunque se efectúe de manera orientativa, creemos que puede constituir otra rémora para que los conocimientos sobre estas etapas avancen en el área considerada. Actualmente ha caído en desuso de manera prácticamente general el empleo de secuencias de esta índole, que implican correlaciones de gran alcance de verificación imposible. En todo caso

este tipo de propostas cronológicas deberían apoyarse en el conocimiento completo de secuencias locales. Entonces quizás podría estar algo más fundamentado aventurarse a emplear propuestas tan arriesgadas.

Finalmente también nos gustaría insistir en la precariedad del concepto de *Pebble Culture* si con el mismo se entiende que las industrias arcaicas de una gran extensión territorial presentan caracteres de conjunto comunes y que por lo tanto se podría llegar a definir su estructura. Una sustitución mecánica, lo cual no creemos sea la intención de los autores, por el término *Pre-Achelense* no variaría nada. Los datos conocidos no permiten, creemos, mantener ya posiciones semejantes. La diversificación industrial comprobada en las zonas mejor conocidas — Africa oriental, evidentemente — constituyen un claro obstáculo, baste recordar la *Karari industry*, que los autores mencionan, o conjuntos como *Ûbeidiya* en la Depresión del Jordán. A medida que aumenta el nivel de información sobre cualquier etapa prehistórica, parece evidenciarse la necesidad de basarse para su correcta delimitación tanto en criterios cronológicos como geográficos. Esto es absolutamente claro a partir del Paleolítico superior, comienza a serlo para el Paleolítico medio — de ahí la notoria crisis del *Musteriense* — y también — al menos para algunos, entre los que me cuento — para un indefinido Achelense *universal*.

Son tantos los *clichés* que deberemos abandonar para avanzar en el conocimiento de los tiempos paleolíticos, que cualquier contribución crítica y bien fundamentada, como el artículo comentado, debe recibirse muy favorablemente. Sólo nos queda desear poder contar cuanto antes con estudios monográficos realizados por equipos interdisciplinares y con el mismo ánimo crítico en los importantísimos yacimientos paleolíticos portugueses.

Comentário de Francisco Sande Lemos * — Neste artigo retoma-se o processo de análise crítica dos resultados da investigação no domínio do paleolítico, anteriormente iniciado. De facto, já noutro contexto, recentemente saído a lume, foi dissecado um velho tema da pré-história portuguesa, o chamado Languedocense ²⁹¹.

Recupera-se assim uma linha de reflexão teórica e metodológica aberta por Vítor Oliveira Jorge e que produziu uma série de trabalhos assinados por este último investigador e por vários elementos do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (G.E.P.P.) ²⁹².

Curiosamente esta filiação não é expressamente assumida pelos autores. Nos anos setenta, como agora, o que tem estado em causa, e persiste, é a ruptura crítica com métodos tradicionais de estudo do paleolítico, que levam a conclusões assaz discutíveis.

É de facto nesta perspectiva crítica que os autores fazem a revisão minuciosa de uma nova problemática, alimentada por um conjunto de artigos

* Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, Av. Central 39, P-4700 Braga, Portugal.

²⁹¹ *Op. cit.* (v. nota 42).

²⁹² Ver bibliografia citada na nota 41 do artigo em discussão.

subscritos por G. Zbyzewski e um grupo de investigadores que se consideram como seus discípulos²⁹³.

De acordo com a Escola de Pré-História dos Serviços Geológicos, os dados conhecidos e divulgados demonstrariam inequivocamente a ocorrência, no nosso país, de indústrias pré-acheulenses da idade vilafrankiana²⁹⁴. Comprovar-se-iam portanto, e plenamente, as hipóteses adiantadas por Henri Breuil, que nos anos cinquenta admitiu a existência em Portugal da "Pebble-Culture"²⁹⁵, a qual aliás, já antes teria sido detectada nos utensílios de estilo "lusitânico" e "microlusitânico"²⁹⁶.

O universo de dados revelados pela equipa de G. Zbyzewski é examinado "à lupa" por L. R. e J. R. C., que os avaliam, aplicando uma rede lógica de critérios, num texto muito claro, convincente, pedagógico e bem escorado. Todos os textos publicados sobre o chamado "Pré-Acheulense" português são assim analisados e discutidos, longa e exaustivamente.

Deste modo, o artigo que estamos a comentar é já, por si mesmo, um pormenorizado comentário de outros trabalhos. Corre-se pois o risco da nossa intervenção entrar num processo circular, repetindo argumentos já expostos.

Vamos tentar evitar tal circuito fechado, deixando de lado a discussão dos critérios utilizados por L. R. e J. R. C., até porque parecem sensatos, objectivos e eficazes. As páginas que dedicam ao exacto valor científico da altimetria, da classificação por patines, das recolhas de superfície, dos seixos que apresentam um ou dois únicos levantamentos, são exemplares.

Apontamos, no entanto, algumas reservas ao tratamento dialéctico que aqueles dois arqueólogos pretendem seguir na análise das problemáticas científicas (tese, contratese, síntese)²⁹⁷. Tal processo escolástico é sobretudo salutar, se for remetido para o lugar que lhe é próprio, o do exercício intelectual, de elevada incidência pedagógica. É, no entanto, um ensaio frágil, em si mesmo.

Bastaria que amanhã, no sítio de Seixosa, por exemplo, fossem recolhidos dois artefactos indubitáveis, *in situ*, ou fauna tipicamente vilafrankiana, para que a tese que contestam ficasse, *ipso facto*, demonstrada, e o seu artigo remetido para o plano da história da Arqueologia ou da teoria dos métodos.

Preferimos, pois, abordar alguns aspectos concretos que reputamos interessantes.

De facto, devemos reconhecer que os trabalhos da Escola de Pré-História dos Serviços Geológicos carregam todo um conjunto de dados novos, mesmo que a sua interpretação seja feita de acordo com modelos muito discutidos. Tais modelos mereceram no capítulo da geologia do quaternário uma crítica

²⁹³ Referimo-nos a Octávio da Veiga Ferreira, João Cardoso e Carlos Penalva, entre outros.

²⁹⁴ Ver bibliografia abundantemente citada no artigo em discussão, e em especial *op. cit.* (nota 41), (nota 53), (nota 56), (nota 80), (nota 81), (nota 97), (nota 114).

²⁹⁵ *Op. cit.* (v. nota 68).

²⁹⁶ *Op. cit.* (v. nota 1).

²⁹⁷ A aplicação deste método de discussão é mais transparente no artigo de L. R. e A. C. S. sobre o Languedocense, e mais disfarçado ou incompleto neste segundo texto, até porque os autores não apresentam uma nova tese.

definitiva²⁹⁸, a que se junta agora o artigo de L. R. e J. R. C., no campo da arqueologia.

Nomeadamente, são particularmente importantes as jazidas de Seixosa e Belverde. Nestes dois casos seria conveniente aprofundar o seu estudo, realizando mesmo escavações, no primeiro dos sítios mencionados.

Quanto às restantes jazidas é de admitir que sejam depósitos derivados, de cronologia posterior, inserindo-se num universo mal caracterizado de indústrias de feição arcaica, mas já do Pleistoceno médio. Uma indústria semelhante, de seixos afeiçoados, em que predominam peças com dois ou três levantamentos, está a ser por nós estudada. Foi recolhida num alto terraço do rio Minho, em Cerdal, à superfície e *in situ*, num corte aberto na cascalheira. Note-se no entanto que a par de “choppers” e “chopping-tools” há algumas peças mais evoluídas, incluindo raspadores espessos sobre lasca²⁹⁹. Este horizonte que possivelmente precederá as indústrias acheulenses não deve ser confundido com etapas mais antigas do Pleistoceno inferior, que de facto ainda não estão documentadas no nosso território, mesmo que teoricamente possam ter existido.

De qualquer modo constata-se pela leitura, quer dos textos da Escola de Pré-História dos Serviços Geológicos, quer do artigo assinado por L. R. e J. R. C., que os estudos do Paleolítico Antigo de Portugal, se encontram ainda num estádio preliminar, que infelizmente se arrasta há vários decénios, com toda uma série de problemáticas pendentes.

Num contexto em que a investigação em Arqueologia e Pré-História parece continuar a ser menosprezada pelos poderes públicos, não é de esperar que se verifiquem progressos espectaculares. O tempo das conclusões seguras e das sínteses não se divisa no horizonte, mesmo longínquo.

Assim, o método a seguir na resolução da problemática do Pré-Acheulense, como em outras, poderá ser análogo ao que foi aplicado no vale do rio Tejo, no estudo das formações quaternárias que se dispõem a jusante e montante de Vila Velha de Ródão. Anos sucessivos de recolhas, e escavações, permitiram acumular dados e proporcionar resultados que de início ninguém suspeitaria ser possível obter, como por exemplo a fauna³⁰⁰.

A prioridade deve, pois, ser conferida aos estudos monográficos ou regionais e às escavações.

As grandes teses, sínteses, e respectivas discussões são, talvez, aleatórias, no estado actual da investigação.

No entanto, artigos do género que estamos a comentar são extremamente úteis para um futuro em que se invista seriamente nas pesquisas de pré-história, pois equacionam de uma forma lógica e objectiva as problemáticas a investigar.

²⁹⁸ *Op. cit.* (v. nota 281).

²⁹⁹ A indústria da jazida de Cerdal está inédita. Foram feitas referências ao sítio em *op. cit.* (v. notas 96 e 281).

³⁰⁰ RAPOSO, L.; SILVA, A. C.; e SALVADOR, M. — *Notícia da descoberta da estação musteriense da Foz do Enxarique (Ródão)*, “Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico”, Lisboa, vol. II, 1985, p. 79-89.

Réplica dos autores. — No seu conjunto, os vários comentários recebidos constituem um complemento do maior interesse para o texto inicial que apresentámos. Eles corroboram geralmente, e reforçam, muitas das considerações que fizéramos — o que, obviamente, nos deixa satisfeitos e contribui para considerarmos que valeu a pena o esforço de compilação de dados e análise crítica que o nosso trabalho representa. Não pensamos, por isso, que ele apenas tenha tido o interesse académico (“exercício intelectual”) que F. S. L. atribui ao “tratamento dialéctico” que supostamente utilizámos. Se, como diz aquele autor, fosse possível no futuro encontrar, num ou noutro local, evidências inequívocas da existência de horizontes pré-acheulenses no nosso território (circunstância que nós próprios admitimos como provável, note-se), isso em nada diminuiria a justeza e oportunidade dos nossos comentários. Não existe, portanto, qualquer relação causal que fizesse conduzir para a prateleira da “história da Arqueologia ou da teoria dos métodos” este nosso trabalho.

Esclarecido este pormenor, interessará talvez referir alguns dos muitos aspectos arqueológicos, *stritu sensu*, que surgem agora reforçados nos comentários realizados. Entre eles contam-se: o do limitado valor das seriações baseadas nas alterações superficiais que cada espécime possa apresentar (eolização, rolamento, coloração, etc.); o da delicadeza existente no reconhecimento da intencionalidade humana, quando se atingem níveis de talhe muito elementar; o dos problemas, de diferentes tipos é certo, tal como salienta M. S., mas frequentemente insolúveis, que levantam as indústrias de superfície; o da própria expressão numérica destas indústrias; etc.

Também a problemática geológica abordada no nosso trabalho encontra algum eco nos comentários recebidos. Aí se pode verificar que grande parte das teses anteriormente defendidas — e que nós contestámos em maior ou menor grau — devem somente ser consideradas como “hipóteses de trabalho”, a pôr em confronto com a realidade. Tal é o caso da datação dos três “andares” superiores, “Calabrianos”, que C. P. aceita afinal poderem sofrer a “descompressão” que propomos e ser revistos em função de uma eventual tectónica quaternária (a referência deste autor aos trabalhos de Soares de Carvalho é, aliás, sintomática de uma aproximação, que saudamos, em relação às preocupações que manifestáramos). É o caso também da referência que F. S. L. faz a “depósitos derivados, de cronologia posterior”, onde é possível encontrar indústrias aparentemente arcaicas. É finalmente o caso de M. S., quando questiona — e nós com ele — a validade da aplicação universal da terminologia dos ciclos marinhos e das glaciações alpinas. Explicámos no nosso texto que a nossa referência a tal terminologia radicava principalmente na necessidade de adequar a nossa argumentação à dos autores cujos textos discutíamos.

Vários aspectos acabados de indicar merecem uma mais atenta observação. Assim, quanto à intencionalidade do talhe, por exemplo, se é certo existir agora uma saudável prudência na generalidade dos comentários, desde as posições mais radicais, que chegam a propor pura e simplesmente “não ter em conta” os seixos de talhe mais elementar (J. C.-G.), até às mais moderadas, que, reconhecendo embora que “peça por peça ... poderia certamente

pôr-se a hipótese de duvidar de algumas delas” (C. P.), mantém apesar de tudo a validade dos conjuntos, se isto é certo, não é menos verdade que a “fuga para a frente” que representa a introdução do conceito de “encadeamento morfotécnico de tipo centrípeto” como “eixo de validação de indústrias sobre seixos” (E. C.) é, em nossa opinião, tão enganadora como a profissão de fé feita no talhe humano, tendo por base o “olho clínico” de um qualquer especialista. Ou um tal critério se resume afinal à observação da existência de “levantamentos nítidos, numerosos e organizados” (para empregar a expressão de J. C.-G.) — e neste caso não constitui novidade conceptual —, ou então não sabemos realmente o que é e em que medida contribui para a solução do problema em apreciação. Aliás, o nosso evidente cepticismo em relação a este aspecto, é extensivo, em menor grau é certo, a diversas outras linhas de pesquisa subentendidas no comentário de E. C., designadamente às referências laplacianas³⁰¹ a um “sistema de base lógico-analítica” e a uma eventual filiação deetziana³⁰² patente na expressão “associação de factemas”, empregue para definir os atributos individualizáveis nos artefactos líticos.

Ainda ao nível dos artefactos, outro aspecto digno de nota é a afirmação de J. C.-G. de que “para estas utensilagens, à evidência, a tipologia apenas existe no espírito do tipologista”. Trata-se de uma afirmação que, na formulação reducionista com que se apresenta, não subscrevemos. A mesma reflexão encontramos-la, por exemplo, em H. Roche, mas aí de forma mais problematizante e com saídas mais positivas: “se existe uma standardização, é nas técnicas que a devemos procurar”³⁰³. Ora, técnicas também são tipologia, a qual, como escrevemos noutra ocasião³⁰⁴, não deve limitar-se a ser a “ciência das formas”. Não seria mesmo deslocado neste contexto referir o princípio geral de que “uma tipologia que não seja descontínua não é tipologia”³⁰⁵ sendo que, por definição, a transformação de recursos naturais em artefactos introduz descontinuidades no universo das escolhas possíveis (escolhas a um tempo técnicas e morfológicas). De resto, concordamos com a observação de M. S. de que “à medida que aumente o nível de informação sobre qualquer etapa pré-Histórica” aumentam as possibilidades de divisão de base espaço-temporal. Daí, aliás, que tenhamos insistido em que o emprego que fazemos do termo pré-acheulense se deve entender como de recurso, referindo-se mais a uma faixa cronológica do que a complexos industriais específicos.

³⁰¹ V., entre outros, os seguintes trabalhos:

LAPLACE, G. — *Typologie analytique. Application d'une nouvelle méthode d'étude des formes et des structures aux industries à lames et lamelles*. “Quaternaria”, Roma, 4, 1957, p. 133-164. LAPLACE, G. — *La typologie analytique et structurale. Base rationnelle d'étude des industries lithiques et osseuses*. “Les Banques de données archéologiques”, ed. CNRS, Paris, 1972, p. 92-142. LAPLACE, G. — *De la dynamique de l'analyse structurale ou la typologie analytique*. “Rivista di Scienze Preistoriche”, Florença, vol. 29, fasc. 1, 1974, p. 2-71.

³⁰² DEETZ, J. — *Invitation to Archaeology*. Ed. Doubleday, Nova York, 1967.

³⁰³ *Op. cit.* (v. nota 179), p. 171.

³⁰⁴ *Op. cit.* (v. nota 42), p. 111.

³⁰⁵ BORDES, F. — *Comment on 'Stone Age Typology: another approach'*. “Current Anthropology”, Chicago, vol. 12, n.º 2, 1971, p. 212.

Em relação com o aspecto que acabámos de citar está todo o conjunto de observações relativas à evolução interna e variação regional dos conjuntos pré-acheulenses. Aqui se inclui a questão da existência ou não dos “estilos” ou dos “*filae*” que se pretenderam ver no caso português. Neste âmbito, aquilo que E. C. designa por “efeito de transferência” — e se poderia aplicar, por exemplo, ao interessante sítio de Cerdal, referido por F. S. L. — confirma, afinal, a nossa estranheza (que verificamos ser compartilhada por C. P.) na atribuição de sentido cultural, mais ou menos pleno, a variações regionais que deverão radicar sobretudo em factores de ordem funcional. Quanto à evolução interna destes conjuntos, registamos, por um lado, o reconhecimento que J. C.-G. faz de que o seu modelo, aliás tentador, é “em grande parte intuitivo e um pouco teórico” e, por outro lado, a aceitação por C. P. de que “este problema é complexo” e deve ser revisto o que sobre ele se disse. Trata-se de considerações que vão inteiramente ao encontro das nossas opiniões, embora no caso de J. C.-G., se concordamos com a referência explícita a uma certa desadequação dos modelos da “biologia ou da paleontologia” à evolução dos artefactos líticos, manifestamos dúvidas, sobretudo de natureza prática, em lhe aplicar modelos de base linguística ou semiótica.

Terminamos com a convicção de que estamos agora em condições de melhor (e sobretudo mais prudentemente) avaliar as reclamações de pretensa antiguidade e autenticidade a que regularmente vamos assistindo um pouco por toda a parte. Não apenas na Península Ibérica, note-se, mas também em muitas outras regiões europeias e norte-africanas. Subscrevemos totalmente, a este propósito, a advertência de M. S. para o facto de surgir com frequência a tentação de “analisar temas que deviam supor um elevado nível documental sobre bases tão pouco sólidas”, o que leva a que “se defendam *grandes teorias* baseadas em materiais de mais do que duvidosa identificação e antiguidade”.

Feito o balanço e desmontagem do que existe e foi dito, é tempo agora de passar aos estudos monográficos e regionais, às escavações, de que se fala em diversos dos comentários recebidos. Esta é a via em aberto no estudo deste período e do Paleolítico em geral no território hoje português, até porque no que à fase pré-acheulense concerne, se mantém, depois da discussão agora havida, as conclusões a que no nosso trabalho chegávamos: é possível e até provável que uma ocupação humana cronológica e culturalmente pré-acheulense aqui tenha existido, mas as provas até agora reunidas não o permitem afirmar a toda a evidência.

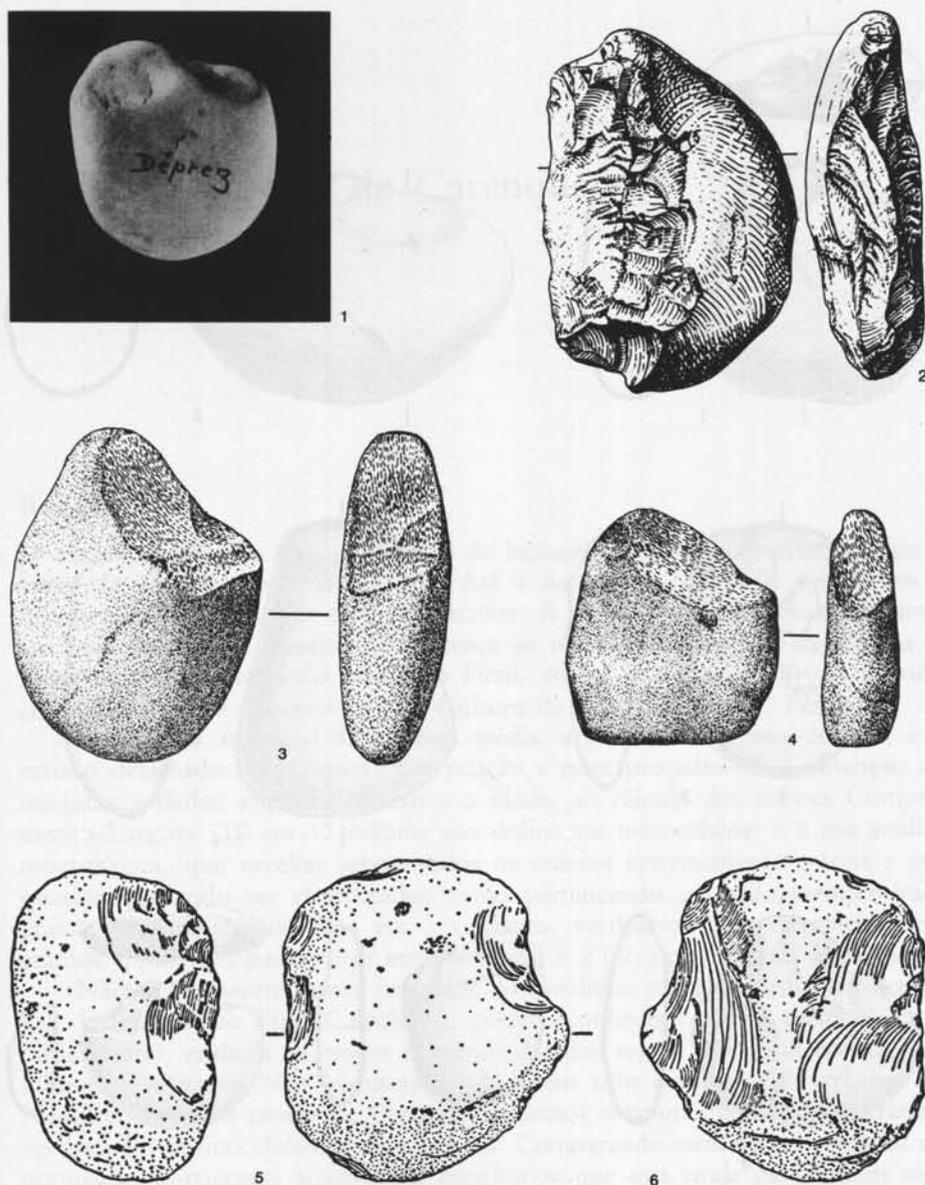


Fig. 1 — Alguns exemplares de seixos reconhecidamente duvidosos ou de “talhe” provavelmente natural. n.º 1: seixo unifacial em quartzito, com dois “levantamentos” (in P. Biberson, *op. cit.* na nota 10, 1961 (b), págs. 62 e 64); n.º 2: seixo bifacial em calcário, com numerosos “levantamentos” (in L. Zotz, *op. cit.* na nota 184, págs. 518 e 519); n.º 3 e 4: seixos unifaciais em quartzito, o primeiro com dois “levantamentos” sobrepostos e o segundo com um “número não determinado de levantamentos” (in M. Santoja e M. A. Querol, *op. cit.* na nota 29, 1982, págs. 21 e 28); n.º 5 e 6: seixos unifacial em basalto, com vários “levantamentos” (in J. S. Clark, *op. cit.* na nota 171, págs. 71 e 73).

Escala — 1:2

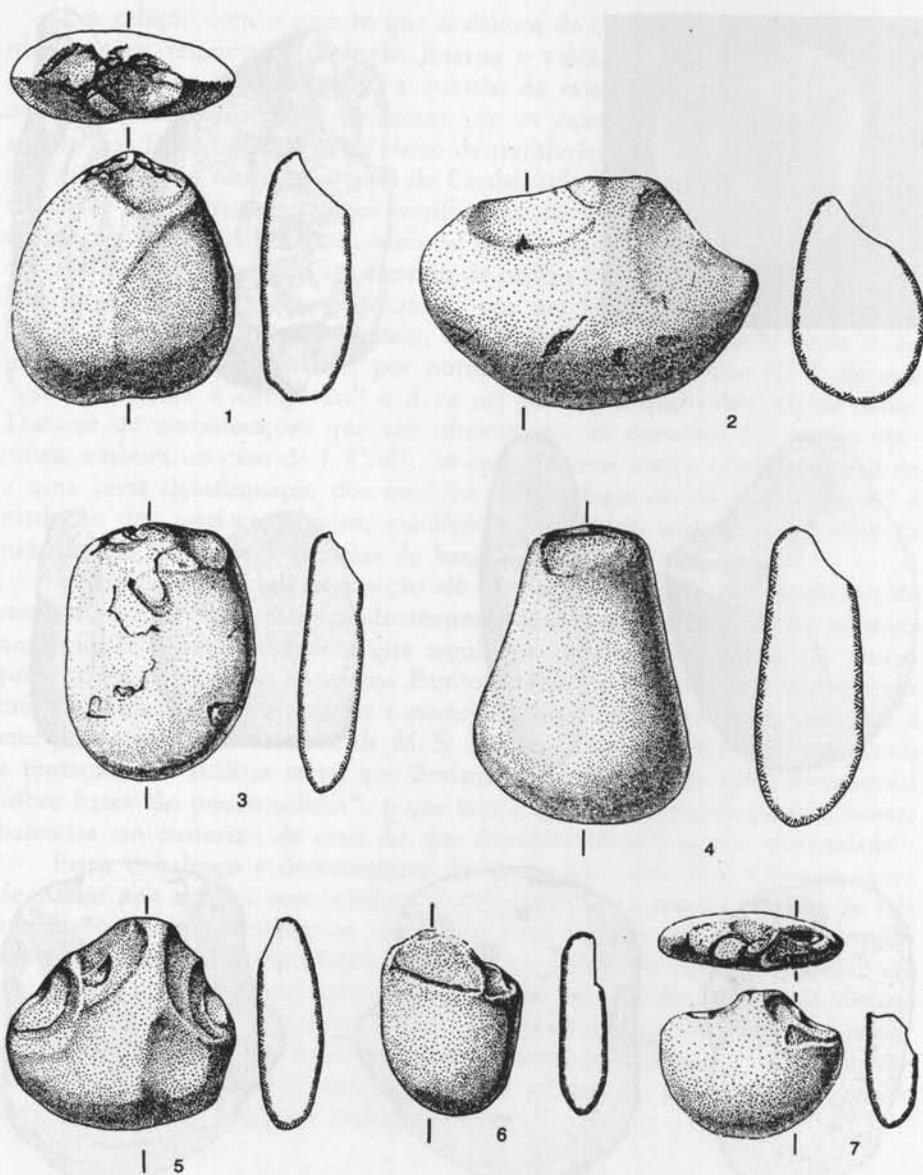


Fig. 2 — Alguns exemplares mais representativos de seixos supostamente tallados do nosso litoral. n.º 1: seixo bifacial, com dois levantamentos; n.º 2 e 3: seixos unifaciais, com dois levantamentos; n.º 4: seixo unifacial, com um levantamento; n.º 5: seixo bifacial “de talhe plano bastante cuidado”; n.º 6: seixo bifacial, com quatro levantamentos; n.º 7: seixo bifacial, com dois levantamentos. Todos em quartzito.

Recolhas de C. Penalva (n.º 1 a 4), H. Breuil e G. Zbyszewsky (n.º 5), J. Cardoso e C. Penalva (n.º 6), T. Azevedo *et all.* (n.º 7).

Proveniências: n.º 1 a 4: Seixosa (*in situ*), n.º 5: Magoito (superfície), n.º 6: Alto de Leião (superfície), n.º 7: Belverde (superfície).

Escala — 1:2